

Marina Hortêllo*

REPORTAGEM

marinahortello@jredebahia.com.br

Pagando o IPVA e o IPTU de Salvador à vista, em cota única, nesse começo de ano, o contribuinte consegue descontos de 10% e 7%, respectivamente. Para garantir o abatimento, a funcionária pública aposentada, Rosana Silva, 60 anos, já quitou integralmente ambas as taxas deste ano 2021. "Esse planejamento permitiu que economizássemos R\$ 500", diz.

Para assegurar o desconto de 7% ao pagar o IPTU em cota única, os contribuintes devem realizar o pagamento do tributo até o vencimento, entre os dias 1º e 28 de fevereiro, sendo que para a maioria da população o prazo é amanhã, segundo a Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador. Depois disso, o imposto é parcelado em até 11 vezes. O desconto também incide sobre a taxa do lixo, que é cobrada no mesmo boleto que o IPTU.

A Sefaz Salvador cobra IPTU de 550 mil imóveis. Em caso de atraso no pagamento da parcela, é aplicada uma multa de 0,33% ao dia, até o limite de 20%. A partir do mês seguinte ao do vencimento, são cobrados ainda juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária. De acordo com a Pasta, os débitos com o IPTU são inscritos no Cadin e em dívida ativa para protesto e execução fiscal, que pode resultar em penhora dos bens e leilão.

"Em 2020 tivemos um Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) que facilitou o parcelamento das dívidas de muitos contribuintes, que regularizaram seus débitos. A Prefeitura de Salvador tem feito muito pela cidade nos últimos anos e percebemos que a população tem reconhecido isso e honrado seus tributos", informa a Sefaz.

VEÍCULOS

Na próxima quarta-feira (10), acaba o prazo para garantir o desconto de 10% com o pagamento do IPVA 2021 em cota única, o que não inclui a taxa de licenciamento. Quem perder o prazo, pode ter 5% de abatimento se fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da 1ª das três cotas do parcelamento da taxa, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Ainda é possível parcelar o



A frota tributável da Bahia é de 2,2 milhões de veículos, segundo a Secretaria estadual da Fazenda

IPVA e IPTU à vista têm bons descontos

Abatimento de até 10% vale para quem pagar os tributos, em cota única, no prazo

valor em três vezes. Nesse formato, a data de pagamento de cada parcela também segue o calendário de vencimento das cotas estabelecido de acordo com o número final da placa. O proprietário que perder o prazo da 1ª prestação perde o direito ao parcelamento.

O estudante Maurício Souza, 23, é do time dos que fazem questão de quitar o IPVA logo no começo do ano. Ele já separou o dinheiro para pagar o imposto na próxima semana. Para o contribuinte, o pagamento traz um alívio por acabar com a preocupação com a taxa. "Meu

IPVA está em torno de R\$ 900, então o desconto reduz o preço em cerca de R\$ 90. O retorno financeiro do desconto não é muito grande, mas ajuda um pouco no gasto com o carro, que é bastante alto com gasolina e manutenção", afirma.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), a frota tributável da Bahia é de 2,2 milhões de veículos. Ainda de acordo com a pasta, são 463.863 mil inadimplentes com o IPVA na Bahia. A inadimplência do tributo em 2020 totaliza R\$ 213 milhões, o que corresponde a 14% do va-

lor arrecadado no mesmo ano com o imposto.

Escolas e faculdades também costumam oferecer descontos na mensalidade quando o pagamento é feito com antecedência. Ao quitar o semestre à vista, o estudante da UnifTC consegue reduzir o valor semestral cobrado pela universidade. O abatimento é dado no momento da matrícula e deve ser consultado nos canais de atendimento da instituição. Na Unifacs, os estudantes podem solicitar um abatimento de 3% de desconto no valor do semestre e 5% no valor anual antes do vencimento do 2º boleto emitido pela instituição. Ainda é possível receber um desconto de 15% no curso todo, que pode ser solicitado a qualquer momento.

*COM A ORIENTAÇÃO DA SUBCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO

Faça as contas para ver se vale a pena

Se engana quem acha que garantir o desconto no IPTU e IPVA é sempre uma boa opção. O economista e Conselheiro do Corecon-Ba, Edval Landulfo, explica que o orçamento familiar deve ser analisado antes de extrapolar os limites de gastos no mês com a quitação dos impostos. A decisão depende de vários fatores, entretanto, vale a regra: se tem dinheiro, pague à vista.

"Só vale a pena pagar à vista quem tem dinheiro em caixa sem comprometer o orçamento e sem fazer dívidas. Não tem porque pagar esses impostos agora e depois ter que se endividar", afirma Landulfo. O economista também ressalta que é preciso analisar se o valor pago à vista não vai fazer falta nos próximos meses em caso de orçamento apertado ou caso ocorra uma emergência, como uma demissão.

Aqueles que já possuem o dinheiro para pagar essas contas devem aproveitar os descontos, indica Landulfo, especialmente pela baixa taxa de juros atual, de 2%. "Se eu for deixar o dinheiro na poupança com Selic a 2% e a poupança pagando 70% da Selic, o que dá 1,4%, eu vou acabar perdendo dinheiro, então, é melhor aproveitar o desconto porque ele é muito maior que a taxa de juros", analisa o economista.

POUPANÇA

Landulfo explica ainda que os produtos de renda fixa com baixo risco e a poupança estão rendendo "quase nada", o que faz com que não compense aplicar o dinheiro e pagar as despesas como IPVA e IPTU com parcelamento e sem o abatimento. "Se fosse outra situação com rendimento maior, seria indicado pensar duas vezes sobre o pagamento à vista mesmo obtendo o desconto", diz.

Para chegar no começo do ano com o dinheiro para as contas, ele indica separar, pelo menos, 10% da renda mensal para uma reserva de oportunidade, como o pagamento do IPTU com desconto, e a reserva de emergência, usada caso um gasto inesperado tenha que ser feito.

"O que eu aconselho e defendo é que tenha um bom orçamento e nesse orçamento seja destinado um percentual para as despesas futuras. Com isso, é possível fazer os pagamentos com desconto sem mexer no 13º e nas férias", afirma.

CALENDÁRIO DO IPVA 2021

PARCELAMENTO FINAL	PAGAMENTO EM COTA ÚNICA			SEM DESCONTO
	1ª COTA ATÉ	2ª COTA ATÉ	3ª COTA ATÉ	
1	30/3/2021	29/4/2021	28/5/2021	30/3/2021
2	31/3/2021	30/4/2021	31/5/2021	31/3/2021
2	29/4/2021	27/5/2021	29/6/2021	29/4/2021
4	30/4/2021	28/5/2021	30/6/2021	30/4/2021
5	27/5/2021	29/6/2021	27/7/2021	27/5/2021
6	28/5/2021	30/6/2021	30/7/2021	28/5/2021
7	29/6/2021	29/7/2021	30/8/2021	29/6/2021
5	30/6/2021	30/7/2021	31/8/2021	30/6/2021
9	29/7/2021	30/8/2021	29/9/2021	29/7/2021
0	30/7/2021	31/8/2021	30/9/2021	30/7/2021

De olho nas datas: veja até quando pagar IPVA e IPTU com desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marina Hortélio*
marina.hortelio@redebahia.com.br

Pagando o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de Salvador à vista em cota única nesse começo de ano, o contribuinte consegue descontos de 10% e 7%, respectivamente. Para garantir o abatimento, a funcionária pública aposentada, Rosana Silva, 60 anos, já quitou integralmente ambas as taxas para o ano de 2021. 'Esse planejamento permitiu que economizássemos R\$ 500', calcula.

Na próxima quarta-feira (10), acaba o prazo para garantir o desconto de 10% com o pagamento do **IPVA** 2021 em cota única, o que não inclui a taxa de licenciamento. Quem perder o prazo, pode ter 5% de abatimento se fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da 1ª das três cotas do parcelamento da taxa, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo. (Confira o calendário

abaixo).

Ainda é possível parcelar o valor do **IPVA** em três vezes. Nesse formato, a data de pagamento de cada parcela também segue o calendário de vencimento das cotas estabelecido de acordo com o número final da placa. Entretanto, o proprietário que perder o prazo da 1ª prestação perde o direito ao parcelamento.

Para garantir o desconto de 7% ao pagar o IPTU 2021 em cota única, os contribuintes devem realizar o pagamento da tarifa até o vencimento, entre os dias 1º e 28 de fevereiro, sendo que para a maioria da população o prazo é a próxima sexta-feira (5), segundo a Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador (Sefaz Salvador). Depois disso, o imposto é parcelado em até 11 vezes. O desconto também incide sobre a taxa do lixo (TRSD), que é cobrada no mesmo boleto que o IPTU.

Na casa de Rosana, pagar os dois impostos antecipadamente virou hábito há 4 anos, depois que ela resolveu testar esse formato usando o 13º salário. Antes, as taxas eram parceladas, mas o valor mensal deixava o orçamento muito apertado.

'O 13º servia como um dinheiro extra, para gastos com coisas que não são tão necessárias. Depois de começar a separar o 13º para pagar o IPTU e o **IPVA**, deixamos de fazer os gastos supérfluos. Nos livramos logo dessa dívida, conseguimos pagar um valor menor e não comprometemos o orçamento no restante dos meses', comemora a aposentada.

Com os descontos, o IPTU de 2021 ficou cerca de R\$ 350 mais barato para Rosana. Já o abatimento no valor do **IPVA** deste ano dos dois carros, somados, permitiu economizar cerca de R\$ 150.

O estudante Maurício Souza, 23, é do time dos que fazem questão de quitar o **IPVA** logo no começo do ano. Em 2021, ele já separou o dinheiro para pagar o imposto na próxima semana. Para o contribuinte, o pagamento traz um alívio por acabar com a preocupação com a taxa.

'Meu **IPVA** está em torno de R\$ 900, então o desconto reduz o preço em cerca de R\$ 90. O retorno financeiro do desconto não é muito grande, mas ajuda um pouco no gasto com o carro, que é bastante alto com gasolina e manutenção', afirma o jovem.

O ato de quitar o **IPVA** no começo do ano virou tradição em 2017. Para sempre ter a quantia cobrada pelo Estado no começo do ano, Maurício volta a juntar o dinheiro logo após o pagamento anual do imposto.

'Quando eu pago o **IPVA** já é hora de pensar no ano seguinte. O **IPVA** é um compromisso marcado, então, não teria porque não me planejar. A ideia é guardar um pouco cada mês para chegar nesse valor em janeiro', relata o estudante.

Para uma administradora que não quis se identificar, a praticidade sempre a motivou a antecipar o pagamento do **IPVA**. Nesse ano, ela também vai quitar o valor completo do IPTU em fevereiro por entender que o desconto vale a pena se comparado com a taxa de

juros.

'O IPTU dá 7% de desconto, eu não costumava pagar antecipado, mas esse ano vou pagar porque, quando comprado com a taxa de juros de 2%, existe uma vantagem no desconto', explica a administradora.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), a frota tributável da Bahia é de 2,2 milhões de veículos. Ainda de acordo com a pasta, são 463.863 mil inadimplentes com o **IPVA** na Bahia. A inadimplência do tributo em 2020 totaliza R\$ 213 milhões, o que corresponde a 14% do valor arrecadado no mesmo ano com o imposto.

Em caso de inadimplência do **IPVA**, o contribuinte fica impedido de obter o licenciamento do veículo e pode ser alvo de notificação judicial. O nome do proprietário do bem ainda pode ser incluído no cadastro do Serasa.

A Sefaz Salvador cobra IPTU de 550 mil imóveis na capital. Em caso de atraso no pagamento da parcela, é aplicada uma multa de 0,33% ao dia, até o limite de 20%. A partir do mês seguinte ao do vencimento, são cobrados ainda juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária.

De acordo com a pasta municipal, os débitos com o IPTU são inscritos no Cadin e em **dívida ativa** para protesto e **execução fiscal**, que pode resultar em penhora dos bens e leilão. Os inadimplentes ainda recebem avisos nos boletos mensais e cartas cobrança.

'Em 2020 tivemos um Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) que facilitou o parcelamento das dívidas de muitos contribuintes, que regularizaram seus débitos. A Prefeitura de Salvador tem feito muito pela cidade nos últimos anos e percebemos que a população tem reconhecido isso e honrado seus tributos', informa a pasta em nota. Como o IPTU vence em fevereiro, ainda não foi possível identificar inadimplência em 2021.

Outros descontos

Escolas e faculdades também costumam oferecer descontos na mensalidade quando o pagamento é feito com antecedência. Ao quitar o semestre à vista, o estudante da UniFTC consegue reduzir o valor semestral cobrado pela universidade. O abatimento é dado no momento da matrícula e deve ser consultado nos canais de atendimento da instituição.

Na UNIFACS, os estudantes podem solicitar um abatimento de 3% de desconto no valor do semestre e 5% no valor anual antes do vencimento do 2º boleto emitido pela instituição. Ainda é possível receber um desconto de 15% no curso todo, que pode ser solicitado a qualquer momento.

As entidades de classe também oferecem descontos na anuidade. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA) permite o pagamento do valor anual com abatimento de 10% em cota única até 31 de março. É possível pagar à vista ou em até 4x no cartão de crédito.

Vale a pena adiantar o pagamento?

Se engana quem acha que garantir o desconto no IPTU e **IPVA** é sempre uma boa opção. O Economista e Conselheiro do Corecon-Ba, Edval Landulfo, explica que o orçamento familiar deve ser analisado antes de extrapolar os limites de gastos no mês com a quitação dos impostos. A decisão depende de vários fatores, entretanto, vale a regra: se tem dinheiro, pague à vista.

'Só vale a pena pagar a vista quem tem dinheiro em caixa sem comprometer o orçamento e sem fazer dívidas. Não tem porque pagar esses impostos agora e depois ter que se endividar', afirma Landulfo.

O economista também ressalta que é preciso analisar se o valor pago à vista não vai fazer falta nos próximos meses em caso de orçamento apertado ou caso ocorra uma emergência, como uma demissão.

Aqueles que já possuem o dinheiro para pagar essas contas devem aproveitar os descontos, indica Landulfo, especialmente pela baixa taxa de juros atual, de 2%. 'Se eu for deixar o dinheiro na poupança com Selic a 2% e a poupança pagando 70% da Selic, o que dá 1,4%, eu vou acabar perdendo dinheiro, então, é melhor aproveitar o desconto porque ele é muito maior que a taxa de juros', analisa o economista.

Landulfo explica ainda que os produtos de renda fixa com baixo risco e a poupança estão rendendo 'quase nada', o que faz com que não compense aplicar o dinheiro e pagar as despesas como **IPVA** e IPTU com parcelamento e sem o abatimento.

'Se fosse outra situação com rendimento maior, seria indicado pensar duas vezes sobre o pagamento à vista mesmo obtendo desconto', informa o economista.

Para chegar no começo do ano com o dinheiro para as contas, Landulfo indica separar, pelo menos, 10% da renda mensal para uma reserva de oportunidade, como o pagamento do IPTU com desconto, e a reserva de emergência, usada caso um gasto inesperado tenha que ser feito.

'O que eu aconselho e defendo é que tenha um bom orçamento e nesse orçamento seja destinado um percentual para as despesas futuras. Com isso, é possível fazer os pagamentos com desconto sem mexer no 13º e nas férias', afirma.

Para o economista, o ideal é que o 13º salário e as férias não sejam usados para pagar despesas ou dívidas: 'O objetivo deve ser pegar 60% das férias para fazer uma viagem, o restante pode ir para um investimento em um objetivo. É interessante que o 13º seja utilizado ou integralmente ou 70% para investir em objetivos futuros, mas, o que sobrar pode ser usado como a pessoa desejar'.

*Com orientação da chefe de reportagem Perla Ribeiro

Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que

escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, nosso trabalho tem sido maior do que nunca. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. Assine o jornal.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - Execução Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Prazo para pagamento do IPVA com 10% de desconto segue em reta final



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Faltam poucos dias para os motoristas baianos aproveitarem o desconto de 10% no pagamento, em cota única, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), que vence no dia 10 de fevereiro. O pagamento pode ser feito em qualquer agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, ou pelo aplicativo do banco no smartphone, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o

proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica, **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: A Tarde FM	
Data: 02/02/2021	Programa: NOTÍCIAS
<u>Assunto: Reapresentação da entrevista com o <u>secretário da Fazenda, Manoel Vitório, sobre a situação financeira do Estado, saída da Ford, entre outros assuntos.</u></u>	

Data: 02/02/2021

Hora: 18:39:54

Emissora: A TARDE FM

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): JEFFERSON BELTRÃO E FERNANDO DUARTE

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Reapresentação da entrevista com o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório, sobre a situação financeira do Estado, saída da Ford, entre outros assuntos.**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/02/2021	



Com app, prêmios e solidariedade, 2020 foi o ano da cidadania fiscal na Bahia

3 fevereiro 2021

Mesmo com as dificuldades trazidas pela pandemia do coronavírus, 2020 foi o ano da cidadania fiscal na Bahia. Com a chegada do aplicativo Preço da Hora Bahia, lançado em abril e já utilizado por mais de 380 mil pessoas, o fisco baiano ampliou o alcance das políticas voltadas para estimular os consumidores a exigir a nota fiscal no momento da compra, que também incluem a campanha Nota Premiada Bahia, com 584 mil participantes que concorrem a sorteios em dinheiro, e o Sua Nota é um Show de Solidariedade, por meio do qual o governo já repassou, desde 2018, R\$ 34,8 milhões às instituições com cadastro ativo no programa.

O Preço da Hora Bahia permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no Estado. É possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). Torna-se mais importante do que nunca, assim, solicitar a nota fiscal em todas as compras.

“A cidadania fiscal envolve educação e engajamento dos baianos, que deixam de atuar apenas como consumidores para se tornarem cidadãos mais conscientes dos seus direitos”, enfatiza o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. Ele explica que, em resumo, “o desafio das três iniciativas complementares é engajar os cidadãos para atuarem como parceiros do Estado na promoção da cidadania fiscal, exigindo sempre a emissão da nota fiscal e apoiando assim o combate à sonegação e a concorrência leal entre as empresas no mercado”.

Economia nas mãos

Recebido com entusiasmo pelos usuários que só precisam baixar no celular o app disponível para Android e iOS ou acessar o precodahora.ba.gov.br, o Preço da Hora Bahia acaba de lançar a versão 1.2, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota, entre outras irregularidades, do histórico de preços de combustíveis e da possibilidade de compartilhamento de preços interessantes nas mídias sociais do usuário.

O app é recomendado por quem atua diariamente na defesa dos direitos do consumidor: o Procon-Ba. Para o órgão, é importante não apenas utilizar o aplicativo, que constitui um poderoso instrumento de economia nas mãos dos usuários, mas também solicitar sempre a nota fiscal, de forma a manter atualizado o sistema que pesquisa os preços a partir das informações armazenadas pela Secretaria da Fazenda.

O Preço da Hora Bahia tem um caráter colaborativo muito importante, enfatiza o superintendente do Procon-Ba, Filipe Vieira. “A ferramenta utiliza a fonte de dados mais segura e confiável que existe que é a nota fiscal eletrônica”, afirma. “O consumidor deve pedir sempre a nota fiscal, tanto para ter a garantia do produto adquirido, como também para alimentar o sistema, que ele vai poder usar de novo, atualizado a cada nova compra. Quem utilizar o Preço da Hora Bahia certamente vai fazer uma boa compra”, avalia Filipe Vieira.

Sorte e solidariedade

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade também se baseiam na exigência da nota fiscal pelo consumidor, e estão interligadas desde o lançamento da campanha de

premiações, no final de 2018: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br para concorrer a prêmios em dinheiro deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

A Nota Premiada encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 ao final do último ano. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada Bahia. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados. A campanha também inclui o sorteio de premiações especiais de R\$ 1 milhão, com dois participantes já contemplados até hoje e um novo sorteio previsto para 2020.

Com o Sua Nota é um Show de Solidariedade, por sua vez, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 544 entidades ativas no programa.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Bolsonaro, o centrão e a economia

O governo Bolsonaro conseguiu a maioria nas duas casas do Congresso Nacional e agora pode pôr em prática sua prometida agenda econômica. Os presidentes da Câmara e do Senado se comprometeram a dar seguimento ao projeto de reforma tributária que tramita no parlamento, a viabilizar a reforma administrativa, dar início ao processo de privatização e garantir a aprovação dos marcos legais de cabotagem, gás, concessões e ferrovias. Dá vontade de ser otimista, afinal o governo e o parlamento parecem estar alinhados, mas é grande a distância entre a intenção e o gesto, e em breve esse alinhamento vai ser posto em xeque. E isso vai acontecer porque a aliança que se formou entre o Executivo e o Legislativo tem como fiel da balança o Centrão, um grupo de parlamentares que adora gastar, mas tem ojeriza ao corte de gastos, e, em breve, o ministro Paulo

Guedes vai ter de escolher entre a austeridade fiscal e a ganância autorizada. Em breve entrará em pauta a aprovação do Orçamento, da PEC Emergencial e do Auxílio Emergencial. Os três temas têm elementos que podem deteriorar as contas públicas. Todos nós somos favoráveis ao Auxílio Emergencial, mas, sem cortes de gastos para financiá-los, as contas públicas irão para o espaço e ainda existe o risco de o governo incluir algum bypass no teto de gastos. Não vamos esquecer que a dívida

pública pipocou e que este ano o governo terá de rolar 20% dela, R\$ 1,5 trilhão, que terá de ser levantado com a venda de papéis. Assim, se Paulo Guedes não fechar o caixa do Posto Ipiranga, ele vai falir ou trazer de volta os juros altos e a inflação. Mas não há como negar que se abriu uma janela de oportunidades, e, se o Executivo e o Legislativo conseguirem aprovar metade da agenda anunciada, o país vai agradecer. Mas será difícil aprovar uma agenda tão complexa em pouco mais de oito

meses, já que em outubro, ou antes, a eleição presidencial já terá polarizado o Congresso Nacional. Mas o problema maior é a incompatibilidade do Centrão com a agenda liberal. No Centrão estão instalados grupos de deputados contrários à privatização de estatais, cujos presidentes e diretores são por eles indicados, e também segmentos que apoiam os servidores públicos e vão se colocar contra a reforma administrativa. E quanto à reforma tributária é bom lembrar que o Centrão defende com unhas e dentes os interesses dos estados e das bancadas regionais e os subsídios de vários setores. Haverá pequenas vitórias obtidas a troco de ministérios e liberação de emendas, mas dificilmente a agenda liberal, com direito a nova CPMF, será aprovada. Que não seja assim, mas o diabo é sábio não porque é diabo, mas porque é velho e ele já viu esse filme.

A aliança que se formou entre o Executivo e o Legislativo tem como fiel da balança o Centrão

Em pauta a aprovação do Orçamento, da PEC Emergencial e do Auxílio Emergencial

Bahia pode ficar sem Heineken

Uma querela jurídica pode fechar mais uma fábrica na Bahia. É que, após quase 20 anos, um empresário baiano ganhou na Justiça o direito de explorar o subsolo onde está a água que sustenta a produção da Cervejaria Heineken, em Alagoinhas, a maior da empresa no Brasil e que emprega atualmente 1.400 pessoas, entre funcionários diretos e indi-

retos. Sem água, não se faz cerveja, e o fechamento de mais uma fábrica não vai ser bom para a indústria de transformação baiana, que já perdeu a Ford e está minando. O governo federal, através do Ministério das Minas e Energia, está ganhando tempo, mas não cabe mais recurso, e a sentença é de 2015. É hora de se buscar uma solução negociada.

Luiza Mahin

Com o fechamento da Livraria Saraiva, recebo muitos e-mails indagando onde é possível encontrar meu último livro "Luiza Mahin: Os amores e a luta da líder que reuniu todas as etnias para libertar os escravos e fundar um Estado Islâmico no Brasil". Apresso-me em dizer que ele está disponível na Livraria Escariz, no Shopping Barra, no estande da

Editora Caramurê, no Salvador Shopping, e na internet em todas as livrarias do país. Entre os meus livros, Luiza Mahin é o que mais agradou ao público e, neste momento, há avaliações sobre a possibilidade de transformá-lo em um filme ou série. Que Luiza, a heroína baiana que lutou pela libertação dos escravos e da mulher, siga seu caminho.

PESQUISA Economia da Bahia se consolida como a mais importante da região, de acordo com dados coletados pela Info Nordeste 2020; PIB é de R\$ 286,2 bi

Bahia representa 28,5% da economia do Nordeste

CASSIO SANTANA

A economia da Bahia consolidou-se como a mais importante da Região Nordeste. É o que dizem os dados apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que divulgou um compêndio de indicadores de todos os estados da Região em formato de infográficos, o Info Nordeste 2020.

O objetivo, segundo a SEI, é apresentar uma visão geral da região com informações sistematizadas para fácil visualização do público. "É um conjunto de informações que permite fazer uma leitura socioeconômica da região a partir dos principais indicadores temáticos, com informações do IBGE, de registros administrativos de órgãos oficiais e estatísticas próprias da SEI", explicou o Diretor de Estatísticas da SEI, Armando de Castro.

De acordo com os dados, a Bahia representa 28,5% da economia do Nordeste, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 286, 2 bi. Após um período de queda, registrado entre 2014 e 2017, seguindo uma tendência nacional, a economia do Estado vem se recuperando e agora aponta crescimento de 2,3%.

"A Bahia é a principal economia nordestina, com 28,5% do total do PIB da região, seguida por Pernambuco (18,5%) e Ceará (15,5%). Mesmo com a saída do setor automotivo, permanecemos com uma indústria forte na região", afirmou de Castro.

O setor de comércio e serviços foi o carro-chefe da economia baiana, e o único que apresentou crescimento dentro os indicadores apresentados em um período de quatro anos, com uma participação, em 2020, de



Setor de comércio e serviços foi destaque e o único que apresentou crescimento

70,8% no PIB do estado. No mesmo tempo, os setores da indústria e agropecuária apresentaram recuo, e fecharam o ano com 21,5% e 7,6%, respectivamente.

Emprego

Os dados revelam que a região gerou 4,9 milhões de empregos de carteira assinada, dos quais 1,3 milhões foram na Bahia. Apesar disso, de acordo com dados do IBGE, a Bahia vive a maior taxa de desemprego da série em virtude da pandemia, com um índice de 20,7% no terceiro trimestre de 2020.

"A boa notícia é o saldo positivo no mercado formal em dezembro, apontando uma tendência de recuperação que pode ser impulsionada durante o processo de vacinação. A melhor política de emprego para a Bahia neste momento é a vacinação e o Estado está desempenhando um excelen-

te papel no planejamento e execução nos 417 municípios", destacou Castro.

Auxílio emergencial

O estudo também levou em consideração o impacto do auxílio emergencial na Região. Criado para mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus nos rendimentos de trabalhadores informais e microempreendedores, o benefício atingiu 37,8 milhões de nordestinos, o que representa 66% da população da região.

De acordo com Castro, "o auxílio foi fundamental tanto para conter o caos social quanto para aquecer a economia das regiões mais pobres do Nordeste". O estatístico explicou que, com o fim do auxílio, a região vive seu maior índice de extrema pobreza observado na série histórica apresentada no estudo.

Na Bahia, foram 5,7 mi-

lhões de pessoas contempladas pelo auxílio federal. "Agora o ambiente é de incerteza dada as indefinições do Governo Federal, que também faz uma péssima gestão no combate à Covid-19. No entanto, os estados nordestinos estão mostrando uma elevada capacidade de organização no enfrentamento da pandemia", destacou de Castro.

Desigualdades

A região Nordeste, segundo os dados, representa 27% da população nacional, mas com apenas 14% de participação na economia. "As desigualdades regionais se revelam ainda muito acentuadas, tanto econômica como socialmente, apesar dos avanços", falou Castro.

O estado tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,660, um número considerado médio, ficando na 22ª posição no cenário nacional.

MEI

Contribuição ao INSS sobe e agora custa R\$ 55 por mês

DA REDAÇÃO

O valor que os microempreendedores individuais (MEIs) devem pagar de contribuição mensal para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) aumentou e já está valendo desde segunda-feira, 1º. O reajuste foi feito por causa do novo valor do salário mínimo de R\$ 1.100, em vigor desde janeiro.

Agora, o empreendedor precisa desembolsar R\$ 55 mensais, o equivalente a 5% do valor do mínimo. Antes, o valor era de R\$ 52,25. A tarifa começa a ser cobrada no mês de março.

A adesão ao MEI garante a inserção no mercado formal de trabalho e possibilita ao empreendedor acessar alguns recursos previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte.

Além da contribuição, o novo valor do salário mínimo também mudou a tabela do Documento de Arrecadação do Simples Nacional do MEI (DAS MEI). O valor do documento se refere à contribuição do INSS e aos tributos de cada categoria. A base para cálculo do DAS também é de 5% do salário mínimo em vigor.

JUSTIÇA

Paper Excellence assume a Eldorado Brasil Celulose

DA REDAÇÃO

A Paper Excellence, uma das maiores produtoras de papel e celulose do mundo, obteve ganho de causa no processo de arbitragem para adquirir o controle da Eldorado Brasil Celulose, da qual já detém 49,41% das ações. Antes da decisão da arbitragem, J&F tinha 51% do capital da empresa.

Com a decisão, divulgada ontem, a Paper assumirá 100% do capital da Eldorado, com sede em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

O caso está em debate desde 2019 na Câmara de Comércio Internacional de Arbitragem (ICC). A corte arbitral do ICC decidiu, por 3 votos a zero, que o grupo J&F, dos irmãos Batista, terá de vender 100% da Eldorado Celulose ao grupo asiático Paper Excellence, nos termos do acordo firmado entre as partes em 2017.

A Eldorado foi vendida para a companhia por R\$ 15 bilhões. Segundo informações do Estadão, o acordo foi feito quatro meses após as delações

dos irmãos Batista sobre corrupção virem à tona, mesma época em que ocorreu a venda da Vigor e da Alparagatas. Desentendimentos entre comprador e vendedor levaram a negociação para arbitragem, que permanece sob sigilo.

"Nosso foco imediato será de integrar e operar a nova unidade brasileira da Paper Excellence. Posteriormente, avaliaremos o momento adequado para a expansão da planta", diz Cláudio Cotrim, diretor-geral da Paper Excellence no Brasil.

A Paper Excellence atua na fabricação de celulose de pasta de alto rendimento e também de papel. Desde a sua fundação, em 2007. Com a incorporação da Eldorado Celulose, a Paper atingiu 7 mil funcionários e capacidade de produção anual de 5,3 milhões de toneladas de celulose e papel.

Antes da aquisição brasileira, a Paper Excellence já havia concluído, no ano passado, a compra de 100% da canadense Catalyst Paper.

COVID-19 Anvisa deixou de exigir estudos de fase 3 no Brasil para autorizar uso emergencial de vacina contra a doença

Bahia está mais perto de receber Sputnik V

RODRIGO AGUIAR

A Bahia ficou mais próxima de conseguir a vacina russa Sputnik V contra a Covid depois de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deixar de exigir estudos de fase 3 no Brasil para autorizar o uso emergencial de imunizantes contra a doença. A decisão se estende a vacinas de outros fabricantes que eventualmente queiram solicitar o uso emergencial no país.

Entre as mudanças feitas pela Anvisa no Guia 42/2020, foi determinado que, para submissão do pedido, a vacina deve "preferencialmente" possuir um Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) e o ensaio clínico fase 3 em andamento no Brasil. Com isso, ficou aberta a possibilidade de solicitar o uso emergencial sem esses testes no país.

O Ministério da Saúde informou que se reunirá na sexta-feira, 5, com representantes do instituto russo Gamaleya, fabricante da Sputnik V, e do laboratório indiano Bharat Biotech, fornecedor do imunizante Covaxin, para negociar a compra de 30 milhões de doses de vacinas. De acordo com a pasta, além dos memorandos de entendimento previamente celebrados, serão debatidos os termos contratuais conforme minutas solicitadas ontem com as bases das negociações, cronograma de entregas e valores das doses dos imunizantes.

Ainda segundo o ministro, o instituto russo já adiantou que, em caso de acordo, poderá entregar entre fevereiro e março 10 milhões de doses de sua vacina



Ministério se reunirá com farmacêutica na sexta-feira

importadas e que, a partir de abril, passará a produzir oito milhões de doses no Brasil.

Rui comemorou

Em janeiro, o Fundo Russo de Investimentos Diretos (FIDR) havia informado que teria capacidade de fornecer 150 milhões de doses da Sputnik V ao Brasil ao longo do ano. Segundo a União Química, fabricante da vacina no país, as primeiras quatro milhões de doses já seriam entregues até 30 dias após eventual aprovação de uso emergencial pela Anvisa.

O governo da Bahia ne-

gocia em separado um lote exclusivamente para a Bahia. Em setembro do ano passado, o estado assinou com o fundo russo um acordo de cooperação para o fornecimento de até 50 milhões de doses.

Na briga para ter o direito de usar a vacina, o governo baiano chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido, porém, ainda não foi julgado pelo ministro Ricardo Lewandowski, relator do caso.

A decisão da Anvisa foi comemorada pelo governador Rui Costa e o secretário da

Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. "Não posso deixar de agradecer e de parabenizar a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, agradecer ao STF pela postura firme, determinante na defesa da saúde pública e da vida humana e também comemorar porque significa a retomada da imagem da Anvisa, que tinha prestígio no passado e vinha perdendo essa imagem positiva no exterior e se arriscando a entrar no caminho da anti ciência", declarou Rui.

"Depois de mais de um mês de batalha e 30 mil mor-

tes depois, felizmente valeu o bom senso. Parabéns à Anvisa por ter revisto suas exigências", disse Vilas-Boas. Em coletiva com representantes da agência, a diretora Meiruze Freitas negou que a pressão de governadores e do fabricante tenha influenciado na mudança dos critérios.

"Não tem nada a ver com a decisão da publicação da Lancet. Foi uma coincidência, até porque o processo é discutido há mais tempo", declarou. O gerente de medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes, negou que o

órgão tenha atuado com excessiva burocracia.

"O nosso trabalho não é burocrático, é técnico. Nossa função é garantir que, quando a pessoa oferece o seu braço, haja segurança de que esse líquido que será injetado é uma vacina, não tem impurezas, é segura e eficaz. Por isso precisamos de todos esses passos", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), deputado Adolfo Meneses, determinou ontem que a Procuradoria Jurídica da Casa ingresse como parte na ação direta de inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo governo da Bahia no Supremo.

Alba entra com ação

A ação solicita autorização para importar e distribuir vacinas contra a Covid-19 sem registro na Anvisa, desde que tenham o aval de uma agência reguladora regional de referência internacional.

"Solicitamos ao procurador-geral, Graciliano Bomfim, que a Alba entre na causa, sob a condição de amicus curiae, para que a Anvisa possa acelerar a aprovação da vacina Sputnik V, produzida pela Rússia, já aplicada em diversos países e que já possui um contrato com a Bahia para o fornecimento de 50 milhões de doses. Depois que a revista científica The Lancet, uma das mais respeitadas do mundo, atestou que Sputnik V teve eficácia de 91,6% contra a Covid-19, não tem mais sentido que a Anvisa fique protelando a adoção da vacina no Brasil", declarou, em nota, a assessoria da Alba.

Fim de semana sem Fase Vermelha

ELAINE PATRÍCIA CRUZ

Agência Brasil, São Paulo

O governo de São Paulo decidiu ontem revogar o decreto que colocava o estado na Fase 1-Vermelha aos finais de semana e também após as 20h nos dias úteis. Isso ocorreu após ter ocorrido nesta semana uma leve queda nas internações e óbitos provocados pelo novo coronavírus.

A medida, que fechava as atividades não essenciais no período, passou a vigorar no dia 25 de janeiro. A princípio, valeria até o dia 7 de fevereiro, mas agora a restrição noturna está suspensa e o comércio pode reabrir nas cidades paulistas que estão classificadas a partir da Fase Laranja do Plano São Paulo já neste fim de semana.

A classificação das regiões dentro do Plano São Paulo não sofreu alteração.

Regiões

Atualmente, o estado de São Paulo tem seis regiões na Fase 1-Vermelha: Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Marília, Bauru e Taubaté.

Nesta fase, essas regiões só podem abrir os serviços considerados essenciais de logística, saúde, segurança e abastecimento.

O restante do estado, que inclui a capital paulista e a Grande São Paulo, está na Fase 2-Laranja, onde academias, salões de beleza, restaurantes, cinemas, teatros, shoppings, concessionárias, escritórios e parques estaduais podem funcionar por oito horas diárias, com atendimento presencial limitado a 40% e encerramento às 20h. O consumo local em bares está



Rovena Rosa/Agência Brasil

Medida que fechava atividades não essenciais vigorava desde o dia 25 de janeiro

Restrição noturna está suspensa e o comércio pode reabrir nas cidades paulistas que estão classificadas a partir da Fase Laranja

proibido.

O Plano São Paulo é dividido em cinco fases que vão do nível máximo de restrição de atividades não essenciais (vermelho) a etapas identificadas como controle (laranja), flexibilização (amarelo), abertura parcial

(verde) e normal controlado (azul).

O plano divide o estado em 17 regiões e cada uma delas é classificada em uma fase do plano, dependendo de fatores com capacidade do sistema de saúde e a evolução da epidemia,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
PREGÃO PRESENCIAL 04/21. Dia 17/02/21 às 10h. Objeto: Aquisição de Mobiliário Escolar. Edital: na sede, Rua Videval Seixas, S/N, de 8 às 14h. Informações: tel. 74999528552 ou e-mail: licitacoes@canarana.ba.gov.br. Canarana/Ba, 04 de fevereiro de 2021. Romeu Xavier de Sousa. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA
ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2021
Publicação veiculada no dia 03/02/2021, página B1 deste Jornal.
Errata - indicação equivocada da data de abertura da licitação do Pregão Eletrônico Nº 01/2021 RP. Onde se lê:
Abertura: 16/01/2021 às 09h. Leia-se: Abertura: 16/02/2021 às 09h.
Errata - indicação equivocada da data de abertura da licitação do Pregão Eletrônico Nº 02/2021 RP. Onde se lê:
Abertura: 17/01/2021 às 09h. Leia-se: Abertura: 17/02/2021 às 09h.

Resultado da pré-seleção do Fies já está na internet

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

Com um dia de atraso, o resultado da pré-seleção para bolsas oferecidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) 2021 foi publicado na manhã de ontem (3). Os candidatos às 93 mil bolsas podem consultar o resultado no site do programa ou na instituição para a qual se inscreveu. Segundo o Ministério da Educação (MEC), serão disponibilizados R\$ 500 milhões para as bolsas de financiamento estudantil. Os candidatos pré-selecionados deverão complementar a inscrição entre os dias 3 e 5 de fevereiro de 2021.

De acordo com o MEC, os candidatos não selecionados integrarão uma lista de espera, podendo ser convocados a qualquer momento, até o dia 18 de março.

A Agência Brasil entrou em contato com o MEC para saber o motivo do atraso na

divulgação do resultado e aguardar resposta. Nas redes sociais, os candidatos se queixaram do atraso no cronograma.

Regras

A seleção para o Fies é feita com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na edição deste ano, pode participar quem fez o Enem entre 2010 e 2019, obteve média acima de 450 e não zerou a redação.

As notas de 2020 não poderão ser utilizadas devido ao adiamento das provas, que foram aplicadas somente em janeiro de 2021.

Outro pré-requisito é ter renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até três salários mínimos.

Criado em 1999, o Fies tem como meta facilitar o acesso ao crédito para financiamento de cursos de ensino superior em instituições privadas. O programa é ofertado em duas modalidades desde 2018 (Fies e P-Fies).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 07/21. Objeto: aquisição de urnas mortuárias, coroa de flores, mortalhas e serviços de tanatopraxia e traslado de corpos. Menor preço global. Acolhimento das propostas: a partir de 8h de 05/02/21 até 9h de 22/02/21. Abertura das propostas: às 9h de 22/02/21. Sessão pública: às 9:30h de 22/02/21. Edital: <http://www.docgedistemas.com.br/portal/municipio/ba/pmsaogabriel/diario> ou www.licitacoes-e.com.br, nº 855510 ou pelo e-mail: compras@saogabriel.ba.gov.br. Informações: na CPL, de 8 às 12h, Praça Largo da Pátria, 132, tel. 743621022. São Gabriel/Ba, 03/02/2021. Cleverson G.G. Oliveira. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
PREGÃO PRESENCIAL SRP 10/21. Objeto: fornecimento Fardamentos e roupas hospitalares. Menor valor global. Dia 16/02/21 às 9:20h. Pregão PRESENCIAL SRP 14/21. Objeto: fornecimento de combustíveis e derivados. Menor valor global. Dia 16/02/21 às 10:30h. CREDENCIAMENTO 03/21. Objeto: Credenciamento de Hospitais e clínicas para realização de pequenas cirurgias. Prazo para credenciamento: 04 a 16/02/21 de 8 às 12h. Julgamento: 17/01/21 às 10:20h. Local: sede. Informações/Editais: na CPL, Presidente Dutra/Ba, 03 de fevereiro de 2021. Raimundo M. Pereira Machado. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDARAÍ
LICITAÇÃO Nº 008/2021 CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021
Objeto: Constitui objeto desta Chamada Pública a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nos termos da Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 26 do FNDE, de 17/06/2013, das escolas da rede municipal de ensino deste município, durante o ano letivo de 2021. Data: 25/02/2021 às 09:00h, no Setor de Licitações. Edital e Divulgação dos outros atos-Diário Oficial-site: <http://www.pmandarai.transparenciaoficialba.com.br/>. Informações, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h (Tel. (75) 3335-2118. Andaraí, 04/02/2021. João Batista Rodrigues Lima - Presidente da CPL

Vacina: Governo vai ao STF para pedir prioridade aos professores

O governo do estado vai entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir prioridade na vacinação de professores. "Estamos ajustando tudo para dar segurança e condições sanitárias e pedagógicas de retorno aos estudantes, professores e demais profissionais da educação", escreveu o governador Rui Costa (PT), ontem em seu perfil no Twitter.

Rui disse ainda que as escolas já estão sendo preparadas para a retomada das aulas presenciais. "Estamos preparando as escolas com mais pias, álcool em gel e equipamentos de proteção. Já fizemos um plano de alternância de turnos de aulas para evitar a lotação das salas", detalhou.

Ainda no Twitter, ele disse que as aulas devem ser retomadas antes que toda a população seja vacinada, e explicou que a data está vinculada ao controle do número

de casos de covid-19. "Vamos voltar às aulas, sim. A retomada das atividades escolares acontecerá antes da maioria da população ser vacinada, mas não podemos ser irresponsáveis em estabelecer uma data enquanto a ocupação de leitos e o número de mortes se mantiver nos níveis atuais", acrescentou o governador.

Na terça-feira (02), o Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (Sinpro) pediu que o retorno das atividades escolares presenciais só ocorresse com a vacinação dos professores e que esses profissionais sejam priorizados na vacinação.

Esse pedido foi apresentado ao presidente da comissão especial para avaliação dos impactos da pandemia da covid-19, o deputado estadual Angelo Almeida, para buscar uma interlocução junto à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) e ao governo do estado.

O governador Rui Costa afirmou no Twitter que as aulas devem ser retomadas antes que toda a população seja vacinada

MP dá prazo de 72h para plano de retorno

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) emitiu recomendação ao estado da Bahia e ao município de Salvador para que as respectivas secretarias de educação divulguem os planos de retorno das aulas na rede pública em 2021. A recomendação foi assinada na segunda-feira (01) e estipula o prazo de 72h para que os gestores publiquem o plano de ação sanitária e pedagógica, assim como os critérios técnicos que fundamentam a suspensão da oferta de aulas presenciais. O governo e a prefeitura têm até hoje para apresentar o documento.

A promotora de execução de Educação Cintia Guanaes explica que desde o ano passado, o MP atua no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas estaduais e municipais em relação a pandemia. “Desde o meio do ano passado, a gente vem pedindo que as secretarias coloquem públicos os planos de retorno, como ele seria feito, como iriam integralizar a carga horária. Passou-se um ano inteiro e as secretarias só completaram 100 horas do calendário letivo e o plano nunca foi entregue”, diz a promotora.

Cintia esclarece que o objetivo da recomendação é para que os protocolos sejam de conhecimento da sociedade. “Essa recomendação é para que fosse dado conhecimento não só do que está sendo projetado pelas secretarias, mas também para toda a sociedade sobre o que está acontecendo, para que pais, alunos, escolas e coordenadores pedagógicos entendam o que elas estão pensando, como o ano letivo de 2020 vai ser realocado, como vão ser as aulas, se vai ser híbrido, todo remoto, como os alunos vão absorver os conteúdos. Tudo isso”, detalha.

A partir dessa publicação, Cintia acredita que será possível fazer uma preparação de

qual cenário a comunidade escolar deve esperar. A fiscalização da aplicação dos protocolos sanitários será feito por equipes do MP por meio de visitas espontâneas às unidades de ensino ou por denúncias do conselho tutelar. As medidas sanitárias terão de passar por aprovação da equipe de saúde da promotoria, que avaliará se os critérios estão de acordo com o proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e outros órgãos nacionais e internacionais.

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino da Bahia (Sinepe-BA), que representa 1.500 escolas particulares em Salvador e 2.800 na Bahia, vê a medida do MP como positiva. “Vemos essa medida com muito bons olhos. É uma ação em favor da educação, de cobrar dos entes públicos quais as condições e indicadores para o retorno”, diz o presidente Jorge Tadeu Coelho.

Dentre os protocolos sanitários estabelecidos pela Smed, estão a alternância dos alunos em sala de aula, merenda escolar servida na sala e intervalo de recreio reduzido, também intercalado entre as turmas. Além disso, deve ser feito o distanciamento de no mínimo 1,5 metro entre os alunos e carteiras, aferição da temperatura na entrada e as turmas de tempo integral deverão funcionar em tempo parcial até que as condições de distanciamento social permitam retorno completo.

24h

ECONOMIA

Brasileiros não sacaram R\$ 1,3 bilhão do auxílio

EMERGENCIAL Até o momento, 1,4 milhão de pessoas não movimentaram os recursos do Auxílio Emergencial dentro do prazo de validade instituído pelo Decreto nº 10.316/2020. Dessa forma, segundo o Ministério da Cidadania, recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão foram devolvidos aos cofres da União.

De acordo com a regra, cada parcela do auxílio emergencial deve ser movimentada pelo beneficiário em até 90 dias, contados a partir do crédito na conta digital – aberta em nome do trabalhador e movimentada pelo aplicativo Caixa Tem.

Já para quem é titular do Bolsa Família, mas estava recebendo o recurso emergencial em virtude da pandemia, o limite é ou-

1,4

Milhão de pessoas não movimentaram os recursos que o governo federal disponibilizou

tro: os valores devem ser sacados ou usados em transferências e pagamentos de conta em até 270 dias. Caso contrário, o dinheiro é devolvido pelo banco aos cofres públicos.

Não é necessário fazer o uso total da quantia: a movimentação de um baixo valor dentro do prazo já é suficiente para que o recurso não seja devolvido.

Para acessar o dinheiro, o beneficiário pode pagar boletos e realizar compras em supermercados, padarias, farmácias e outros estabelecimentos com o cartão de débito virtual e QR Code, nas maquininhas débito; pagar contas de água, luz, telefone e gás pelo aplicativo ou nas lotéricas, com a opção 'Pagar na Lotérica', do Caixa Tem; além de fazer o saque nas lotéricas ou correspondentes bancários Caixa Aqui.

Ainda sobre o auxílio emergencial, diante do caos no sistema de saúde do Amazonas com o crescimento vertiginoso dos contágios e das mortes causadas pela pandemia de covid-19, a Justiça Federal no Estado determinou ontem que o governo federal retome o pagamento do auxílio aos amazonenses, com duas novas parcelas mensais de R\$ 300.

A decisão da 3ª Vara Federal Cível em Manaus determina que a União restabeleça os pagamentos em até 15 dias, sob pena de uma multa diária de R\$ 100 mil por até 30 dias (total de R\$ 3 milhões).

As duas parcelas deverão ser pagas às pessoas que já recebiam o auxílio emergencial em 2020, sem a necessidade de novo requerimento por parte dos beneficiários. O Ministério da Economia não comentou a decisão.

LUCRO DA DONA DO GOOGLE CRESCE 20%

2020 A Alphabet, dona do Google, registrou lucro líquido de US\$ 41,22 bilhões em 2020, um crescimento de 20,43% sobre o ano anterior. Somente no último trimestre, os ganhos saltaram 68,9% ante o mesmo período de 2019, alcançando US\$ 15,65 bilhões. O resultado ficou acima dos US\$ 11,87 bilhões estimados por analistas. No mesmo período, a receita da companhia foi recorde no trimestre, chegando a US\$ 56,9 bilhões. O montante representa avanço de 23,7% no comparativo anual.

QUEIXAS CONTRA CONSIGNADO TÊM RECORDE

RECLAMAÇÕES As reclamações contra bancos relacionadas ao crédito consignado dispararam no quarto trimestre de 2020 e chegaram a um número nunca antes visto. Segundo balanço feito pelo Banco Central (BC), foram 10,5 mil queixas nos últimos três meses do ano passado, que levaram o produto a ser o principal motivo de insatisfação da clientela, com três vezes mais reclamações que o segundo colocado. A Febraban anunciou a proibição de 9 correspondentes bancários.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Festa, mentiras e videotapes

Quem tem 35 prioridades no meio de uma crise desta dimensão não tem nenhuma. Mas foi essa a lista que o presidente Jair Bolsonaro entregou ontem ao Congresso. Quem acha que o importante é o homescholling não tem ideia da tragédia que está acontecendo na educação brasileira, com 47 milhões de estudantes longe das escolas. Quem acha que o importante é liberar armas num país em que há um milhão de civis armados, como este jornal informou, quer alimentar a formação de milícias no Brasil.

Na abertura do ano legislativo, a oposição recebeu o presidente com gritos de "genocida" e "fascista", e os governistas responderam com "mito, mito". O presidente Bolsonaro, diante disso, afirmou que foi deputado por 28 anos e nunca desrespeitou as autoridades. Ele disse que fuzilaria Fernando Henrique e exaltou torturadores de Dilma Rousseff. Só para citar duas agressões das muitas com as quais ele cimentou sua notoriedade. No seu discurso, ele falou uma coleção de mentiras. O espaço é curto para listá-las. Falarei de uma. Bolsonaro disse que concedeu

mais títulos de terra do que os distribuídos nos 14 anos anteriores. Mentira. A média anterior era três mil títulos distribuídos por ano. A pesquisadora Brenda Brito, do Imazon, conta que em 2019 houve "um apagão fundiário". Foram apenas seis títulos. No blog, publiquei nota com gráficos. Os dados foram obtidos pela ONG graças à Lei de Acesso à Informação.

Os novos presidentes da Câmara e do Senado, o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), foram ao Palácio do Planalto ontem cedo e fizeram declaração pelo combate à pandemia e seus efeitos econômicos. A cena pública estava correta, as palavras eram boas, mas era impossível não compará-las com o que fora feito pelo deputado Arthur Lira e ou-

tros parlamentares e ministros.

A festa espalha vírus promovida pelos vitoriosos da Câmara dos Deputados, com a presença de dois ministros, foi um ultraje. Organizar esta festa é crer na impunidade. Participar dela, sem máscara, dançando e se aglomerando entre 300 pessoas é uma demonstração de que para esses ministros e parlamentares a vida dos brasileiros não tem valor. A festa em plena pandemia, como escrevi no blog, é um tapa na cara do país.

A primeira urgência na pauta do Congresso é ter um orçamento, porque sem isso alguns serviços essenciais podem entrar em colapso. O Ministério da Economia quer o orçamento aprovado até março. Na lista do Ministério há também a PEC Fiscal e a aprovação de marcos le-

gais. Entre eles, o do petróleo, que permitirá que se possa ter concessão em áreas onde há o modelo de partilha. Os outros marcos são de ferrovias, cabotagem e do setor elétrico.

Nenhum desses é simples. Para se ter ideia, o senador Rodrigo Pacheco prometeu colocar hoje para votar a MP do setor elétrico, antes que ela caduque na semana que vem. Ela reduz os incentivos às novas fontes renováveis, solar, eólica, biomassa, e cria um encargo na conta de luz para financiar a interminável e caríssima Angra 3.

A atenção de Jair Bolsonaro está em outros pontos da sua lista de prioridades. Quer aumento de armas nas mãos dos extremistas que o apoiam e a retenção de crianças e adolescentes em casa, sob o argumento medieval de que só os pais sa-

bem o que deve ser ensinado.

Há momentos no Brasil em que a dúvida é quanto mais podemos piorar. Certamente um passo na decisão da piora aguda é pensar no nome da deputada Bia Kicis (PSL-DF) para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ela é protagonista de uma série infindável de agressões ao direito, à ciência e à democracia. Propagadora de mentiras. Em plenário, defendeu a intervenção militar em caso de divergência entre poderes, dizendo que este é o sentido do artigo 142. Está sendo investigada por envolvimento em atos que pediam o fechamento do Congresso e do Supremo. Que uma pessoa que proponha rasgar a Constituição seja cogitada para a Comissão que deve zelar pelos princípios constitucionais é uma anomalia que ilustra os tempos atuais.

O senador Rodrigo Pacheco, lembrando JK, falou muito em pacificação. Soa bonito. Juscelino fez alianças com adversários pela frente ampla, mas sabia com quem não deveria buscar a pacificação. Com a ditadura militar, que o cassou e que inspira Bolsonaro.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

Saúde: planos sobem quase 50%, e órgãos vão à Justiça

REAJUSTES Em meio à uma crise sanitária sem precedentes, com o sistema público de saúde sobrecarregado, quem contava com assistência médica privada no Brasil se viu diante de uma grande barreira no começo de 2021. Os planos de saúde sofreram reajustes retroativos, elevando em muito o valor das mensalidades

A alta nos preços, considerando apenas os dados oficiais, chega a quase 50%, conforme aponta um levantamento divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Mas a realidade pode ser ainda pior. Dados consolidados pelo Procon-SP apontam que há casos em que o aumento chegou a 113%, de acordo com o G1.

A disparidade nos custos ocorre porque, além

Isso é claramente insustentável, ainda mais num cenário de crise sanitária e econômica sem data para terminar
Teresa Liporace

Diretora executiva do Idec, em entrevista ao G1

do reajuste anual de 2021, os planos foram autorizados a cobrar, retroativamente, os reajustes que foram suspensos pela Agência Nacional de Saúde (ANS) em 2020, em função da pandemia.

Segundo o levantamento do Idec, o acúmulo de vários tipos de reajuste elevou a mensalidade dos planos de saúde entre 12,21% e 49,81%. Para chegar a esses percentuais, a entidade fez seis simulações usando os valores indicados no Painel de Precificação da ANS, de julho de 2020.

"São, portanto, dados oficiais conservadores, que não refletem as históricas distorções no mercado de saúde suplementar", ressaltou o Idec. Ou seja, os reajustes efetivamente aplicados podem ser superiores à média calculada no levantamento.

Dados divulgados também ontem pelo Procon de São Paulo apontam que, somente em janeiro, foram regis-

tradas junto ao órgão 962 reclamações referentes ao reajuste retroativo, bem como à falta de explicação sobre o cálculo dos reajustes. Em janeiro de 2020, o órgão recebeu apenas nove reclamações do tipo, o que corresponde a um aumento de 10.000% nas denúncias.

O Procon-SP informou ter enviado uma petição à ANS manifestando sua preocupação com os reajustes e pedindo que o órgão regulador determine a imediata redução dos reajustes anuais aplicados a partir de janeiro aos planos coletivos.

Já o Idec recorreu diretamente à Justiça, mas o pedido foi negado. O instituto vai recorrer. Para o Idec, as operadoras de planos de saúde tiveram, em 2020, "seus melhores resultados financeiros dos últimos anos" e, por isso, os reajustes não deveriam ter sido aplicados no atual contexto de crise.

NOVONOR NEGA VENDA DA CONSTRUTORA OEC

COMUNICADO A Novonor negou ontem que a construtora Odebrecht Engenharia e Construção esteja à venda. A notícia circulou em alguns veículos de imprensa. No entanto, a Novonor divulgou comunicado onde nega a venda. De acordo com a conglomerado empresarial, a ideia é ter sócios ou investidores para determinados projetos, sem que isso represente a venda do controle do braço de engenharia e construção da Novonor. Antiga Odebrecht, a Novonor adotou o novo nome no final de 2020, quando finalizou um grande processo de reestruturação.

EMPREGO

61.637

Vagas de trabalho foram geradas pelo agronegócio brasileiro em 2020, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Foi o melhor resultado no setor em 10 anos, apesar da pandemia e dos resultados abaixo do esperado na oferta de novos postos de trabalho.

Produção da Petrobras em janeiro supera fim de 2020

AUMENTO A produção da Petrobras em janeiro superou os níveis observados no último trimestre de 2020, quando houve um recuo devido a paradas programadas de plataformas, afirmou ontem o diretor executivo de Exploração e Produção da petroleira estatal, Carlos Alberto Pereira de Oliveira.

Nos últimos três meses de

2020, a produção de óleo e LGN da companhia no Brasil foi de 2,135 milhões de barris de petróleo por dia (bpd), queda de 9,7% ante o terceiro trimestre e de 10,8% na comparação com o mesmo período de 2019.

As paradas para manutenção de plataformas foram concentradas no quarto trimestre, uma vez que grande

parte da campanha de manutenção não pôde ser executada no segundo e terceiro trimestre devido à pandemia.

"Em janeiro já estamos produzindo mais do que no último trimestre", disse Oliveira. A previsão é produzir 2,72 milhões de barris de óleo equivalente por dia em 2021, podendo variar 4% para cima ou para baixo.

CONSUMO APARENTE DE BENS INDUSTRIAIS TEM ALTA DE 3,6%

EM DEZEMBRO O Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais subiu 3,6% em dezembro ante novembro, informou ontem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No fechamento de 2020, o indicador registrou queda de 5,2%.

Assim como ocorreu com a produção industrial, medida pela Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM - PF), foi a oitava alta mensal seguida no Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais.

Em relação a dezembro de 2019, a alta do indicador, segundo o Ipea, foi de 20,1%. Com isso, no quarto trimestre, a alta foi de 4,4% ante igual período de 2019. Na comparação com o terceiro trimestre de 2020, o indicador apresentou alta de 9,4%.

O consumo aparente de bens industriais é definido como a parcela da produção industrial doméstica destinada ao mercado interno acrescida das importações. Em dezembro, enquanto a produção interna destinada ao mercado nacional (bens nacionais) avançou 3,5% ante novembro, as importações de bens industriais cresceram 17,3%.



Vacina russa Sputnik V já é aplicada em países como Argentina, Uruguai, Sérvia e Emirados Árabes e, com flexibilização, deve chegar no Brasil

Caminho aberto para Sputnik e Covaxin

Vacinas Anvisa muda regras e flexibiliza liberação de novos imunizantes no país

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) alterou ontem o texto do guia que estabelece requisitos mínimos para o pedido de uso emergencial de vacinas para covid-19, retirando a exigência de realização de estudo em fase 3 no Brasil.

A medida afeta diretamente a liberação provisória da vacina russa Sputnik V, pela qual o governo da Bahia fez um convênio com o Instituto Gamaleya, que a desenvolveu. A União Química, responsável pela produção do imunizante no país, não conseguiu a autorização para realizar o estudo com a vacina no país, no entanto, ele já foi realizado em outros países.

O governo estadual, inclusive, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Anvisa autorizasse o uso emergencial da vacina. Na última terça-feira, quando a vacina teve os dados publicados em revista, a agência disse que a eficácia, de 91,6%, era "boa notícia", mas listou pontos pendentes no pedido.

A União Química afirma que pode receber

10 milhões de doses prontas da Sputnik até março. Além disso, entregar 150 milhões de unidades em 2021, somando a produção que seria feita no Brasil.

O governador Rui Costa comemorou a decisão da Anvisa. "Valeu a pena a batalha da Bahia pela Sputnik V!". Para Rui, a mudança na regra vai "abrir a porta para que tenhamos registro e imunizemos o povo brasileiro mais rapidamente. Com isso, além de salvar de milhares de vidas e esvaziar hospitais, vamos retomar a vida à normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda e diminuir o sofrimento do nosso povo".

O Ministério da Saúde, após a mudança na regra, afirmou ontem que vai se reunir amanhã com representantes do Instituto Gamaleya e do laboratório indiano Bharat Biotech, fornecedor do imunizante Covaxin, para negociar a compra de mais 30 milhões de doses de vacinas contra a covid-19.

PORTA ABERTA

A facilitação das exigências também pode ajudar a Moderna, que tem estudos de fase 3 com resultados publicados em revistas científicas, mas conduzidos fora do país.

Quatro desenvolvedores fizeram testes no país: a Pfizer, a Johnson, Oxford e a Sinovac. Até agora, apenas as vacinas de Oxford e da Sinovac foram aprovadas emergencialmente e estão sendo aplicadas na população.

Dessas duas, só Oxford publicou resultados preliminares em uma revista científica de seus testes de fase 3 - que é quando a vacina é testada em larga escala, com milhares de voluntários, para avaliar sua segurança e eficácia.

A Pfizer, que publicou os resultados e fez testes no Bra-

sil, ofereceu doses ao país, mas ainda não teve aprovação de uso emergencial da Anvisa e as negociações com o governo federal têm enfrentado obstáculos.

A Johnson só divulgou seus resultados recentemente, mas ainda sem publicá-los em revista. A publicação em uma revista científica significa que os dados da vacina foram avaliados e validados por outros cientistas.

NOVAS REGRAS

Após a mudança nas regras, segundo o gerente de medicamentos da agência, Gustavo Mendes, a resolução que trata do tema passou a citar que o estudo de fase 3 deve ser "preferencialmente" conduzido também no Brasil. Ao GI, Mendes disse que, quando a empresa optar por não conduzir, deve atender outros critérios:

Acompanhamento dos participantes para a avaliação de eficácia e segurança dos participantes do estudo por pelo menos 1 ano; garantia de acesso aos dados gerados em sua totalidade; demonstração que estudos pré-clínicos e clínicos foram conduzidos conforme as diretrizes aceitas nacional e internacionalmente.

No caso de estudos de fase 3 não conduzidos no Brasil, a Anvisa coloca como condição para a empresa: comprometer-se a concluir o desenvolvimento da vacina em todos os aspectos, apresentar e discutir os resultados com a Anvisa e solicitar seu registro sanitário. O prazo de análise para vacinas sem estudo desenvolvido no Brasil será de até 30 dias.

O gerente disse ainda que é importante destacar que a empresa que não teve desenvolvimento clínico no Brasil deve se comprometer a pedir o registro sanitário no país.

MAIS VACINAS

Trecho excluído O governo Jair Bolsonaro contrariou órgãos técnicos e excluiu trecho da Medida Provisória 1.026/2021, publicada em 6 de janeiro, que poderia ter facilitado a compra da vacina da Pfizer para a covid-19. Na primeira versão da MP, obtida pelo jornal O Estado de S. Paulo via Lei de Acesso à Informação, havia um artigo que autorizava a União a assumir a responsabilidade sobre efeitos adversos que os imunizantes pudessem apresentar. Além disso, o texto liberava a contratação de um seguro para cobrir os riscos que o governo assumiria. Essas medidas são exigências do laboratório Pfizer para vender seu imunizante. Países da Europa e os Estados Unidos já firmaram compromissos nesses termos com a farmacêutica para viabilizar a compra do imunizante. Trata-se de exigência do laboratório para evitar ser alvo de eventuais ações judiciais, mas o governo considerou a cláusula "abusiva".

Redução nos casos A vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford em parceria com o laboratório AstraZeneca pode ajudar a reduzir a transmissão do vírus. Segundo estudo preliminar, a redução é de 67% nos testes positivos. A eficácia do imunizante pode chegar a 82,4% se o intervalo entre as duas doses for de 12 semanas ou mais, revela estudo publicado ontem. O imunizante tem autorização para uso emergencial no Brasil e é produzido e distribuído nacionalmente pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O artigo, assinado por pesquisadores britânicos, brasileiros e sul-africanos, foi colocado na plataforma de pré-publicação da revista The Lancet e ainda precisa passar pela revisão de outros cientistas.

Em conjunto O laboratório farmacêutico britânico GSK e o concorrente alemão CureVac anunciaram que vão desenvolver em conjunto uma vacina contra o novo coronavírus, que esperam estar pronta em 2022. Em comunicado, as empresas dizem que têm como objetivo desenvolver "uma vacina que responda às variantes que possam surgir durante a pandemia".

Brasileira Duas vacinas estão sendo produzidas por pesquisadores de Minas Gerais, mas esbarram na falta de investimento. Uma, que está em testes em animais, utiliza o vírus da influenza geneticamente modificado para induzir respostas no organismo e a outra tem como base a BCG, já utilizada para proteção contra a tuberculose.



A sessão solene do Congresso Nacional ocorreu de forma presencial e reuniu Bolsonaro, Lira, Pacheco e centenas de parlamentares

Bolsonaro define as prioridades para 2021

Governo Lista inclui a privatização da Eletrobras e ampliação da posse de armas

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@rededebsa.com.br

O presidente Jair Bolsonaro participou, ontem, da sessão solene de abertura do ano legislativo e entregou a mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional. No texto, o mandatário afirmou que pretende trabalhar em harmonia com os congressistas e pediu apoio para uma série de iniciativas e projetos, como o pacto federativo, as reformas administrativa e tributária, a agenda de concessões e privatizações, a liberdade de mercado e a modernização do setor elétrico.

Mais cedo, antes de ir ao Congresso, Bolsonaro entregou uma relação de projetos prioritários aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco. A lista foi dividida em eixos: a retomada de investimentos, as reformas fiscais e a pauta de costumes, além de outras proposições. O encontro foi o primeiro entre Bolsonaro e os parlamentares. Os dois tiveram o apoio do presidente nas eleições.

Dois dos projetos listados flexibilizam regras sobre a compra, porte e posse de armas de fogo.

🔴 O atual cenário em que o Brasil se encontra exige de todas as autoridades públicas uma atuação ainda mais coordenada, integrada, harmônica e fulcrada no espírito público para, juntos, construirmos um Brasil mais próspero e mais justo para todos Jair Bolsonaro Presidente

Outro estabelece as circunstâncias em que ações de militares não podem ser punidas durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Há ainda uma proposta que regulamenta a educação domiciliar de crianças e adolescentes, conhecida como homeschooling. A lista inclui ainda a privatização da Eletrobras e a mineração em terras indígenas.

"O atual cenário em que o Brasil se encontra exige de todas as autoridades públicas uma atuação ainda mais coordenada, integrada, harmônica e fulcrada no espírito público para, juntos, construirmos um Brasil mais próspero e mais justo para todos", disse Bolsonaro, em seu discurso no Congresso.

O chefe do Executivo listou ações tomadas pelo governo no último ano, principalmente durante a pandemia de covid-19. O presidente afirmou que o auxílio emergencial alcançou mais de 68 milhões de brasileiros. "Com base nessas premissas e com um olhar especial às populações mais vulneráveis, àqueles que mais necessitam da atenção do Poder Público, todo o governo federal foi mobilizado para uma atuação ainda mais coordenada, integrada e efetiva. Todos os órgãos e todas as entidades governamentais passaram a direcionar esforços no combate ao vírus na proteção às pessoas", afirmou.

REALIZAÇÕES

O presidente também dedicou sua fala para apontar o que considera as principais realizações de seu governo. Ele citou, por exemplo, os 201 projetos de concessão incluídos no Programa de Parceria e Investimentos, a entrega de 374 mil unidades habitacionais, os investimentos federais em saneamento básico, a digitalização de serviços governamentais, a aprovação da Lei de Fa-

lências, a implantação do Pix (sistema de pagamentos instantâneos) e a redução da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 2% ao ano.

"O governo federal não parou. Em paralelo ao monumental esforço exigido para ações de combate ao novo coronavírus, prosseguimos trabalhando em diversas outras frentes, sempre em prol do povo brasileiro", disse.

Jair Bolsonaro foi vaiado por alguns congressistas antes e durante a leitura de sua mensagem. Deputados que chamaram-no de "fascista", "genocida" e "racista" foram contidos pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que pediu pacificação e respeito às instituições do país. Um grupo favorável ao presidente gritou "mito".

"Que saia deste Congresso Nacional o exemplo para a nação. A pacificação da sociedade brasileira não acontecerá se não houver pacificação das instituições", disse Pacheco.

Antes de começar a ler o discurso, Bolsonaro disse, sem citar nomes: "Nos encontramos em 22". Ele usou máscara quando chegou à cerimônia e tirou para ler a mensagem.

A sessão solene ocorreu de forma presencial no plenário da Câmara dos Deputados e reuniu centenas de parlamentares, sob o comando do novo presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Além do presidente da República, que foi o primeiro a discursar, também discursaram o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que entregou a mensagem do Poder Judiciário; o presidente recém-eleito da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e Pacheco, que falou ao final e encerrou os trabalhos.

Pacheco e Arthur Lira pedem agilidade na vacinação

Os novos presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL), apresentaram ontem medidas que consideram prioritárias para o país, como um auxílio financeiro para a população pobre, e assinaram um documento em que reforçam a intenção de dar agilidade à vacinação contra a Covid-19.

Após fazerem um pronunciamento conjunto no Congresso, os presidentes da Câmara e do Senado se dirigiram à primeira reunião com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

"Assegurar, de forma prioritária, que todos os recursos para aquisição de vacinas estejam disponíveis para o Poder Executivo e que não falem meios para que toda a população possa ser vacinada no prazo mais rápido possível; e que a peça orçamentária a ser votada garanta que cada brasileiro terá a certeza de que o dinheiro do seu imposto estará disponível para sua vacina", afirma o documento lido por Pacheco e Lira.

AUXÍLIO

Pacheco e Lira também anunciaram que vão pedir um prazo para a apresentação dos relatórios da reforma tributária e da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. A PEC Emergencial cria mecanismos de controle de despesas públicas para União, estados e municípios.

Eles ainda ressaltaram que serão prioridades em suas gestões as aprovações da reforma administrativa e da PEC dos Fundos Públicos.

Dentro do governo, a expectativa é que os novos comandos de Câmara e Senado facilitem a tramitação e a aprovação de matérias de interesse do Executivo. As reformas são vistas pela equipe econômica como essenciais para garantir a retomada da economia.

Pacheco e Lira reforçaram que pretendem encontrar maneiras de auxiliar financeiramente os setores pobres da população, que ainda sofrem com efeitos econômicos da pandemia. Ao mesmo tempo, ressaltaram o compromisso com a manutenção do teto de gastos.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados manifestaram que trabalharão de forma conjunta, harmônica e colaborativa em todos os temas que possam facilitar e ajudar os brasileiros na superação do drama da pandemia.

COVID-19

Rui celebra dispensa de testes na fase 3 de vacinas



RUI classificou como “aberração” a exigência da Anvisa para que haja testes da vacina contra a Covid-19 no Brasil antes de liberar o uso do imunizante

EQUIPE DE POLÍTICA

Logo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciar, na noite de ontem, a dispensa de testes no Brasil na fase 3 das vacinas contra Covid-19, o governador da Bahia, Rui Costa, comemorou a decisão. Em vídeo divulgado nas redes sociais, ele enalteceu a atuação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal, em janeiro deste ano, para o país poder importar e distribuir vacinas sem registro na agência, desde que certificadas por outros órgãos de referência internacional.

“Não posso deixar de agradecer e de parabenizar a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, agradecer ao STF pela postura firme, determinante na defesa da saúde pública e da vida humana e também comemorar porque significa a retomada da imagem da Anvisa que tinha prestígio no passado e vinha perdendo essa imagem positiva no exterior e se arriscando a entrar no caminho da anticidência”, afirma Rui.

Ainda no vídeo, sobre a decisão que vai viabilizar a aquisição mais ágil de milhões de doses da Sputnik V e vacinas de outros países, trazendo esperança para a população, o governador da Bahia falou que,

“além de salvar milhares de vidas humanas, de esvaziar os hospitais, nós vamos retomar a vida, a normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda, diminuir o sofrimento do nosso povo”.

Mais cedo, havia classificado como “aberração” a exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que haja testes da vacina contra a Covid-19 no Brasil antes de liberar o uso do imunizante. A agência quer que o laboratório União Química faça testes antes de autorizar o uso da vacina russa Sputnik V no país.

“Temos contrato com a Rússia e há a possibilidade de produzir o imunizante no Brasil, sem demora. Então,

não faz sentido o governo federal estar protelando a análise desta vacina. O que nós questionamos é a aberração de condicionar a vistoria dos documentos à realização de um estudo de caso no Brasil, o que demoraria, pelo menos, 90 dias. Nós não temos esse tempo”, declarou o governador baiano, durante o programa Papo Correria, transmitido nas suas redes sociais.

Segundo a prestigiada revista científica The Lancet, a Sputnik V mostrou uma eficácia de 91,6%. O estudo foi com 19.866 participantes. Do total, 14.964 tomaram a vacina e 4.902, um placebo (substância que não surte efeito sobre o organismo).

Tribuna

Cunha é alvo em operação sobre propina para baixar impostos



ENTRE os alvos dos mandados de busca e apreensão está o ex-presidente da Câmara dos Deputados

ESTADÃO CONTEÚDO

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Polícia Civil fazem, ontem, a Operação Antonov contra um esquema de propina para baixar impostos em combustíveis da aviação na capital federal. Entre os alvos dos mandados de busca e apreensão estão o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e o ex-vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli.

De acordo com a investigação, os crimes ocorreram entre 2012 e 2014. Há indícios de que as companhias aéreas Gol e TAM teriam pago R\$ 4 milhões a Filippelli e R\$ 10 milhões a

Eduardo Cunha – que seria o intermediário entre as empresas e o governo do DF. O ex-presidente da Câmara dos Deputados cumpre prisão domiciliar por outros crimes.

As apurações foram abertas a partir de um acordo de colaboração premiada firmado entre o Ministério Público Federal e o operador Lucio Funaro.

Filippelli e Cunha, que na época era deputado federal pelo Rio de Janeiro, teriam recebido a propina para alterar uma lei distrital e reduzir a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do querosene da aviação.

Os pagamentos a Cunha teriam sido recebidos através de uma empresa administrada pela mulher dele, Cláudia

Cordeiro Cruz, ou por meio de transferências a companhias ligadas a Funaro. O operador teria contratado o serviço de doleiros Tony, Juca Bala e Tyson para fazer com que o dinheiro chegasse ao político. Os dois últimos foram presos na Operação Lava Jato.

Já Filippelli teria recebido as propinas com a ajuda do operador Afrânio Roberto de Souza Filho e usado parte do dinheiro para comprar imóveis comerciais na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal. Para os investigadores, há indícios de que, posteriormente, eles foram usados para 'integralizar o capital social da empresa Lanciano Investimentos e Participações S/A, administrada por sua então esposa Célia Maria Pereira Ervilha Filippelli', afirma o MPDFT.

As suspeitas recaem ainda sobre o empresário da Gol, Henrique Constantino, que teria feito pagamentos a Cunha em troca da liberação de empréstimo na Caixa Econômica e da desoneração da folha de pagamento dos empregados do setor aéreo e rodoviário, pontos de interesse da companhia aérea.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do MPDFT, com apoio dos policiais civis, cumpre ao todo 20 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo e Goiás.

A operação foi batizada de Antonov em referência ao maior cargueiro de asa fixa do mundo.

Tribuna

Gasolina já subiu 13% nas refinarias em 2021

THAIS CARRANÇA
DA BBC NEWS BRASIL EM SÃO
PAULO

Ainda é fevereiro, mas a Petrobras já anunciou dois aumentos para a gasolina e um para o diesel em 2021. Com um reajuste de 7,6% anunciado em 8 de janeiro e outro de 5% no dia 26 do mesmo mês, a gasolina já acumula cerca de 13% de alta nas refinarias neste ano. Já o diesel, pivô do descontentamento dos caminhoneiros

que levou a paralisações isoladas nos últimos dias pelo país, foi reajustado em 4,4%.

E os analistas são unânimes: deve vir mais alta de preços dos combustíveis por aí, já que os valores praticados pela Petrobras no mercado interno seguem abaixo do mercado internacional, que serve de referência para os reajustes da estatal.

O aumento esperado dos preços reflete a expectativa de valorização do barril do petróleo, diante da pre-

visão de manutenção da oferta restrita pela Opep (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e Rússia; aliada ao crescimento projetado da economia mundial, com o avanço da vacinação contra a covid-19; e à incerteza com relação ao câmbio, diante do desequilíbrio das contas públicas nacionais.

GASOLINA, DIESEL E O BOLSO DO CONSUMIDOR

Para o consumidor final, a expectativa dos analistas

é de uma alta entre 8% e 10% do preço da gasolina neste ano e um pouco menos do que isso para o diesel, devido à sensibilidade política do reajuste desse combustível desde a greve nacional dos caminhoneiros de 2018.

A gasolina pesa no bolso do consumidor de classe média que tem carro e dos trabalhadores que dependem de veículos automotores para seu sustento, como motoristas de aplicativos e entregadores.

Associação que convocou greve dos caminhoneiros se retira do movimento

BRASILECONÔMICO

A Associação Nacional de Transporte do Brasil (ANTB), decidiu se retirar da greve dos caminhoneiros, que teve início na segunda-feira (1). A associação foi uma das que convocou o movimento, que não ganhou a força esperada.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, José Roberto Stringasci, presidente da ANTB, disse que a decisão foi tomada depois de uma pressão do governo para que a greve não crescesse. "Agora vamos nos reagrupar, reorganizar, para só então decidir. Vamos definir uma nova data e nova estratégia", disse.

Para o presidente da ANTB, a ideia de que o movimento seria partidário pode ter contribuído para o seu enfraquecimento. "Não tinha bandeira de partido, não era contra o presidente Jair Bolsonaro. Mesmo assim, o governo mandou um aparato de guerra", avaliou. Com a greve marcada, as Justiças de alguns estados, como São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, proibiram o

bloqueio de estradas.

As entidades que convocaram a greve, incluindo a ANTB, pediram para que os caminhoneiros não trabalhassem na segunda-feira. Isso, porém, não durou muito. Pressionados, motoristas voltaram à ativa já na parte da tarde do primeiro dia de greve, e o movimento não teve força.

A oposição à manifestação de insatisfação com o preço mínimo do frete e o alto preço do óleo diesel não partiu apenas do governo. Entidades que participaram da greve de 2018, como a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) e Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), não quiseram participar da greve desta vez.

Além disso, o agronegócio, que havia sido um forte aliado dos caminhoneiros em 2018, foi contra a paralisação neste momento. Grupos como a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) também foram contrários à greve.

Guedes topa o coronavoucher, mas quer reformas em troca

THAÍS OYAMA, DA UOL

A prioridade dos novos presidentes do Congresso é o coronavoucher, conhecido também como auxílio emergencial. A do governo é a reforma administrativa. Uma coisa não colide com a outra, pelo contrário.

Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, o ministro Paulo Guedes já topou estender o auxílio iniciado com pandemia do coronavírus, desde que: 1) o teto de gastos seja mantido — ou seja, que o recurso saia da abertura de crédito extraordinário, como no caso do dinheiro para

compra das vacinas; 2) o Congresso destrave as reformas, em especial a administrativa. O governo acredita que a simples sinalização de que as reformas andarão será suficiente para reanimar o mercado. A retomada do crescimento econômico e a superação da pandemia, por meio da vacinação em massa, compõem o norte que une o Legislativo e o Executivo. Nesse contexto, o presidente Jair Bolsonaro foi convencido a deixar para o fim do ano, ou mesmo o início do ano que vem, as votações de pautas de costumes com que pretendia agradar seu eleitorado.

Codecon realiza ações para inibir preços abusivos

Em quatro dias da Operação Liquida Salvador, a Diretoria de Ações de Proteção e Defesa do Consumidor (Codecon) já vistoriou 79 lojas na cidade. Do total, oito estavam irregulares e 11 foram notificadas, sendo sete por ausência de informação de preço, três por ausência de informação sobre a validade do produto e uma por lixeira inadequada. A ação prossegue até a próxima segunda-feira (8). Desde a sexta-feira passada (29), os agentes da Codecon estão realizando ações de fiscalização em lojas, para verificar as condições da oferta de produtos e evitar as práticas abusivas. Infrações comuns encontradas em grandes promoções são ausência de preço no produto, ausência de aviso sobre as formas de pagamento aceitas no estabelecimento, falta de informações descritivas sobre o produto e ausência de exemplar do Código de Defesa do Consumidor (CDC), visível e de fácil acesso ao cidadão.

Região Sisaleira sofre com a BA-120 e motoristas pedem ajuda ao Estado

PEDRO OLIVEIRA
REPORTER

A má conservação da BA-120 na Região Sisaleira, está causando indignação e revolta a motoristas, populares e comerciantes que utilizam essa importante via, devido à buraqueira na pista asfáltica. Alguns condutores procuraram a reportagem da TB para expor a situação e pedir ao governador Rui Costa uma ação, através da Secretaria de Infraestrutura, visando minimizar a situação que prejudica a todos e a economia regional.

“A parte mais crítica da BA-120 está nos trechos que serve aos municípios de Serrinha, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz e Cansanção. Esperamos que o governador Rui Costa se sensibilize com o nosso apelo e recupere a malha rodoviária com serviços de tapa-buraco o mais rápido possível e antes

que aconteça uma tragédia com grandes proporções, já que a região formada por 20 municípios, conta com mais de 500 mil habitantes e merece um atenção especial”, explica o motorista Elizabete Oliveira, morador do município de Cansanção.

O trecho entre Santa Luz e Queimadas, com 42 km, reconstruído no primeiro mandato de Rui Costa, já apresenta os primeiros buracos, carecendo de providências urgentes, já que se trata do melhor trecho asfáltico que existe na região. Já a BA-120 que liga as cidades de Riachão de Jacuípe a Conceição do Coité, com pouco mais de 30 km, também, construída no atual governo é a que apresenta a pior situação, exigindo verdadeiro malabarismo dos motoristas em alguns trechos.

“O que nos deixa indignado é ver a região carente de uma boa representação

política, e caso exista não a conhecemos. O que se percebe são parlamentares querendo ser dono de todas as ações do governo. Não queremos representantes de “fachada”, “de tapinhas nas costas”, de “Copa do Mundo” (que só aparecem de 4 em 4 anos), e muito menos de redes sociais. Queremos sim representantes atuantes e comprometidos com o progresso e desenvolvimento da região sisaleira, desabafa o farmacêutico coiteense Clélio Ferreira da Silva.

Mais objetivo, o empresário José Ronaldo Paim, proprietário do Posto Paim, na cidade de Riachão do Jacuípe, diz: “A região do sisal tem quatro deputados estaduais (um de Monte Santo, um de Serrinha e dois de Coité). Se não tivesse nenhum, talvez fosse melhor servida. Não interessa se são aliados ou não ao governador, eles foram eleitos para trabalhar

SAIBA AS VANTAGENS DE ANTECIPAR CONTAS COMO IPTU, IPVA, ETC..

OBJ

admin 4 Fevereiro, 2021

Pagando o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de Salvador à vista em cota única nesse começo de ano, o contribuinte consegue descontos de 10% e 7%, respectivamente. Para garantir o abatimento, a funcionária pública aposentada, Rosana Silva, 60 anos, já quitou integralmente ambas as taxas para o ano de 2021. “Esse planejamento permitiu que economizássemos R\$ 500”, calcula.

Na próxima quarta-feira (10), acaba o prazo para garantir o desconto de 10% com o pagamento do IPVA 2021 em cota única, o que não inclui a taxa de licenciamento. Quem perder o prazo, pode ter 5% de abatimento se fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da 1ª das três cotas do parcelamento da taxa, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Ainda é possível parcelar o valor do IPVA em três vezes. Nesse formato, a data de pagamento de cada parcela também segue o calendário de vencimento das cotas estabelecido de acordo com o número final da placa. Entretanto, o proprietário que perder o prazo da 1ª prestação perde o direito ao parcelamento.

Para garantir o desconto de 7% ao pagar o IPTU 2021 em cota única, os contribuintes devem realizar o pagamento da tarifa até o vencimento, entre os dias 1º e 28 de fevereiro, sendo que para a maioria da população o prazo é a próxima sexta-feira (5), segundo a Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador (Sefaz Salvador). Depois disso, o imposto é parcelado em até 11 vezes. O desconto também incide sobre a taxa do lixo (TRSD), que é cobrada no mesmo boleto que o IPTU.

Na casa de Rosana, pagar os dois impostos antecipadamente virou hábito há 4 anos, depois que ela resolveu testar esse formato usando o 13º salário. Antes, as taxas eram parceladas, mas o valor mensal deixava o orçamento muito apertado. “O 13º servia como um dinheiro extra, para gastos com coisas que não são tão necessárias. Depois de começar a separar o 13º para pagar o IPTU e o IPVA, deixamos de fazer os gastos supérfluos. Nos livramos logo dessa dívida, conseguimos pagar um valor menor e não comprometemos o orçamento no restante dos meses”, comemora a aposentada.

Com os descontos, o IPTU de 2021 ficou cerca de R\$ 350 mais barato para Rosana. Já o abatimento no valor do IPVA deste ano dos dois carros, somados, permitiu economizar cerca de R\$ 150. O estudante Maurício Souza, 23, é do time dos que fazem questão de quitar o IPVA logo no começo do ano. Em 2021, ele já separou o dinheiro para pagar o imposto na próxima semana. Para o contribuinte, o pagamento traz um alívio por acabar com a preocupação com a taxa. “Meu IPVA está em torno de R\$ 900, então o desconto reduz o preço em cerca de R\$ 90. O retorno financeiro do desconto não é muito grande, mas ajuda um pouco no gasto com o carro, que é bastante alto com gasolina e manutenção”, afirma o jovem.

O ato de quitar o IPVA no começo do ano virou tradição em 2017. Para sempre ter a quantia cobrada pelo Estado no começo do ano, Maurício volta a juntar o dinheiro logo após o pagamento anual do imposto. “Quando eu pago o IPVA já é hora de pensar no ano seguinte. O IPVA é um compromisso marcado, então, não teria porque não me planejar. A ideia é guardar um pouco cada mês para chegar nesse valor em janeiro”, relata o estudante.

Para uma administradora que não quis se identificar, a praticidade sempre a motivou a antecipar o pagamento do IPVA. Nesse ano, ela também vai quitar o valor completo do IPTU em fevereiro por entender que o desconto vale a pena se comparado com a taxa de juros. “O IPTU dá 7% de desconto, eu não costumava pagar antecipado, mas esse ano vou pagar porque, quando comprado com a taxa de juros de 2%, existe uma vantagem no desconto”, explica a administradora.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), a frota tributável da Bahia é de 2,2 milhões de veículos. Ainda de acordo com a pasta, são 463.863 mil inadimplentes com o IPVA na Bahia. A inadimplência do tributo em 2020 totaliza R\$ 213 milhões, o que corresponde a 14% do valor arrecadado no mesmo ano com o imposto. Em caso de inadimplência do IPVA, o contribuinte fica impedido de obter o licenciamento do veículo e pode ser alvo de notificação judicial. O nome do proprietário do bem ainda pode ser incluído no cadastro do Serasa.

A Sefaz Salvador cobra IPTU de 550 mil imóveis na capital. Em caso de atraso no pagamento da parcela, é aplicada uma multa de 0,33% ao dia, até o limite de 20%. A partir do mês seguinte ao do vencimento, são cobrados ainda juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária. De acordo com a pasta municipal, os débitos com o IPTU são inscritos no Cadin e em dívida ativa para protesto e execução fiscal, que pode resultar em penhora dos bens e leilão. Os inadimplentes ainda recebem avisos nos boletos mensais e cartas cobrança.

“Em 2020 tivemos um Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) que facilitou o parcelamento das dívidas de muitos contribuintes, que regularizaram seus débitos. A Prefeitura de Salvador tem feito muito pela cidade nos últimos anos e percebemos que a população tem reconhecido isso e honrado seus tributos”, informa a pasta em nota. Como o IPTU vence em fevereiro, ainda não foi possível identificar inadimplência em 2021.

Outros descontos

Escolas e faculdades também costumam oferecer descontos na mensalidade quando o pagamento é feito com antecedência. Ao quitar o semestre à vista, o estudante da UniFAC a consegue reduzir o valor semestral cobrado pela universidade. O abatimento é dado no momento da matrícula e deve ser consultado nos canais de atendimento da instituição. Na UNIFACS, os estudantes podem solicitar um abatimento de 3% de desconto no valor do semestre e 5% no valor anual antes do vencimento do 2º boleto emitido pela instituição. Ainda é possível receber um desconto de 15% no curso todo, que pode ser solicitado a qualquer momento. As entidades de classe também oferecem descontos na anuidade. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA) permite o pagamento do valor anual com abatimento de 10% em cota única até 31 de março. É possível pagar à vista ou em até 4x no cartão de crédito.

Vale a pena adiantar o pagamento?

Se engana quem acha que garantir o desconto no IPTU e IPVA é sempre uma boa opção. O Economista e Conselheiro do Corecon-Ba, Edval Landulfo, explica que o orçamento familiar deve ser analisado antes de extrapolar os limites de gastos no mês com a quitação dos impostos. A decisão depende de vários fatores, entretanto, vale a regra: se tem dinheiro, pague à vista. “Só vale a pena pagar à vista quem tem dinheiro em caixa sem comprometer o orçamento e sem fazer dívidas. Não tem porque pagar esses impostos agora e depois ter que se endividar”, afirma Landulfo.

O economista também ressalta que é preciso analisar se o valor pago à vista não vai fazer falta nos próximos meses em caso de orçamento apertado ou caso ocorra uma emergência, como uma demissão. Aqueles que já possuem o dinheiro para pagar essas contas devem aproveitar os descontos, indica Landulfo, especialmente pela baixa taxa de juros atual, de 2%. “Se eu for deixar o dinheiro na poupança com Selic a 2% e a poupança pagando 70% da Selic, o que dá 1,4%, eu vou acabar perdendo dinheiro, então, é melhor aproveitar o desconto porque ele é muito maior que a taxa de juros”, analisa o economista.

Landulfo explica ainda que os produtos de renda fixa com baixo risco e a poupança estão rendendo “quase nada”, o que faz com que não compense aplicar o dinheiro e pagar as despesas como IPVA e IPTU com parcelamento e sem o abatimento. “Se fosse outra situação com rendimento maior, seria indicado pensar duas vezes sobre o pagamento à vista mesmo obtendo desconto”, informa o economista. Para chegar no começo do ano com o dinheiro para as contas, Landulfo indica separar, pelo menos, 10% da renda mensal para uma reserva de oportunidade, como o pagamento do IPTU com desconto, e a reserva de emergência, usada caso um gasto inesperado tenha que ser feito.

“O que eu aconselho e defendo é que tenha um bom orçamento e nesse orçamento seja destinado um percentual para as despesas futuras. Com isso, é possível fazer os pagamentos com desconto sem mexer no 13º e nas férias”, afirma. Para o economista, o ideal é que o 13º salário e as férias não sejam usados para pagar despesas ou dívidas: “O objetivo deve ser pegar 60% das férias para fazer uma viagem, o restante pode ir para um investimento em um objetivo. É interessante que o 13º seja utilizado ou integralmente ou 70% para investir em objetivos futuros, mas, o que sobrar pode ser usado como a pessoa desejar”.

PACHECO E LIRA PREVEEM REFORMA TRIBUTÁRIA APROVADA EM 6 A 8 MESES

OBJ

admin 4 Fevereiro, 2021

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informaram nesta quinta-feira (4) que preveem a aprovação da reforma tributária no Congresso em até oito meses. Eles se reuniram no início da manhã com o presidente da comissão mista da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e com o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

“Temos uma previsão de que 6 a 8 meses nós possamos ter concluída a reforma tributária no congresso nacional, tanto no âmbito do Senado quanto no âmbito da Câmara dos Deputados”, afirmou Pacheco após o encontro. Segundo o G1, ele disse ainda que o relatório deve ser apresentado na comissão mista em fevereiro. Depois, o texto vai tramitar na Câmara e no Senado. Pacheco afirmou que não está definido por qual Casa começará a votação.

“A comissão mista concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com a apresentação do parecer por parte do deputado Aguinaldo Ribeiro, ouvindo os demais membros, que poderão sugerir acréscimos, supressões, críticas ao parecer. E, na sequência, a reforma tributária iniciará por uma das casas legislativas”, completou Pacheco.

Lira ressaltou que Senado e Câmara não vão brigar pelo protagonismo na condução da reforma. “Não vai haver briga por protagonismos entre Câmara e Senado [...] Tem que andar constitucionalmente nas duas casas e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra. Não há essa preocupação”, afirmou.

ECONOMIA DA BAHIA SE CONSOLIDA COMO A MAIS IMPORTANTE DA REGIÃO NE, DIZ INFO NORDESTE 2020

OBJ

admin 4 Fevereiro, 2021

A economia da Bahia consolidou-se como a mais importante da região Nordeste. É o que dizem os dados apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que divulgou um compêndio de indicadores de todos os estados da Região em formato de infográficos, o Info Nordeste 2020. O objetivo, segundo a SEI, é apresentar uma visão geral da região com informações sistematizadas para fácil visualização do público. “É um conjunto de informações que permite fazer uma leitura socioeconômica da região a partir dos principais indicadores temáticos, com informações do IBGE, de registros administrativos de órgãos oficiais e estatísticas próprias da SEI.”, explicou o Diretor de Estatísticas da SEI, Armando de Castro.

De acordo com os dados, a Bahia representa 28,5% da economia do Nordeste, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 286,2 bi. Após um período de queda, registrado entre 2014 e 2017, seguindo uma tendência nacional, a economia do Estado vem se recuperando e agora aponta crescimento de 2,3%. “A Bahia é a principal economia nordestina, com 28,5% do total do PIB da região, seguida por Pernambuco (18,5%) e Ceará (15,5%). Mesmo com a saída do setor automotivo, permanecemos com uma indústria forte na região.”, afirmou de Castro. O setor de comércio e serviços foi o carro-chefe da economia baiana, e o único que apresentou crescimento dentre os indicadores apresentados em um período de quatro anos, com uma participação, em 2020, de 70,8% no PIB do estado. No mesmo tempo, os setores da indústria e agropecuária apresentaram recuo, e fecharam o ano com 21,5% e 7,6%, respectivamente.

Emprego

Os dados revelam que os estados da região geraram 4,9 milhões de empregos de carteira assinada, dos quais 1,3 milhões foram na Bahia. Apesar disso, de acordo com dados do IBGE, a Bahia vive a maior taxa de desemprego da série em virtude da pandemia, com um índice de 20,7% no terceiro trimestre de 2020. “A boa notícia é o saldo positivo no mercado formal em dezembro, apontando uma tendência de recuperação que pode ser impulsionada durante o processo de vacinação. A melhor política de emprego para a Bahia neste momento é a vacinação e o Estado está desempenhando um excelente papel no planejamento e execução nos 417 municípios, sendo o segundo estado no país com maior número de imunizados.”, destacou de Castro.

Auxílio emergencial

O estudo também levou em consideração o impacto do auxílio emergencial na Região. Criado para mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus nos rendimentos de trabalhadores informais e microempreendedores, o benefício atingiu 37,8 milhões de nordestinos, o que representa 66% da população da região. De acordo com Armando de Castro, “o auxílio foi fundamental tanto para conter o caos social quanto para aquecer a economia das regiões mais pobres do Nordeste.” O estatístico explicou que, com o fim do auxílio, a região vive seu maior índice de extrema pobreza observado na série histórica apresentada no estudo. Na Bahia, foram 5,7 milhões de pessoas contempladas pelo auxílio federal. “Agora o ambiente é de incerteza dada as indefinições do Governo Federal, que também faz uma péssima gestão no combate à Covid-19. No entanto, os estados nordestinos estão mostrando uma elevada capacidade de organização no enfrentamento da pandemia.”, destacou de Castro.

Desigualdades

A região Nordeste, segundo os dados, representa 27% da população nacional, mas com apenas 14% de participação na economia. “As desigualdades regionais se revelam ainda muito acentuadas, tanto econômica como socialmente, apesar dos avanços. No campo social, por exemplo, reduzimos intensamente a extrema pobreza a partir de 2003 com um conjunto de políticas voltadas à proteção social, especialmente o Programa Bolsa Família. O aumento da pobreza mais recente, primeiro com a conjuntura econômica desfavorável associada a redução do investimento social, depois com a pandemia, colocou um freio no processo de redução das desigualdades regionais.”, explicou de Castro. O estado tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,660, um número considerado médio, ficando na 22ª posição no cenário nacional.

RUI COMEMORA QUE NÃO SERÁ EXIGIDA TESTAGEM DA VACINA RUSSA

OBJ

admin 3 Fevereiro, 2021

Logo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciar, na noite desta quarta-feira (3), a dispensa de testes no Brasil na fase 3 das vacinas contra Covid-19, o governador da Bahia, Rui Costa, comemorou a decisão.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, ele enalteceu a atuação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal, em janeiro deste ano, para o país poder importar e distribuir vacinas sem registro na agência, desde que certificadas por outros órgãos de referência internacional.

“ Feliz com a decisão da Anvisa que retira a exigência de fazer estudos no Brasil, não posso deixar de agradecer e parabenizar a procuradoria geral do estado da Bahia ao STF na defesa da saúde pública. Significa a retomada da imagem da Anvisa que tinha prestígio no passado e vinha perdendo essa imagem positiva no exterior e assim arriscando a entrar na anticiência e anti-saúde, e agora Anvisa retoma a tradição para salvar vidas humanas e abre espaço para que tenhamos milhões de dores da vacinas russas e outras vacinas e imunize o povo brasileiro mais rapidamente. Para retomarmos a economia e a normalidade de nossas vidas”.

BANCADA BAIANA ACREDITA QUE CONGRESSO VAI PRIORIZAR A ECONOMIA



admin 4 Fevereiro, 2021

Temas ligados aos costumes e a área de segurança pública devem ser deixadas de lado para que as pautas econômicas possam tramitar sem problemas no Congresso Nacional, avaliam parlamentares baianos ouvidos pelo Jornal A Tarde. A relação com as 35 pautas prioritárias do governo federal foi entregue nesta quarta-feira, 03, pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), aos novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

A expectativa é que a lista de Bolsonaro se junte aos temas prioritários estabelecidos no Congresso. Entre os temas convergentes entre Executivo e Legislativo estão as reformas tributária e administrativa. Há propostas para remodelar os tributos tramitando nas duas casas – a PEC 45/2019 na Câmara e a PEC 110/2019 no Senado. A reforma administrativa está em tramitação na Casa presidida por Lira; enquanto a missão de Pacheco será a de fazer andar a PEC Emergencial (186/2019) e a PEC dos Fundos Infraconstitucionais (PEC 187/2019) entre outras.

“Tentaremos estipular um prazo para apresentação de um relatório final da comissão que trata da reforma tributária e, para tanto, na noite de hoje, nos reuniremos com os dois relatores da Câmara e do Senado – o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e senador Roberto Rocha (PSDB-MA)”, destacou Rodrigo Pacheco. Entre as pautas de costume está a que permite a aplicação do Homeschooling no Brasil. Na modalidade, os pais poderão educar os filhos em casa, que serão validados como se ele estivesse em um ambiente escolar público ou privado.

O segundo assunto mais recorrente na pauta entregue pelo presidente, depois dos temas ligados à economia, é o da área de Segurança Pública. Os PLs que alteram o acesso às armas no Brasil, a revisão antidrogas, o excludente de ilicitude e o texto que altera as normas aplicáveis a militares em Garantia da Lei e da Ordem (GLO) estão entre os temas estabelecidos como urgentes pelo governo Bolsonaro.

O deputado federal Bacelar (Podemos) avalia que pautas que classifica como “retrógradas” não serão consideradas como prioritárias para Câmara. “Olha, é uma pauta extensa, mas é melhor uma pauta extensa e do conhecimento da Casa, do que termos surpresa. É uma pauta extensa que divide os assuntos de suma importância, reformas estruturantes, com uma pauta retrógrada, conservadora, obscura, abordando questões que dividem a sociedade brasileira e que não contribui para a retomada do crescimento que tanto país necessita. Armas, homeschooling, Polícia Militar, são temas que não contribuem para o avanço das reformas estruturais. Se você divide, acaba prejudicando o essencial”, sinalizou Bacelar.

O deputado pontua que o país não quer “quer discussão através de blog, redes sociais e veículos de comunicação”, em referência às polêmicas pautas enviadas pelo governo federal para Casa. Ele afirma que o momento do país “exige seriedade e paz” e garantiu que o presidente da Câmara, que foi eleito com o apoio e a ajuda do presidente Bolsonaro – através de cargos e emendas oferecidas ao parlamentares -, já sinalizou que não dará prioridade a agenda dos costumes.

“Essa agenda de contestação, que a todo momento tensiona as relações, é uma agenda autoritária, agenda discriminatória, é uma agenda divisionista. O tempo todo da campanha, o deputado Arthur Lira, inclusive na Bahia, fez questão de destacar que não iria perder tempo com a pauta de costume, que essa não é prioridade do Brasil”.

Pauta econômica

Vice-líder do governo Bolsonaro na Casa, o deputado federal Cláudio Cajado (PP), também acredita que a agenda econômica deve ser prioridade para o país. “Não tive acesso a toda lista, mas sei que estão as reformas administrativa, tributária, a questão do gás (PL da Partilha do Petróleo e Gás), que é o que vamos discutir neste primeiro semestre. Eu acho que é importante para gerar um ambiente econômico de reaquecimento da economia no país. A partir daí, quando a vacina for avançando, vamos realizando o destravamento dos negócios através de toda legislação que está para ser votada”, disse Cajado.

Segundo ele, as prioridades são o Orçamento, a PEC emergencial e as reformas. O Orçamento citado por ele é o do governo para 2021, que ainda não foi aprovado, por conta de uma polêmica ainda de 2020, entre o grupo do ex-presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Arthur Lira (PP-AL). O A Tarde apurou que nesta quinta, às 15h, haverá uma reunião de líderes para tratar da tramitação do orçamento. O governo federal segue usando a regra dos duodécimos (1/12 avos da despesa anual por mês) enquanto não é aprovada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o Orçamento em si.

A tramitação do Orçamento, que costuma durar meses, será abreviada por conta da extrapolação do tempo, já que o mesmo deveria ser aprovado até 31 de dezembro. Cajado afirma que haverá uma reunião para decidir como será o trâmite, mas sinaliza que etapas importantes, como a exposição dos relatórios setoriais, poderão ser suprimidas. “O orçamento. A gente ainda vai começar a trabalhar para estabelecer a comissão na semana que vem. Instalada comissão, a gente vai adotar os procedimentos com relatório preliminar do orçamento; essa relatoria é do senador Márcio Bittar (MDB-AC). Para a partir daí estabelecer o cronograma de votação, dada brevidade, não sei se teremos relatórios setoriais ou se será analisado apenas o relatório geral, direto no plenário”, explicou Cajado.

O deputado federal Jorge Solla (PT) avalia que todos os temas propostos pelo governo Bolsonaro na lista de prioridades “são nocivos para o país”, para “a classe trabalhadora e para os mais pobres” e que, por isso, “encontrarão resistência do bloco de oposição na Câmara”, composto por partidos de centro-esquerda e de esquerda. Em tom de ironia, Solla afirma que Bolsonaro terá muito trabalho para aprovar o orçamento e pegar o que classifica como o “fiado” e “cheque sem fundo” dado por Jair Bolsonaro, em referência aos cargos e emendas colocadas à disposição dos deputados e senadores para eleger os seus apadrinhados.

“É claro que eles vão ter muito trabalho para aprovar o orçamento. A compra de voto foi fiada, com cheques sem fundo, será cobrada. Eles terão muito trabalho para esquentar todos os cheques sem fundo. Bolsonaro comprou votos com recursos de um orçamento que não existe, que não foi analisado e aprovado”, ironizou Solla. O senador Angelo Coronel (PSD) afirma que emitirá uma opinião sobre os temas apresentados pelo presidente até ter acesso a lista completa e oficial. “O presidente entregou aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Estamos no aguardo para discutirmos. Não dá pra fazer um juízo de valor sem estar de posse da lista”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/02/2021	



Governador da Bahia celebra dispensa de testes na fase 3 de vacinas e parabeniza PGE pela ação no STF

3 fevereiro 2021

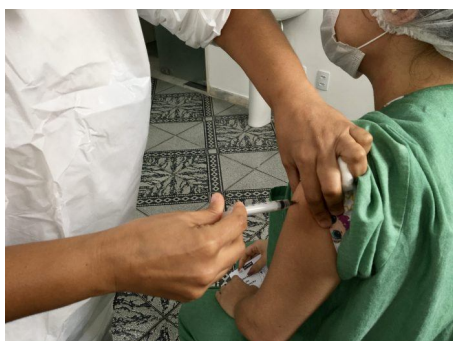


Foto: Divulgação/HE

Logo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciar, na noite desta quarta-feira (3), a dispensa de testes no Brasil na fase 3 das vacinas contra Covid-19, o governador da Bahia, Rui Costa, comemorou a decisão.

Em [vídeo divulgado nas redes sociais](#), ele enalteceu a atuação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal (STF), em janeiro deste ano, para o país poder importar e distribuir vacinas sem registro na agência, desde que certificadas por outros órgãos de referência internacional.

“Não posso deixar de agradecer e de parabenizar a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, agradecer ao STF pela postura firme, determinante na defesa da saúde pública e da vida humana e também comemorar porque significa a retomada da imagem da Anvisa que tinha prestígio no passado e vinha perdendo essa imagem positiva no exterior e se arriscando a entrar no caminho da anticiência”, afirma Rui.

Ainda no vídeo, sobre a decisão que vai viabilizar a aquisição mais ágil de milhões de doses da Sputnik V e vacinas de outros países, trazendo esperança para a população, o governador falou que, “além de salvar milhares de vidas humanas, de esvaziar os hospitais, nós vamos retomar a vida, a normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda, diminuir o sofrimento do nosso povo”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/02/2021	



SDE e Sebrae ampliam serviços prestados nos SAC Empresariais

3 fevereiro 2021



Foto: SDE

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e o Sebrae Bahia assinaram termo aditivo, nesta quarta-feira (3), que amplia os serviços prestados ao Microempreendedor Individual (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no SAC Empresarial (SACE), de Salvador e Camaçari.

Serão dadas orientações ao empreendedor de como ter acesso a microcrédito, alterações de cadastro, emissão de documentos e informações sobre os serviços do Sebrae, como capacitações e planos de negócios. A unidade do SACE Barra, já atende no novo modelo, que agora será implantado nos SACEs Bela Vista, Cajazeiras, Comércio e Camaçari.

“Apoiar o micro e pequeno empreendedor é de fundamental importância. O SAC Empresarial é uma modelagem de orientação empresarial gratuita, que estimula o empreendedor a melhorar seu ambiente de negócios. Nosso último informe de Comércio e Serviços traz números bem interessantes. A Bahia é o estado da região Nordeste com o maior número de MEI e MPE, com mais de 885 mil empresas, sendo 603 mil MEI e 282 mil MPE”, declara o vice-governador João Leão, titular da SDE.

O superintendente do Sebrae Bahia, Jorge Khoury, reiterou que a parceria com o Governo do Estado, por meio da SDE, é mais uma iniciativa que visa facilitar a vida do empreendedor, concentrando serviços e orientação em um único espaço. “Estamos ampliando essa parceria para compartilharmos nossa expertise com servidores de outras unidades do SAC Empresarial, para que mais empreendedores baianos tenham alcance às orientações necessárias para iniciar um próprio negócio, desde aspectos burocráticos até temas ligados à gestão”.

Atendimento on-line

O atendimento ao público está sendo feito de forma virtual, devido à Covid-19. O procedimento é simples, basta acessar o [site oficial da SDE](#), depois clicar na opção “SAC Empresarial” no menu principal e preencher o formulário com todos os dados solicitados, selecionando os procedimentos desejados e a unidade que fará o atendimento virtual.

Após recebimento da demanda, um atendente do SAC Empresarial responderá à solicitação por e-mail, no prazo de até 24 horas. O preenchimento correto do endereço eletrônico é imprescindível para que o atendimento ocorra corretamente.

Horários de atendimento e telefones das unidades:

SAC Shopping Barra: segunda a sexta – 11h às 18h | (71) 3264-0624
SAC Shopping Bela Vista: segunda a sexta – 11h às 18h | (71) 3281-4141
SAC Cajazeiras: segunda a sexta – 7h às 14h | (71) 3281-4142
SAC Comércio: segunda a sexta – 7h às 14h | (71) 3281-4140
SAC Camaçari: segunda a sexta – 10h às 17h | (71) 3621-4620

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/02/2021	



Recursos do Garantia-Safra no valor de R\$ 132,6 milhões começam a circular na economia dos municípios baianos

3 fevereiro 2021



O Garantia -Safra vem assegurando as condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. O pagamento de benefícios da safra 2019/2020, na Bahia, já somam R\$132,6 milhões, que circularão nas economias municipais, beneficiando mais de 156 mil famílias, em 144 municípios.

As indenizações desta safra deverão seguir, neste mês de fevereiro, beneficiando os municípios de Baianópolis, Belo Campo, Boa Nova, Caculé, Candiba, Cocos, Cordeiros, Correntina, Feira da Mata, Ibiassucê, Pindaí e São Desidério, e poderão entrar em folha, a depender dos resultados do INMET.

O agricultor José Ribeiro, de Pilão Arcado, é um dos beneficiários da ação e já recebeu o pagamento da Safra Verão: “O Garantia-Safra é importante para todos os trabalhadores rurais pois ameniza um pouco da situação que passamos em tempo de estiagem, como é o caso deste mês de fevereiro, que não estamos produzindo. É o que ajuda a manter a nossa alimentação e a dos nossos animais”.

Na Bahia, o Garantia-Safra é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf), com o apoio operacional da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiatel). O benefício é composto por contribuições dos agricultores familiares, Estados, Municípios e União. O Estado da Bahia assumiu o pagamento de 50% do valor devido aos agricultores familiares e às prefeituras municipais.

O diretor de Apoio e Fomento à Produção da Suaf/SDR, Welliton Hasegawa, destaca a sustentabilidade do programa e sua colaboração para o desenvolvimento local e da economia do estado: “O Garantia-Safra é um programa que se paga. Para cada R\$1 que o Governo do Estado aporta ao programa, pelo menos outros R\$5 entram na economia do estado”.

Hasegawa destaca ainda o impacto positivo sobre as economias municipais e na vida dos agricultores e agricultoras: “Em um período de grande crise e insegurança alimentar e de renda, geradas pela pandemia, são mensuráveis os impactos, pelos valores financeiros disponibilizados nesta única parcela de R\$ 850,00, circulando em média nas economias locais dos municípios que comprovaram perdas de safra o montante de R\$ 960 mil”.

Em 2020, o Garantia-Safra 2018/2019 (Safra Verão e Safra Inverno), injetou na economia do Estado o valor total de R\$ 215. 640.750,00, sendo R\$ 15,3 milhões pagos no primeiro semestre e R\$ 61,4 milhões no segundo semestre. Os recursos, pagos em uma única parcela, movimentaram a economia de 225 municípios.

Sobre o programa

O programa Garantia-Safra garante a segurança alimentar para agricultores familiares de municípios que sofrem por estiagem ou enchente. Podem receber o benefício os agricultores com renda mensal de até um salário mínimo e meio, quando tiverem perdas de produção, nas culturas do milho, feijão, arroz, algodão e mandioca, em seus municípios, igual ou superior a 50%. O Garantia-Safra prevê o repasse de R\$ 850, divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00. Na Bahia, o Estado assumiu o pagamento de 50% do valor devido aos agricultores e às prefeituras municipais.

O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), coordenado nacionalmente pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Fonte: Ascom/ Secretaria de Desenvolvimento Rural

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/02/2021	



Projeto do Governo do Estado irá produzir 100 toneladas de pescado por ano no Médio Rio de Contas

3 fevereiro 2021



Foto: Jan Penalva/Bahia Pesca

A partir deste ano, a Barragem de Pedras, que banha os municípios de Iramaia, Jequié, Manoel Vitorino e Maracás, poderá se transformar em uma privilegiada fonte de renda para pelo menos 20 famílias de produtores da região do Médio Rio de Contas.

Um plano de trabalho firmado entre a Bahia Pesca e a Cooperativa dos Piscicultores de Tanhaçu e Região (Coopstar) está viabilizando a implantação de 50 tanques-redes na barragem, garantindo a produção de cerca de 100 toneladas de pescado por ano.

A Coopstar foi a vencedora do chamamento público realizado pela Bahia Pesca, em dezembro de 2020, e receberá cerca de R\$ 500 mil para ações de regularização ambiental dos empreendimentos e reestruturação da produção em viveiros escavados.

Para Alan Oliveira, presidente da cooperativa, o recurso irá possibilitar o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva na região. “Para nós, produtores, esse investimento significa um produto final com maior valor agregado, o que será vendido por um preço maior, trazendo mais lucro e melhores condições de vida para nossas famílias”, afirma.

O presidente da Bahia Pesca, Marcelo Oliveira, explica que o projeto prevê também a aquisição de licenças ambientais. “Fizemos um levantamento na região e percebamos uma carência muito grande de alevinos e subsídios para dar uma alavancada na atividade. O recurso do projeto será investido na compra de peixes reprodutores geneticamente melhorados e ração, além da requalificação do laboratório de produção de alevinos. Com essas novas ferramentas, poderão aumentar sua produtividade e a qualidade de vida no trabalho”, destaca.



Foto: Jan Penalva/Bahia Pesca

Panorama

Assim como outros setores da economia baiana afetados pelos efeitos da pandemia de Covid-19, a pesca e a aquicultura também vivem um momento desafiador. Apesar disso, mesmo num período repleto de incertezas, a produção de alevinos da Bahia Pesca em 2020 cresceu 18% em comparação ao ano anterior, chegando à marca dos oito milhões de peixes criados nas estações de piscicultura da empresa. A produção de caranguejos também aumentou no mesmo ritmo, alcançando quatro milhões de megalopas (estágio larval do crustáceo).

Além de recursos financeiros, o Governo do Estado, por meio da Bahia Pesca, também apoiou os produtores com assistência técnica gratuita. Mais de cinco mil famílias foram beneficiadas. Os piscicultores de Itaetê, a 390 quilômetros de Salvador, por exemplo, começaram a receber em setembro o dinheiro da linha de crédito disponibilizada pelo Desenbahia, com o apoio da Bahia Pesca, para a região. Nesta primeira etapa, 20 famílias de agricultores rurais foram beneficiadas com R\$ 400 mil. No total, o projeto beneficiará cerca de 100 famílias que atuarão em sistemas de condomínio.

Em 2021, além do projeto na Barragem de Pedras, outro destaque será a implantação de um parque aquícola na barragem de Ponto Novo, que irá dinamizar a piscicultura na região e servirá como projeto piloto para a criação de outros parques aquícolas em todo o estado. O empreendimento demandará investimentos da iniciativa privada de aproximadamente R\$ 5 milhões. A área do parque será de cerca de oito hectares, com produção estimada em aproximadamente 700 toneladas de peixe por ano.

Repórter: Tácio Santos

Veículo: Política Livre	
Data: 04.02.2021	Caderno: Economia



04 de fevereiro de 2021 | 10:12

Vilas-Boas exalta resultado favorável à Sputnik e estima registro da vacina em 30 dias

BAHIA

Em entrevista à Rádio MetrÓpole na manhã desta quinta-feira (4), o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, exaltou a atitude da Anvisa em deixar de exigir um estudo específico para brasileiros como argumento para registrar a vacina russa Sputnik V.

“O estudo já existe, foi publicado anteontem em uma revista importante da medicina, e não havia nenhum sentido em repetir esse estudo em brasileiros, nenhum país do mundo fez isso. Felizmente chegamos a esse resultado graças a pressão que foi feita em cima da Anvisa pelo Governo da Bahia, capitaneada pelo governador Rui Costa através de uma ação no STF, com o apoio de vários governadores, prefeitos e entidades”, disse.

De acordo com o secretário, a Anvisa tem agora um prazo de 30 dias para registrar o imunizante e liberar a comercialização no país.

“A exigência do estudo inviabilizada esse registro. Agora que foi retirado esse empecilho, nós poderemos, em 30 dias, ter o uso emergencial da Sputnik, para o qual temos um acordo de 50 milhões de doses. Fomos o primeiro lugar do mundo a fazer um acordo com os russos, e em função desse protagonismo, nós hoje temos esse acesso prioritário. E mais, pra nós eles garantiram 150 milhões de doses. São 10 milhões agora em fevereiro e março, mais 70 até dezembro, todas importadas da Rússia. E depois mais 80 milhões que serão fabricadas em Brasília”, explicou.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 04/02/2021	Caderno: Economia



O inconstitucional aumento de tributação para o contribuinte

Renato Aparecido Gomes*

04 de fevereiro de 2021 | 07h30

Renato Aparecido Gomes. FOTO: DIVULGAÇÃO

A base de cálculo do ICMS das operações com veículos usados, máquinas e aparelhos industriais em São Paulo foi alterada de 90% para 69,3%. Isso significa que, enquanto anteriormente o ICMS era calculado sobre 10% do valor da venda do veículo, agora, desde 15 de janeiro de 2021, a base de cálculo do imposto foi majorada para 30,7%, implicando em significativo aumento na tributação para o contribuinte.

A mudança se deu em razão dos Decretos estaduais 65.255/20 e 65.454/20, publicados no final do ano de 2020, que promoveram aumentos de tributação em diversas categorias, em especial no setor de revenda de veículos usados, máquinas e aparelhos. Os referidos decretos alteraram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, imposto este que incide em praticamente toda a cadeia produtiva do mercado.

A medida veio dentro do pacote de ajuste fiscal promovido pelo Estado de São Paulo, posto em prática a partir da Lei nº 17.293/20, que teve como justificativa o ajuste das contas públicas do estado.

Nesta Lei, mais especificamente em seu Artigo 22, estabeleceu-se a possibilidade de o poder executivo estadual reduzir os benefícios fiscais, previsão esta que foi utilizada pelo fisco como justificativa para permitir o aumento da tributação do ICMS por meio de decreto do Governador do estado.

Porém, esse aumento tributário realizado pelo fisco é ilegal. Primeiro porque esta previsão representa, de fato, violação a importante princípio constitucional, o da legalidade estrita.

Este princípio, previsto no Art. 150, inciso I, da Constituição Federal, estabelece a impossibilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Trata-se de princípio que visa evitar abusos por parte de ocupantes do poder executivo, garantindo segurança aos contribuintes ao determinar a competência exclusiva do poder legislativo para tanto.

Ou seja, o aumento de tributação pode ser realizado unicamente por meio de lei em sentido estrito, não podendo o fisco determiná-lo por meio de decreto do poder executivo.

Acontece que tal delegação foi justamente realizada pela Lei nº 17.293/20, a qual conferiu ao Governador do Estado de São Paulo o poder para realizar referida majoração por meio de decreto, o que ele de fato o fez, por meio dos decretos 65.255/20 e 65.454/20, em evidente desconformidade com o princípio supracitado.

Vale ressaltar, ainda, que o referido aumento é ilegal também sob a fundamentação de que um Convênio não pode ser alterado unilateralmente por um estado. Isto porque os Convênios têm natureza de normas complementares das leis, dos tratados, das convenções internacionais e dos decretos, sendo formados a partir de entendimento conjunto dos estados integrantes, devendo seus limites de concessão e revogação serem respeitados e regulados pelo Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

O Conselho é constituído por representantes de cada estado e do Distrito Federal, além de um representante do Governo Federal. Desse modo, a previsão de revogação do convênio pelo CONFAZ garante a concordância de todos os integrantes deste, impedindo a revogação unilateral por um único estado.

Assim, para que ocorra a desoneração de um Convênio, ou seja, para que este não seja mais válido, é necessária realização de ato por meio do qual um estado declara que não irá mais participar do Convênio, sendo tal ato chamado de denúncia.

Desse modo, apenas por meio da respectiva denúncia do estado, com posterior aprovação do CONFAZ, mediante criação de novo Convênio, seria possível estabelecer as mudanças instituídas pelo pacote de ajuste fiscal do estado de São Paulo, sendo ilegal sua alteração por mero decreto do Governador do estado.

Seja pela impossibilidade de delegação de competência do poder legislativo ao poder executivo, ou pela impossibilidade de desoneração unilateral de Convênio estadual, a previsão trazida pela Lei nº 17.293/20, assim como a majoração tributária instituída pelos Decretos estaduais nº 65.255/20 e 65.454/20 são inconstitucionais, não podendo o estado de São Paulo determinar a majoração tributária do ICMS por meio de mera determinação do poder executivo.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 04/02/2021	Caderno: Economia



Pacheco e Lira preveem reforma tributária aprovada no Congresso em seis a oito meses

Ainda não há acordo sobre o conteúdo da proposta, que divide opiniões entre governo federal, setores e Estados

Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

04 de fevereiro de 2021 | 10h00

BRASÍLIA - Os presidentes da **Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL)**, e do **Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, fecharam um acordo para aprovar a reforma tributária no **Congresso** em um prazo de seis a oito meses. Pela negociação, a comissão mista da proposta finaliza o relatório até o fim de fevereiro. Não há uma definição, porém, sobre o caminho da reforma na Câmara e no Senado depois da conclusão no colegiado.

A ideia é que a comissão mista produza um relatório de consenso das duas propostas que tramitavam separadamente na Câmara e no Senado.

Apontada como prioritária tanto na lista entregue pelo governo como na relação de Pacheco e Lira, a reforma tributária, em linhas gerais, propõe simplificar a cobrança de tributos com a unificação de vários impostos.

A da Câmara (PEC 45) prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal). Já a do Senado (PEC 110), une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal).

O governo enviou apenas a primeira parte da sua reforma tributária. Pelo texto, há a junção do PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Como as mudanças atingem vários setores e os impactos variam conforme as regiões do País, não há muito consenso sobre o tema. Em tese, não haveria mudança na carga tributária, mas na forma de cobrança, que passaria a ser no consumo e não na produção, além da redistribuição dos recursos arrecadados.

Os chefes do Legislativo se reuniram com o presidente da comissão da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-M), e com o relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mas não detalharam qual será o caminho da reforma após o parecer da comissão.

Há risco de a reforma ser dissolvida e, na Câmara, o relator ser substituído, conforme antecipou o Estadão/Broadcast. "Se se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, isso é um detalhe até desimportante. Nós vamos buscar um consenso nas duas casas", disse Pacheco.

"Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas têm que andar, constitucionalmente, nas duas casas e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra", afirmou Lira.

Não há acordo ainda sobre o conteúdo da proposta, que atualmente divide opiniões entre o governo federal, setores e Estados. O ministro da Economia, Paulo Guedes, por exemplo, já defendeu um novo imposto nos moldes da extinta CPMF para reduzir os encargos que as empresas pagam sobre os salários, a chamada desoneração da folha. Os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram que a negociação fechada é sobre o procedimento de discussão.

Pacheco e ponderou que ainda é preciso amadurecer o conteúdo nas duas Casas. Ele apontou necessidade de aprovar uma mudança no sistema de impostos do País sem prejudicar setores nem Estados. Atualmente, governadores resistem a mudanças no ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, sem um fundo de compensação bancado pela União. O governo, por sua vez, argumenta não ter recursos para esse repasse.

Realismo para aprovar as reformas

Quem tem 35 prioridades não tem, no fundo, prioridade nenhuma

Fernando Schüller

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

Bolsonaro ensaiou, em seu primeiro ano de mandato, um modus vivendi político de governo sem maioria no Congresso. Por algum tempo, talvez até a aprovação da reforma da Previdência, havia alguma expectativa de que o arranjo poderia funcionar. Não foi o caso.

Os sinais de que aquele arranjo não funcionava já vinham de antes da pandemia. Todos se lembram do imbróglio com Orçamento impositivo, da reação destrambelhada à pandemia, no modo improvisado como se definiu o auxílio emergencial, da falta de entendimento mínimo sobre a reforma tributária, paralisa das privatizações. A lista é longa.

O que vimos neste período diz muito sobre o governo Bolsonaro. Governo retórico, vacilante quanto a sua própria agenda, sejam as pautas anticorrupção e de costumes, que nunca foram para lugar nenhum, seja a pauta liberal, da qual a esta altura resta muito pouco.

O que já estava ruínganhou ares de tempestade perfeita com a chegada da segunda onda da pandemia, o agravamento do quadro fiscal, o fim do auxílio emergencial e a descoordenação no processo de vacinação. As pesquisas passaram a registrar o declínio de Bolsonaro e o fantasma do impeachment entrou pela janela.

É neste cenário que entra a sucessão no Congresso. O governo percebeu que uma vitória de Baleia Rossi tornaria Bolsonaro um pato manco precoce e entrou no jogo com os procedimentos habituais da política brasileira.

Alguém me perguntou se não é uma incoerência em relação ao discurso de campanha. É claro, respondi, supondo que alguém se lembre do discurso de campanha e tenha acreditado que Bolsonaro era algum tipo de condottiere vocacionado a virar ao avesso nossas instituições.

Nunca foi. Sempre foi um político muito mais tradicional e pragmático ("tático", como li por estes dias) do que a maior parte de nossa crônica política quis reconhecer. Disse aqui algumas vezes que o sistema político iria "enquadrar" Bolsonaro. Pois é. Não só o enquadrado como o próprio Bolsonaro se tornou um ativo jogador, derrotando Rodrigo Maia em seu próprio terreno e pavimentando uma aliança com o centrão que deve servir de base para sua campanha em 2022.

Apoiadores obstinados de Bolsonaro dirão que não, que se trata apenas de um recuo estratégico para finalmente "derrotar o sistema"; seus detratores não menos obstinados dirão que tudo não passa de mais um passo para o "grande golpe" que finalmente nos levará à Alemanha nos anos 1930. Imaginação fértil à

parte, o que temos é mais do mesmo: varejo político, centrão dando as cartas e a habitual inércia brasileira para enfrentar a agenda difícil que de fato deveríamos encarar. A pergunta que importa: o

novo arranjo governista produzirá resultados? Fará avançar a agenda de reformas? Ninguém sabe. Meu colega Carlos Pereira costuma dizer que nosso modelo político foi pensado para produzir inclusão e

certa estabilidade, não eficiência. Temos um sistema feito para acomodar interesses e processar demandas da elite política e corporativa com acesso a Brasília.

Em seu primeiro encontro

com Lira e Pacheco, Bolsonaro entregou uma lista de 35 prioridades, que vão da privatização da Eletrobras, passando pela reforma tributária (sabe-se lá qual), autonomia do Banco Central, até o "homeschooling" e o aumento da pena para abuso sexual de menores.

Perfeito retrato do governo. Quem tem 35 prioridades não tem, no fundo, prioridade nenhuma. O governo deveria aproveitar o fôlego que obteve com a repactuação política e focar em um ajuste estrutural das contas públicas, que passa pela PEC Emergencial em sua

versão não desidratada, uma reforma administrativa mais ampla e um redesenho fiscalmente sustentável dos programas sociais.

Talvez seja muito para a atual elite política do país, mas a verdade é que há uma janela de oportunidade, em um ano não eleitoral, para que o Congresso retome algum fôlego reformista que apresentou entre 2016 e 2019. Com um detalhe: em um cenário no qual o governo não terá mais como terceirizar responsabilidades e dizer que a culpa é do Rodrigo Maia se as coisas não acontecerem.

#NÃOSECALE

O INSTITUTO LIBERTA DISTRIBUIU MAIS DE 100 MIL MÁSCARAS COM A #NÃOSECALE PARA ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO.

POR QUÊ?

- PORQUE BOA PARTE DOS PEDIDOS DE AJUDA ACONTECE NAS ESCOLAS.**
- PORQUE DURANTE A PANDEMIA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NÃO PUDERAM PEDIR SOCORRO.**
- PORQUE PROFESSORES DÃO VOZ AO SOFRIMENTO DAS ÚLTIMAS.**
- PORQUE A ESCOLA É UM LUGAR SEGURO PARA DENUNCIAR TODO TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.**

LIBERTA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA PREVENÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DISQUE DIRETOS 100
DISQUE DIRETOS 100

WHATSAPP (61) 99858-5008

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari, Conrado H. Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras

Mineração em terras indígenas também está em lista entregue ao novo comando do Legislativo

Renato Machado, Danielle Brant e Fábio Pupo

BRASÍLIA Após problemas como desentendimentos com o Congresso e falhas de articulação terem travado o avanço da agenda de reformas, o governo aproveitou a troca de comando na Câmara e no Senado para apresentar uma lista de projetos cuja aprovação diz considerar prioritária.

A lista foi recebida nesta quarta-feira (3) pelos novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Entre os temas, estão a aprovação das reformas tributária e administrativa, a privatização da Eletrobras e até a proposta de mineração em terras indígenas.

A relação compila várias propostas já defendidas desde o primeiro ano de governo pelo Ministério da Economia, como as três PECs (propostas de emenda à Constituição) do Plano Mais Brasil. O pacote diminui despesas obrigatórias e foi apresentado pelo Executivo em novembro de 2019, mas até hoje não foi aprovado.

Internamente, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) considera serem prioridades imediatas a PEC Emergencial e o Orçamento. O objetivo é poupar recursos públicos em outras áreas para compensar o eventual uso de recursos para vulneráveis em 2021.

Apontada ao longo do ano passado por especialistas como um caminho viável para cortar despesas e reforçar medidas sociais, a PEC Emergencial passou por percalços

mesmo sendo acompanhada de perto pelo governo.

A PEC está sob relatoria do senador Márcio Bittar (MDB-AC). No ano passado, após reunião com Bolsonaro e Guedes, o parlamentar chegou a anunciar que a PEC limitaria o pagamento de precatórios (di-

vidas do Estado reconhecidas pela Justiça) para obter recursos. O mercado ficou assustado com a ideia de o país não honrar compromissos e, por isso, houve recuo na proposta.

Depois, as discussões congelaram com as eleições municipais e a dedicação de parla-

mentares à campanha local de aliados. Antes do fim do ano, chegou a ser ventilada proposta em que Bittar desidratava a proposta de Guedes a ponto de ela não gerar efeitos fiscais significativos. Sem consenso, ele postergou a apresentação de seu texto para 2021.

Agora, a proposta pode ganhar tração. Antes da reunião no Congresso, Lira e Pacheco realizaram um evento no qual apresentaram a sua lista de prioridades, que foram levadas também a Bolsonaro.

Pacheco afirmou que vai estabelecer com os relatores

prazos para análise das propostas de interesse do governo, como a reforma tributária e a PEC Emergencial.

Os novos presidentes também disseram que vão encontrar uma alternativa para o auxílio emergencial que respeite o teto de gastos.

Na lista do governo, chama atenção a menção às PECs 45 e 110 na parte em que é defendida a reforma tributária. Na verdade, Guedes quer ver aprovadas primeiro mudanças somente em impostos federais, por meio de sua proposta que funde PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (projeto já enviado ao Congresso).

Continua na pág. A16

Lista das medidas prioritárias da área econômica

Na Câmara

- Reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19, respectivamente na Câmara e no Senado)
- Debêntures de infraestrutura (PL 2.646/20)
- Privatização da Eletrobras (PL 5.877/19)
- Marco legal do câmbio (PL 5.387/19)
- Mineração em terras indígenas (PL 191/20)
- Reforma administrativa (PEC 32/20)
- Concessões florestais (PL 5.518/20)
- Licenciamento ambiental (PL 3.729/04)
- Regularização fundiária (PL 2.633/20)
- Lei do gás (PL 4.476/20, já aprovado no Senado)
- Depósitos voluntários (PL 3.877/20, já aprovado no Senado)
- Teto remuneratório para servidores (PL 6726/16, já aprovado no Senado)
- Proposta contra superendividamento, com regras mais rígidas para crédito (PL 3515/15, já aprovado no Senado)
- Autonomia do BC (PLP 19/19, já aprovado no Senado)

No Senado

- Proposta da cabotagem, ou BR do Mar (PL 4.199/20, já aprovado na Câmara)
- Marco legal das startups (PLP 146/19, já aprovado na Câmara)
- PEC Emergencial (PEC 186/19)
- Fundo de investimento agrícola (PL 5.191/20)
- Modelo de partilha no petróleo (PL 3178/19)
- Modernização do setor elétrico (PLS 232/16)
- Novas regras em ferrovias (PLS 261/18)



Por trás dos números e por trás dos rankings existe um fator que é incalculável: a confiança dos nossos clientes.



The Best Bank for Advisory in Latin America - Euromoney 2020

Líder em M&A e Emissão de CRIs no Brasil

1º em M&A no ranking Mergermarket e Bloomberg

1º em emissão de CRIs no ranking Anbima

34 deals de Investment Banking
no valor de + R\$ 100 bi

30 deals de Capital Markets
no valor de R\$ 4,99 bi

Investment Banking

R\$ 155 mi Dezembro de 2020	R\$ 16,5 bi Dezembro de 2020	R\$ 1,2 bi Dezembro de 2020	R\$ 275 mi Dezembro de 2020	Não Divulgado Dezembro de 2020	R\$ 2,5 bi Dezembro de 2020	R\$ 420 mi Dezembro de 2020	R\$ 2,3 bi Novembro de 2020	R\$ 350 mi Outubro de 2020
R\$ 6,7 bi Setembro de 2020	R\$ 95 mi Setembro de 2020	R\$ 20 bi Setembro de 2020	R\$ 830 mi Setembro de 2020	R\$ 190 mi Agosto de 2020	R\$ 500 mi Agosto de 2020	R\$ 1,3 bi Agosto de 2020	R\$ 1,0 bi Maio de 2020	
R\$ 500 mi Abril de 2020	Não Divulgado Abril de 2020	R\$ 232 mi Abril de 2020	R\$ 110 mi Março de 2020	R\$ 805 mi Março de 2020	R\$ 4,0 bi Março de 2020	R\$ 1,0 bi Fevereiro de 2020	R\$ 22,0 bi Janeiro de 2020	

Capital Markets

R\$ 109 mi Dezembro de 2020	R\$ 170 mi Dezembro de 2020	R\$ 32 mi Novembro de 2020	R\$ 144 mi Novembro de 2020	R\$ 396 mi Novembro de 2020	R\$ 350 mi Outubro de 2020	R\$ 114 mi Outubro de 2020	R\$ 150 mi Outubro de 2020	R\$ 113 mi Setembro de 2020	R\$ 30 mi Setembro de 2020	R\$ 1,17 bi Agosto de 2020	R\$ 156 mi Agosto de 2020	R\$ 100 mi Julho de 2020
R\$ 207 mi Julho de 2020	R\$ 60 mi Julho de 2020	R\$ 236 mi Julho de 2020	R\$ 254 mi Julho de 2020	R\$ 36 mi Julho de 2020	R\$ 40 mi Junho de 2020	R\$ 56 mi Junho de 2020	R\$ 216 mi Junho de 2020	R\$ 131 mi Maio de 2020	R\$ 30 mi Maio de 2020	R\$ 398 mi Fevereiro de 2020	R\$ 45 mi Fevereiro de 2020	R\$ 179 mi Janeiro de 2020

REGRAS NOVAS, MAIS VACINAS

Governo negocia 30 milhões de doses de Rússia e Índia após mudanças na Anvisa



Estratégia regulatória. O gerente geral de Medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes: "Quando se recebe vacina e não temos acesso a seus dados, o prazo é desafiador. Por isso colocamos 30 dias"

VICTOR FARFAS, PAULA FERREIRA E EVELYN AZEVEDO
em estadao.globo.com.br

O Ministério da Saúde afirmou que vai se reunir amanhã com representantes do instituto russo Gamaleya, que desenvolveu a Sputnik V, e de laboratório indiano Bharat Biotech, fabricante da Covaxin, para negociar a aquisição de mais 30 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. A expectativa da pasta é ter acesso aos imunizantes ainda em fevereiro.

A decisão de negociar com os dois fabricantes foi anunciada ontem, logo após entrevista coletiva na qual a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou ter retirado a obrigatoriedade da apresentação de estudo da fase 3 no Brasil para que as farmacêuticas solicitem autorização de uso emergencial de vacinas. A mudança pode facilitar a autorização para os dois imunizantes no país.

Segundo o Ministério da Saúde, o Instituto Gamaleya informou que, caso haja acordo, poderá entregar entre fevereiro e março um total de 10 milhões de doses, que viriam da Rússia. A farmacêutica, que tem acordo para produção no Brasil com o laboratório União Química e instalou uma linha de produção no

Distrito Federal, também disse que passará a fabricar, a partir de abril, o ingrediente farmacêutico ativo (IFA) e 8 milhões de doses no Brasil.

Em relação à empresa indiana, o governo negocia 8 milhões de doses da Covaxin, que poderão ser entregues em fevereiro. O laboratório Bharat Biotech informou ao governo brasileiro ter condições de entregar mais 12 milhões de sua vacina em março. De acordo com a Precisa Medicamentos, que representa o laboratório indiano no Brasil, desde novembro a Covaxin está sendo submetida a estudos de fase 3 na Índia, com 26 mil voluntários. A farmacêutica assinou

ontem termo de cooperação científica com o Instituto britânico Albert Einstein de Ensino e Pesquisa para conduzir estudos de fase 3 no país.

TESTES EM ANDAMENTO

Segundo a mudança anunciada pela Anvisa, farmacêuticas que tenham testes clínicos apenas no exterior, ainda que em andamento, poderão submeter o pedido de uso emergencial à agência, e deverão acompanhar por um ano os voluntários de ensaio.

Atualmente, estão sendo usadas no país a CoronaVac, do Instituto Butantan, e a vacina da AstraZeneca/Oxford, do laboratório

anglo-sueco e da universidade britânica com a Fiocruz.

O prazo de análise da autorização de uso emergencial de vacinas sem estudos de fase 3 no Brasil é de até 30 dias. Para imunizantes com ensaios clínicos aqui, o prazo é de 10 dias.

— Quando a gente está recebendo uma vacina e não temos acesso a seus dados, esse prazo se torna muito mais desafiador, e é por isso que colocamos até 30 dias — afirmou Gustavo Mendes, gerente-geral de Medicamentos da Anvisa.

A mudança acontece um dia após a eficácia de 91,6% da vacina Sputnik V ser publicada

na revista científica Lancet. A União Química tem dois processos em aberto na Anvisa: um para a submissão do dossiê de desenvolvimento vacinal e aval para o início dos estudos de fase 3, outro no qual pede autorização emergencial de uso do imunizante, protocolado em 16 de janeiro.

Para especialistas, a decisão da Anvisa foi acertada, pois o Brasil precisa vacinar mais rapidamente sua população.

— Essa exigência da Anvisa não tinha o menor sentido. O que precisamos é que a vacina passe pelas fases 1, 2 e 3 dos testes clínicos, que os estudos tenham qualidade e sejam publicados em revistas científicas de renome. E que a vacina tenha registro em alguma outra grande agência regulatória do mundo — diz a epidemiologista Carla Domingues, ex-diretora do Programa Nacional de Imunização (PNI), acrescentando que, embora a maioria dos remédios não tenha estudo clínico feito no Brasil, a Anvisa aceita os dossiês e que os cientistas vinham questionando o critério muito rígido.

— O fato de não se exigir uma fase 3 feita no Brasil, seja para a Sputnik V ou para a Covaxin, não significa que a Anvisa não vai receber todos os dados dessa fase antes de dar qualquer tipo de licenciamento — afirma Isabella Balalaj, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm).

VACINADOS 2,7 MILHÕES

O Brasil voltou a registrar mais de mil mortos em 24 horas na pandemia: foram 1.209. No total, já são 227.592 óbitos pela Covid-19. Os dados de 23 estados apontam que 2.767.131 doses de vacina já foram aplicadas no país.

País pode receber 46,9 milhões de doses até março

Covax Facility, aliança coordenada pela OMS, porém, vai entregar menos imunizantes ao Brasil no primeiro trimestre do que previu a Saúde

RAFAELA RAMOS E EVELYN AZEVEDO
em estadao.globo.com.br

A aliança global Covax Facility anunciou ontem que enviará ao Brasil 1,6 milhão de doses de vacina contra a Covid-19 Oxford/AstraZeneca no primeiro trimestre de 2021 e cerca de 6 milhões no segundo trimestre. Outros 3 milhões deverão ser entregues no segundo semestre, totalizando 10,6 milhões de doses numa primeira fase. A entrega deve começar no fim de deste mês.

O Ministério da Saúde havia anunciado, no último sábado, que o Brasil receberia

de 10 a 14 milhões de doses de doses por meio da Covax em meados de fevereiro. Na terça, retificou a informação para "ao longo do período entre fevereiro e julho", sem informar mais detalhes sobre o processo.

Com esse anúncio, a expectativa do número de doses a que o Brasil poderia ter acesso até o início de março caiu de 48,8 milhões de doses para 46,9 milhões, caso se confirmem as compras de doses da Sputnik V e da Covaxin pelo governo federal.

A iniciativa Covax, coordenada pela Organização Mun-

CRONOGRAMA DAS VACINAS

Brasil deve ter até 46,9 milhões de doses em março



* data prevista, mas não confirmada

dial da Saúde (OMS), visa acelerar o desenvolvimento e universalizar o acesso aos imunizantes contra a Covid-19. O consórcio reúne 190 países: 98 economias de alta renda e

92 de baixa e média renda. As quantidades divulgadas ontem são indicativas, e estão sujeitas a alterações por questões como a capacidade de produção dos imunizan-

tes, financiamento e disponibilidade dos países. Além disso, a autorização de uso da Oxford/AstraZeneca ainda está em avaliação no departamento de vacinas da OMS.

An aderir à iniciativa, o governo brasileiro optou por contratar doses de vacinas para 10% da população, total de 42,5 milhões de doses (duas por pessoa).

Bolsonaro cobra fatura por apoio a Lira e Pacheco

Presidente incluiu a chamada pauta de costumes no rol de prioridades do governo para este ano no Congresso

BRUNO GÔES, NATÁLIA
PORTINARI E DANIEL GULLINO
@brunogoes, @nataliaportinari,
@danielgullino

Depois de se empenhar na eleição dos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prometendo liberação de verbas e negociando cargos, o presidente Jair Bolsonaro apresentou ontem a fatura. Na lista de projetos prioritários que o governo quer ver aprovados este ano estão a flexibilização da posse e do porte de armas; o homeschooling (educação domiciliar) e a liberação de mineração em terras indígenas. Esses temas são caros à base bolsonarista e integram a chamada pauta de costumes.

A lista foi entregue por Bolsonaro a Lira e Pacheco em reunião na manhã de ontem no Palácio do Planalto. À tarde, o presidente leu a mensagem do Executivo ao Congresso na abertura do ano legislativo.

No rol de prioridades de

Bolsonaro também estão transformar pedofilia em crime hediondo, incluir na lei de drogas a tipificação de corrupção de menores, e regularizar terras na Amazônia.

— Entregamos mais títulos de propriedade rural nesses dois primeiros anos do que nos 14 anos do governo anterior. Nós tratamos os homens do campo com responsabilidade — discursou Bolsonaro, sendo aplaudido pelos presentes no plenário da Câmara.

Especialista em regularização fundiária, a pesquisadora Brenda Brito, do Imazon, disse à colunista Miriam Leitão, porém, que houve na verdade um apagão fundiário em 2019:

— Caiu de uma média de 3.000 títulos por ano para apenas seis. Conseguimos esses dados pela Lei de Acesso à Informação. Pedimos novamente este ano e temos apenas até maio, porque o prazo ainda não se encerrou.

A defesa da pauta de custo-



Lista. Presidente Bolsonaro com Lira e Pacheco: entre as prioridades do governo estão a pauta armamentista e a liberação de mineração em terra indígena

mes é uma forma de Bolsonaro justificar para sua base mais ideológica a aliança com o Centrão. O grupo foi criticado por ele na campanha eleitoral de 2018, retratado como símbolo do fisiologismo e exemplo de cenário que seria mudado com sua chegada à Presidência da República.

O presidente do Senado afirmou que as sugestões apresentadas serão avaliadas pelo colégio de líderes de cada Casa:

— Submetemos aos nossos respectivos colégios de líderes, senadores e deputados, para que possamos apreciar a viabilidade da inclusão em pauta de cada um desses projetos.

Já Arthur Lira defendeu “muito diálogo” entre os Poderes para manter um clima

de “normalidade”:

— Vamos manter um clima harmônico, de muito trabalho, de muito diálogo e de muita responsabilidade esse ano, para minimizar todos os efeitos danosos e produzir um clima absolutamente de normalidade e progressivo trabalho no Brasil.

A COTA DE ALCOLUMBRE

Não é só Bolsonaro que está cobrando reciprocidade. O ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), fiel ao governo nos últimos dois anos, negocia a nomeação de um senador para o Ministério. Em conversas com aliados, ele manifestou a vontade de indicar Nelsinho Trad (PSD-MS), atual líder do PSD no Senado. Foram colocadas na mesa as possibilidades de que ele

ocupe a pasta de Minas e Energia ou Desenvolvimento Regional.

O próprio Alcolumbre chegou a ser cotado para ministro, mas recuou porque deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) neste ano. Em conversa com o governo, ele expôs a insatisfação de diversos senadores com o fato de não haver um representante da Casa na Esplanada dos Ministérios.

Procurado, Nelsinho Trad disse que há “um longo oceano” até uma potencial indicação, já que o assunto deve ser debatido com seus colegas de partido. Segundo ele, não houve nenhuma sondagem do governo federal.

— Passa por uma avaliação da bancada do Senado, dos outros pares, porque eu estaria indo na cota do Sena-

do, e também por uma discussão dentro do partido, do PSD. A gente não é dono da vontade da gente mesmo.

Também disse que não há uma negociação sobre um ministério específico e elogiou a gestão de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional.

— É um dos ministros mais admirados e conceituados dentro do Senado.

Passada a eleição no Congresso, Bolsonaro planeja uma reforma ministerial para as próximas semanas. Auxiliares do governo confirmaram ao GLOBO que devem receber indicações de Alcolumbre e de outros parlamentares. Bolsonaro, porém, ainda não bateu o martelo sobre qual será a nova configuração de seus ministérios.

Economia



AUXÍLIO EMERGENCIAL

Brasileiros deixam de sacar R\$ 1,3 bilhão

Enquanto isso, Justiça determina que Amazonas volte a pagar R\$ 300 no estado globo.com/301183

AUXÍLIO EMERGENCIAL

FORA DAS PRIORIDADES

Benefício fica fora da lista do governo, mas é defendido por parlamentares

JULIA LINDNER, GUSTAVO MAIA, ERIBINO GÓES, PAULO CAPELLI, VICTOR FARIAS, GERALDA DOCAE MANGEL VENTURA
comunicacao@oglobo.com.br
#Globo1

O presidente Jair Bolsonaro e líderes do Congresso apresentaram ontem, na abertura dos trabalhos do Legislativo, as pautas que devem ser prioridade em 2021. Na área econômica, a lista inclui a agenda de reformas defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que enfrenta dificuldades de tramitação desde 2019. Mas não há definição sobre os planos para o programa de assistência social, no momento em que o fim do paga-

mento do auxílio emergencial começa a ser sentido por trabalhadores informais. O tema não foi mencionado no discurso de Bolsonaro nem no documento entregue pelo Palácio do Planalto aos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Os dois, no entanto, afirmaram que algum tipo de benefício terá de ser criado, desde que dentro das regras fiscais.

Depois dos discursos de ontem, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse ao GLOBO que o Executivo já mantém conversas com o novo comando do Legislativo e lideranças partidárias

sobre o auxílio emergencial, seja em um novo valor ou um benefício parcial. Mas afirmou que isso terá que ser feito dentro do Orçamento e ainda depende de uma avaliação conjunta sobre os desdobramentos da pandemia:

— Estamos conversando sobre um novo auxílio ou um valor parcial. Mas isso dependerá do avanço da doença. Tudo será feito com responsabilidade fiscal. A prioridade do governo agora é aprovar o Orçamento

'DURO DILEMA'

Na abertura da sessão, a defesa mais enfática do auxílio emergencial foi feita por Pacheco. Em seu discurso, o se-

nador disse que deve buscar uma solução com a equipe econômica.

— Trata-se de um duro dilema, pois existe uma enorme parcela da sociedade em condições de vulnerabilidade econômica e social, da qual não podemos descuidar. Por outro lado, também não podemos descuidar do indispensável equilíbrio fiscal. Por essa razão, estamos estabelecendo junto ao nosso colégio de líderes e à equipe econômica do governo um caminho para compatibilizar o auxílio governamental aos mais carentes, que ainda é absolutamente necessário neste momento, com os princípios e fundamentos que norteiam a responsabili-

dade fiscal — afirmou o presidente do Senado.

Lira também defendeu o que chamou de "pauta emergencial", mas disse que caberá aos líderes definir as prioridades:

— São tantas as urgências, que o próprio esforço de elencar prioridades se torna um desafio. Por isso mesmo, já define o que chamo de maneira ainda vaga de "pauta emergencial". O que seria essa pauta? Esta Casa e o Senado é que irão dizer, com o colégio de líderes, as bancadas.

Nos bastidores, a equipe do Ministério da Economia resiste a conceder uma nova rodada do auxílio emergencial, por entender que os in-

dicadores econômicos não justificam o pagamento do benefício.

O governo ainda quer conversar com os novos presidentes do Congresso para entender o que os parlamentares querem propor para os mais vulneráveis, o que pode incluir a ampliação do Bolsa Família. A expectativa é que o assunto seja discutido esta semana. Uma fonte ligada ao Palácio do Planalto minimizou a ausência do tema no discurso de Bolsonaro e destacou que o presidente defende as reformas. Os técnicos lembram, porém, que, sem o Orçamento aprovado, não é possível propor medidas.

Venda de gasolina de aviação é suspensa

BR Distribuidora detecta adulteração em combustível, que é usado em aviões de pequeno porte e fornecido pela Petrobras

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@oglobo.com.br
s100000

A BR Distribuidora suspendeu ontem a comercialização de gasolina de aviação (Avgas) para seus clientes diretos e revendedores após ter identificado sinais de adulteração no combustível. A gasolina de aviação é usada em aviões de pequeno porte, com motores a pistão. A Petrobras é a única fornecedora desse tipo de produto no Brasil, que é distribuído pela BR, subsidiária da estatal privatizada em 2019.

Segundo a Petrobras, teriam sido afetados cerca de dois mil metros cúbicos de gasolina de aviação produzidos em janeiro pela Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP). A estatal afirma que o retorno do fornecimento deve ocorrer na próxima segunda-feira.

A adulteração do combustível tem o potencial de afetar apenas aviões particulares. Mesmo companhias que operam voos regulares em aviões menores, como a Azul Conecta, usam querosene de aviação para abastecer as aeronaves.

"A BR está iniciando as ações para recolhimento do produto comercializado, devolução do lote armazenado e recebimento de novos lotes, e recomendou aos seus clientes diretos e revendedores que adotem as mesmas providências, de modo a restabelecer o abastecimento no menor tempo possível", afirma o comunicado da distribuidora, que também diz ter informado o problema aos órgãos reguladores, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

RESULTADOS DIVERGENTES

A Petrobras só comentou o caso na noite de ontem, depois da manifestação da BR. Segundo a estatal, o lote de gasolina de aviação com problemas atendeu a todos os requisitos de certificação exigidos pela ANP quando da sua comercialização.

"Porém, no início de fevereiro, novos testes realizados com o mesmo lote, ao longo da cadeia de abastecimento, apontaram resultados divergentes dos que foram inicialmente encontrados. As novas análises apontaram que um

dos parâmetros encontra-se levemente abaixo do limite mínimo da especificação", diz a empresa em nota.

A Petrobras afirma já ter informado o problema a clientes que compraram o produto e que instaurou uma comissão interna para avaliar as causas da adulteração.

A Anac explica, em nota,

que ainda não é possível avaliar o impacto que a adulteração terá no setor. No texto, a agência afirma que recomenda aos operadores de aviões movidos a esse combustível que busquem uma oficina de manutenção credenciada para uma avaliação mais detalhada, caso haja histórico ou evidências de contaminação.



Gasolina alterada. O combustível é usado em aviões particulares: operadores devem buscar oficina de manutenção

ATÉ

50% OFF

LIQUIDA

PRORROGADO ATÉ 28.02



POLTRONA ABRAÇO
de R\$ 990,00
por: 10x de R\$ 990,00



SOFÁ BILBAO PLUS
de R\$ 15.960,00
por: 10x de R\$ 1.596,96



MESA DE JANTAR AMSTERDAM
de R\$ 2.066,00
por: 10x de R\$ 206,60



MESA DE CENTRO REI
de R\$ 5.999,00
por: 10x de R\$ 599,90

Escaneie a BR Code ao lado para saber mais sobre o mundo Breton.



RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CAMPINAS | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | BRASÍLIA | SALVADOR | RORAIMA | MANAUS | BRETON CORPORATIVO

@@BRETONOFICIAL | WWW.BRETON.COM.BR

CONHEÇA NOSSA LOJA ONLINE DE ACESSÓRIOS PARA CASA WWW.BRETONCASA.COM.BR

Campanha válida até 28.02.21. Consulte junto às lojas detalhados e atualizados dos produtos participantes da promoção. A Breton se reserva ao direito de corrigir quaisquer informações que preventivamente divergirem das, bem como excluir erros para restabelecer o equilíbrio. Imagens meramente ilustrativas.

Petrobras tem exportação recorde em janeiro

BRUNO ROSSA
bruno.rossa@oglobo.com.br

A Petrobras pretende exportar quase um milhão de barris por dia ao longo deste ano, repetindo o patamar recorde de 2020. A estatal informou que embarcou 957 mil barris diários de petróleo e derivados no ano passado, alta de 30,2% em relação a 2019.

Em comunicado, a estatal disse que, em janeiro deste ano, no terminal de Angra dos Reis, no Rio, já foram embarcados para o exterior 19,3 milhões de barris de petróleo: "O recorde anterior, em maio de 2020, foi de 18,7 milhões de barris de petróleo exportados."

André Barreto Chiarini, diretor executivo de Comercialização e Logística da estatal, afirmou que a meta é "manter o mesmo nível de exportação em 2021".

SALVAÇÃO NA PANDEMIA

Segundo a companhia, as exportações de petróleo tiveram papel fundamental durante a pandemia, "permitindo geração de caixa em um momento crítico, além de evitar perdas de produção". Em abril, ápice da crise, foi exportado um milhão de barris por dia.

Entre as exportações de 2020, o óleo combustível teve alta de 45,9%, com 194 mil barris por dia. Já o embarque de petróleo subiu 33%, para 713 mil barris diários.

No mercado interno, por conta da redução da atividade, a venda de diesel caiu 5,2% em 2020, e a de gasolina, 9,3%.

Bolsonaro discute com Uruguai flexibilização do Mercosul

Energia e infraestrutura também são tema de encontro dos dois presidentes em Brasília

Por **Matheus Schuch e Daniel Rittner** — De Brasília

04/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Os presidentes Lacalle Pou e Bolsonaro: plano de encontro em março, no Brasil, de todos os países do bloco — Foto: Pablo JAcob/Agência O Globo

O presidente Jair Bolsonaro recebeu ontem o mandatário do Uruguai, Luis Lacalle Pou, para discutir flexibilizações para acordos envolvendo países do Mercosul.

“Conversamos sobre a possibilidade de flexibilizar para cada país os seus negócios com outros países, falamos um pouco de energia e infraestrutura também”, relatou Bolsonaro.

Em rápido pronunciamento, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, citou duas prioridades: dragagem da lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, para viabilizar uma “hidrovia do Mercosul” e a construção da segunda ponte de Jaguarão, na divisa gaúcha com o país vizinho.

Na sequência, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, citou que a integração energética tem garantido o abastecimento no Brasil, pois desde outubro de 2020 o país importa energia de Uruguai e Argentina, parceria que poderá ser ampliada.

Já o chanceler Ernesto Araújo destacou que, por ocasião dos 30 anos do Mercosul, seria oportunidade de “redinamizar” o bloco e levar pautas comuns adiante para a integração fronteiriça.

Ao encerrar o pronunciamento, Lacalle Pou disse que regressaria “muito contente” por ver que há confluência de ideias.

“Como toda a associação, é preciso revê-la e mudá-la e o próximo passo é a flexibilização para que cada país possa avançar”, acrescentou, destacando também a necessidade de avançar com o projeto da hidrovia do Mercosul.

Ao encerrar o pronunciamento, Bolsonaro disse que está sendo organizado um “encontro informal” dos membros do bloco em março, possivelmente em Foz do Iguaçu.

Brasil apresenta plano para abrir compras públicas a estrangeiros

País formaliza abertura do mercado de aquisições governamentais com adesão a acordo da OMC

Por Assis Moreira — De Genebra

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Brasil formalizou ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) sua oferta inicial para empresas estrangeiras passarem a vender ao setor público no país. A iniciativa deve abrir caminho para o início das negociações sobre a adesão brasileira ao Acordo de Compras Públicas (ACP).

O **Valor** apurou que o documento de 17 páginas, que o governo mantém em sigilo, estabelece patamar entre US\$ 186 mil e US\$ 572 mil a partir do qual o vendedor externo poderá participar de licitações em compras de bens e serviços, e de US\$ 7,150 milhões no caso de serviços de construção.

Para o governo, não se trata de abertura unilateral, porque ao mesmo tempo empresas brasileiras poderão ter acesso a mercados de compras públicas bilionários de países que já participam do acordo da OMC. Além disso, o ACP não se aplica automaticamente a todas as aquisições feitas pelos governos dos membros desse acordo.

As ofertas no ACP utilizam o Direito Especial de Saque (DES), a moeda virtual do Fundo Monetário Internacional (FMI). Um DES valia ontem US\$ 1,43. O Brasil adotou valores similares aos adotados pela maioria dos países que participam do ACP.

Pelo anexo 1, cobrindo as compras dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o Brasil estabeleceu patamar de 130 mil DES, ou seja, US\$ 186 mil, para o vendedor estrangeiro. No caso da construção, o contrato deve ser de pelo menos 5 milhões de DES (US\$ 7,150 milhões).

O Brasil exclui da oferta as compras feitas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), AEB (Agência Espacial Brasileira) e Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear). A abertura exclui também as compras de serviços relacionados a tecnologia da informação, como criptografia, feitas pela Presidência da República, Itamaraty e Ministério da Justiça.

O vendedor externo tampouco terá acesso a certas compras do Ministério da Defesa, como serviços de engenharia, manutenção ou instalação de certos bens, e serviços de tecnologia da informação.

O anexo 2 da oferta foca em Estados e municípios, abertos pela primeira vez a empresas estrangeiras. Até o momento, o Brasil oferece o acesso apenas para determinadas aquisições feitas por Distrito Federal, Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul. Como o Ministério da Economia fez consulta pública, parece claro que esses aceitaram abrir seus mercados, enquanto outros podem entrar depois, ao longo das negociações na OMC.

Nesse caso, o patamar para o estrangeiro poder tentar vender é a partir de 200 mil DES (US\$ 286 mil) em bens e serviços e de 5 milhões de DES (US\$ 7,150 milhões).

Cada um deles tem exceções. O Paraná, por exemplo, não abre para o vendedor estrangeiro as licitações públicas para serviços de segurança. O Rio Grande do Sul exclui estrangeiro de licitação para compra de alimentos para as prisões.

O anexo 3 da oferta abre as compras feitas por “outras entidades” públicas, incluindo estatais. O patamar aumenta: o estrangeiro só pode participar da licitação de compras de bens e serviços a partir de 400 mil DES (US\$ 572 mil) ou 5 milhões de DES (US\$ 7,150 milhões) no caso de construção. São listadas 42 entidades, desde o porto de Paranaguá, passando por Central de Abastecimento de Minas Gerais, e até Valec Engenharia, Construções e Ferrovias. A oferta lista ainda em três páginas uma série de produtos que vão ser abertos para o vendedor estrangeiro.

O governo brasileiro exclui comprar serviços financeiros do estrangeiro. Aquisições de produtos de saúde estratégicos e insumos para o Sistema Único de Saúde (SUS) também são excluídas. O Brasil reserva o direito de aplicar preferências em favor de suas pequenas e médias empresas (PMEs).

O ACP é um tratado plurilateral no âmbito da OMC. Seus 48 membros juntos constituem um mercado de contratações públicas estimado em US\$ 1,7 trilhão anual. O pedido de adesão do Brasil foi feito em maio de 2020.

O mercado de compras públicas brasileiro total já foi estimado em US\$ 157,4 bilhões por ano. O governo central faz 45% das aquisições, os Estados, 25%, e os municípios, 30%.

Em nota, o Itamaraty destacou que a adesão ao acordo “promoverá a redução de gastos públicos e a melhoria da qualidade dos bens e serviços governamentais e incentivará as exportações brasileiras e os investimentos externos no país”.

Agora os 48 membros do acordo vão estudar o acesso ao mercado oferecido pelo Brasil. A expectativa é que as primeiras demandas de negociações bilaterais ocorram no começo de março. A abertura brasileira tende a ser mais ambiciosa, dependendo do que os parceiros oferecem em contrapartida.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Completa rede de hospitais com isenção de carência* e sem taxa de adesão, para o Servidor Público.

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora com frete grátis para Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

Capitais dão incentivo no pagamento do IPTU para reforçar o caixa

Para não perder receita, prefeituras mantêm ou ampliam condições favoráveis de 2020

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Rodrigo Fantinel, secretário de Porto Alegre: município reduziu em 10% o tributo para quem pagou adiantado — Foto: Cesar Lopes/PMPA

As capitais ampliaram ou mantiveram incentivos para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em 2021, principalmente para

estimular a antecipação no recolhimento à vista. Os descontos para pagamento antecipado chegaram a 20%, caso de Campo Grande (MS).

Em Natal (RN), a redução de 16% valeu para quem está em dia com o tributo. Em Porto Alegre houve abatimento de 10% para quem adiantou pagamento. Em Belo Horizonte, o desconto para pagamento antecipado em parcela única foi ampliado de 5% para 6%. São Paulo manteve o desconto de 3% para pagamento antecipado e deixou de reajustar o imposto pela inflação.

Os incentivos, diz Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), refletem a sensibilidade dos municípios num momento em que o recrudescimento dos casos de covid-19 traz receio em relação ao desempenho de receitas do ano. Em 2020, lembra ele, as prefeituras tiveram frustração na arrecadação do imposto. Dados de 18 capitais que já entregaram relatórios ao Tesouro Nacional mostram que o recolhimento de ISS somou nesses municípios R\$ 21,94 bilhões no ano passado, com alta nominal em relação a 2019 de 1,8%, taxa abaixo da inflação de 4,5% pelo IPCA.

Esse dado, diz Perre, é um indício de que a arrecadação do IPTU rompeu a tendência de ganhos reais médios verificada desde 2017. Em 2019, por exemplo, a alta foi de 7,7% reais. Naquele ano, a receita do imposto chegou a R\$ 50 bilhões, considerando 5.568 municípios do país.

A expectativa de continuidade da evolução anterior indica em 2020 uma frustração total de cerca de R\$ 4 bilhões, caso a arrecadação total de IPTU tenha pelo menos acompanhado a inflação. Os valores incluem a arrecadação do IPTU que está na dívida ativa.

Porto Alegre foi uma exceção à tendência da média das capitais. A arrecadação do IPTU no município em 2020 cresceu 14,2% contra 2019. Rodrigo Fantinel, secretário de Fazenda da capital gaúcha, explica que esse salto se deu porque 2020 foi o primeiro ano de cobrança do imposto com base na atualização da planta genérica de valores realizada em 2019. Em 2021 o imposto ainda refletirá parte dessa atualização, já que o reajuste tem impacto anual limitado a 20% e foi parcelado em seis anos. Assim como em períodos anteriores, o imposto de Porto Alegre de 2021 foi reajustado pela inflação.

Apesar de ter sido importante para a arrecadação do IPTU no ano passado, a nova administração de Porto Alegre pretende suspender a partir de 2022 os reajustes baseados na planta de valores, como forma de estimular a retomada de atividade. Para isso, diz ele, deve ser enviado um projeto de lei à Câmara dos Vereadores.

O que também ajudou a engordar o IPTU arrecadado no ano passado foi o pagamento antecipado do imposto devido em 2021, diz Fantinel. O desconto de 10% no pagamento à vista venceu em 5 de janeiro, mas parte dos contribuintes recolheu o imposto antecipado ainda em dezembro.

Em São Paulo a prefeitura deixou de corrigir pela inflação o IPTU devido em 2021 e manteve o desconto de 3% no pagamento à vista em fevereiro. O imposto lançado não repetiu o mesmo valor nominal do ano passado para imóveis que ainda estão submetidos aos reajustes da atualização da planta genérica de valores de 2014. Na capital paulista o reajuste por essa atualização está limitado a 10% para imóveis residenciais e 15% para não residenciais.

Há outras situações que também resultaram em reajuste do IPTU de 2021 em São Paulo. É o caso de imóveis que tiveram valores reajustados por fiscalização ou ampliação de área construída, que passaram por reforma ou que perderam algum desconto do imposto ou isenção.

A Secretaria da Fazenda da capital paulista informa que os imóveis com algum tipo de reajuste por qualquer uma das razões são cerca de 1,3 milhão, ou 37,5% do total de imóveis do município. Eles respondem por 39,1% da estimativa de arrecadação de IPTU para 2021, que é de R\$ 10,96 bilhões. No ano passado a arrecadação do IPTU no município de São Paulo somou R\$ 10,77 bilhões, com alta nominal de 3,6% contra 2019.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Queima de estoque. Não fique de fora dessa

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado 10x mais barato vira febre em Salvador

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALIPURE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021

VALOR INVESTE

Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel

VALOR INVESTE

Índice de fundos imobiliários se aproxima do patamar pré-pandemia; veja os setores favoritos



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Merck & Co. registra prejuízo de US\$ 2,09 bi no último trimestre de 2020

Governo apresenta 35 propostas prioritárias

Lista do Executivo engloba temas econômicos e de costumes

Por Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Matheus Schuch — De Brasília

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A pauta de Bolsonaro

Executivo pede prioridade para 26 projetos econômicos e 9 de 'costumes'

■ Pauta econômica

Número	Ementa	Onde está
PL 4476/2020	Lei do Gás	Câmara
PL 3877/2020	Depósitos Voluntários	Câmara
PL 6726/2016	Teto Remuneratório	Câmara
PL 3515/2015	Superendividamento	Câmara
PLP 19/2019	Autonomia do Banco Central	Câmara
PEC 45/110	Reforma tributária	Câmara/Senado
PL 2646/2020	Debêntures de infraestrutura	Câmara
PL 5877/2019	Privatização da Eletrobras	Câmara
PL 5387/2019	Marco Legal do Mercado de Câmbio	Senado
PLP 191/2020	Mineração em terras indígenas	Câmara
PEC 32/2020	Reforma administrativa	Câmara
PL 3729/2004	Licenciamento ambiental	Câmara
PL 5518/2020	Concessões Florestais	Câmara
PL 2633/2020	Regularização fundiária	Câmara
PL 4199/2020	BR do Mar (cabotagem)	Senado
PLP 146/2019	Marco legal das startups	Senado
PL 7843/2017	Eficiência Administrativa (Govtec)	Senado
PL 5191/2020	Fundo de Investimento Agrícola (Fiagro)	Senado
PL 3178/2019	Muda regime de partilha do petróleo	Senado

PLS 217/2017	Muda regime de partilha do petróleo	Senado
PLS 232/2016	Modernização do setor elétrico	Senado
PLS 261/2018	Transporte ferroviário em infraestruturas privadas	Senado
PEC 186/2019	PEC Emergencial	Senado
PEC 187/2019	PEC dos Fundos	Senado
PEC 188/2019	PEC do Pacto Federativo	Senado
PLP 137/2019	Uso dos fundos públicos para a pandemia	Senado
PLC 8/2013	Cobrança de pedágio por trecho (free flow)	Senado

■ Pauta de costumes

Número	Ementa	Onde está
PL 6438/2019	Registro, posse e comercialização de armas de fogo	Câmara
PL 6125/2019	Normas aplicáveis a militares em GLO	Câmara
PL 3780/2020	Aumento de pena para abuso sexual em menores	Câmara
PL 6093/2019	Documento único de transporte	Câmara
PL 1776/2015	Inclui pedofilia como crime hediondo	Câmara
PL 2401/2019	Ensino doméstico (homeschooling)	Câmara
PL 3723/2019	Porte de armas para categorias	Senado
PLS 216/2017	Revisão da Lei de Drogas (Corrupção de menores)	Senado
PLC 119/2015	Altera Estatuto do Índio contra infanticídio	Senado

Fontes: B3, CVM, empresas e analistas. *Considera preço médio e oferta base. **Estimativa de mercado; oferta ainda não lançada

O governo Jair Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional ontem um amplo leque de 35 projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais (PECs) considerados “prioritários” para o Executivo, que englobam os mais variados assuntos tanto na pauta econômica como na de costumes, mas sem indicar nenhuma ordem preferencial ou de urgência. Em contrapartida, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ofereceram uma agenda menor que destaca a vacinação contra a covid-19 e o auxílio emergencial como um dos focos do Parlamento, mas deixa de lado temas como a privatização de estatais.

O encontro entre o presidente da República e os novos chefes do Legislativo aconteceu no Palácio do Planalto, pela manhã, num clima ameno e de receptividade que há algum tempo não se via. Antes de atravessarem a Praça dos Três Poderes,

Lira e Pacheco fizeram um pronunciamento à imprensa no qual fizeram questão de enfatizar a pacificação como um dos objetivos no horizonte dos dois mandatos.

“Há a busca de um alinhamento comum. É o início de uma caminhada em conjunto da Câmara e do Senado para apresentar soluções efetivas aos problemas do Brasil. Atuaremos juntos para a pacificação das instituições”, explicou Pacheco. A fala contrastou com os atritos que marcaram as relações entre Presidência e Câmara dos Deputados.

Após se encaminharem para a sede do governo, o tom de proximidade ficou ainda mais evidente. Os três se posicionaram lado a lado e, antes de iniciar o pronunciamento, Bolsonaro chegou a sussurrar a Lira e Pacheco que cada um deveria falar por 30 segundos. Além de citar a pauta, o presidente garantiu que a relação se dará em clima de harmonia. Ele ressaltou também que o diálogo não começou hoje, mas na campanha para eleição do Legislativo - tanto o presidente da Câmara como o do Senado receberam suporte governista durante a eleição interna. Pacheco, por sua vez, repetiu que pretende trabalhar na “linha de pacificação e harmonia” com o Executivo, mas também acrescentou que irá buscar resguardar a independência entre os Poderes”.

Na conversa, além dos 35 itens, Bolsonaro pediu também uma estratégia para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o meio de março, “para que o governo federal consiga honrar com seus compromissos”, além de uma atenção ao projeto de privatização da Eletrobras.

Obtida pelo **Valor**, a planilha que reúne todas essas proposições foi elaborada pela Secretaria de Governo da Presidência. A explicação oficial para o fato de a lista não especificar os itens mais urgentes é que isso ainda será negociado pelos líderes do

governo junto à base aliada e às bancadas do Parlamento. Apesar disso, os únicos projetos em comum nas duas agendas, do Legislativo e Executivo, são as reformas administrativa e tributária e as três PECs do programa Mais Brasil - a Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo.

A agenda econômica do Palácio do Planalto traz, por exemplo, o projeto que autoriza o uso do saldo financeiro de fundos públicos para pagar a conta das ações de combate a covid-19. Além disso, cita projetos já aprovados no Senado, e que dependem de análise da Câmara, como a Lei do Gás, a regulamentação do teto remuneratório do funcionalismo público e a BR do Mar (cabotagem).

Na pauta de costumes, as armas ganharam atenção especial: o governo pediu a aprovação, por exemplo, do projeto que modifica as regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo, assim como solicitou análise da proposta que amplia a lista de categorias que terão direito a porte de armas, para determinar quais são as normas aplicáveis a militares em situações de Garantia de Lei e Ordem (GLO).

Ainda na questão dos costumes, o governo incluiu a discussão sobre o projeto que cria o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). Apesar de a matéria ser relativa ao transporte rodoviário, ela beneficia principalmente os caminhoneiros, categoria que é parte importante da base eleitoral do governo.

Por outro lado, ficaram de fora da agenda do Executivo bandeiras como a PEC do Voto Impresso, amplamente defendida pelo presidente e seus seguidores, a PEC da prisão em segunda instância, que sempre foi pauta dos eleitores “lavajatistas”, e, por último, a proposta que acaba com o foro privilegiado. Na prática, esta matéria exclui o mecanismo, chamado tecnicamente de “foro especial por prerrogativa de função”, para autoridades que cometerem crimes comuns. Ele só seria preservado para o presidente e o vice-presidente da República, para o chefe do Judiciário e para os presidentes da Câmara e do Senado.

Do lado do Congresso, no entanto, o tema que pode incomodar a equipe econômica é o auxílio emergencial. Ao anunciar as prioridades do Legislativo, Pacheco e Lira enfatizaram a necessidade de um benefício para os mais pobres, como forma de

compensar a estagnação econômica gerada pela pandemia no País. Ainda assim, o texto elaborado pelos dois presidentes ressalta que essa busca será feita com “respeito ao teto de gastos”. Neste sentido, Câmara e Senado se comprometem com “o enfrentamento da pandemia”, “a criação de possibilidade de maior oferta de vacinas” e “a retomada da normalidade do País”.

A declaração conjunta não citou, porém, um dos pilares da agenda do ministro Paulo Guedes: as privatizações. A desestatização da Eletrobras está na Câmara desde 2019 sem avançar.

A equipe econômica segue trabalhando nas propostas que alteram apenas tributos federais. A ideia é centrar fogo na reforma do PIS-Cofins. Outra medida que pode avançar é a redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), ao mesmo tempo em que aumenta a taxa sobre dividendos. **(Colaborou Lu Aiko Otta)**

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Merck & Co. registra prejuízo de US\$ 2,09 bi no último trimestre de 2020

Empresa estima que o impacto negativo da pandemia da covid-19 foi de cerca de US\$ 400 milhões em sua receita



Por Maria Cristina Fernandes

No Valor desde a fundação, foi editora de política por 15 an... [ver mais](#)

O vício do Congresso

Com o sequestro do Orçamento por emendas parlamentares de valor crescente de que vale um presidente da República?

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro ganhou, mas não levou. A eleição na Câmara dos Deputados bifurca o futuro do país entre dois rumos, um ruim e o outro, péssimo. Um deriva de um presidente que comete estelionato eleitoral na aliança com o Centrão de olho na contestação do resultado de 2022. Pode fazê-lo agitando o voto impresso e atiçando a reação de praças e sargentos que cultiva nas tropas fardadas ou do bolsonarismo raiz que armou até os dentes.

As instituições que sobrarem podem impedi-lo? Sim, mas sequestrarão o país. Ou melhor, aumentarão um resgate inflacionado ao longo dos últimos vinte e poucos anos. No Congresso o processo foi inebriante. Basta ver, por exemplo, o que aconteceu com as emendas parlamentares. No início deram barato, mas viraram a dependência de uma droga crescentemente abastecida pelos impeachments, ameaçados e concretizados.

| Com o sequestro do Orçamento, de que vale um presidente?

A prisão do chefe do tráfico de emendas levou à ascensão de outras lideranças, algumas que nasceram na boca, outras que a frequentam pelas beiradas e ainda

aquelas que a toleram pelo poder. Com maior ou menor dependência, hoje não sobrevivem sem a droga.

O vício, por óbvio, é paulatino. Em meio aos arranjos parlamentares que se sucederam ao impeachment do primeiro eleito da Nova República e à posse de um vice desconfortável no cargo, sete parlamentares foram pegos com a botija. Os anões do Orçamento vagaram insepultos no governo Itamar Franco e permaneceram influentes até outro dia. O esquema, porém, se institucionalizou.

Os parlamentares passaram a ter uma cota no Orçamento em 1995, primeiro ano de Fernando Henrique Cardoso. As emendas não eram impositivas e o presidente navegava no arrocho com uma coalizão transatlântica.

Na era Luiz Inácio Lula da Silva a insatisfação só começou com o fim da esbórnia nas estatais. Ainda por cima, o financiamento privado de campanha havia sido proibido. Os fundos eleitoral e partidário foram turbinados, mas isso não bastava.

Incomodados com o gargalo mais estreito nas estatais no governo Dilma Rousseff, o Congresso aprovou a imposição de emendas individuais no início de um mandato que já se prenunciava interrompido. Naquele ano (2015) as emendas somaram R\$ 9,7 bilhões.

A imposição deu barato, mas logo os parlamentares estavam em busca de novas alegrias. Em 2016 sintetizaram as emendas de bancada. No mesmo ano a boca colocou no Palácio do Planalto um velho conselheiro. Com ele, ascendeu na Câmara o representante de uma das lideranças que tolerava a droga pelo poder. No ano seguinte, quando as conversas de Michel Temer no subsolo do Alvorada vieram à tona, as emendas individuais e de bancada somaram R\$ 15,2 bilhões.

Foi quando a família brasileira, horrorizada, resolveu dar um basta nesta inebriante orgia com a eleição para a Presidência da República de um representante das beiradas do tráfico. Não faltaram avisos de que se tratava de um macomunado com os esquemas policiais que dão proteção ao crime. Sucederam-se evidências escancaradas de que o escolhido era um engodo. Com isso, surgiu, em 2019, uma oportunidade de também tornar as emendas de bancada impositivas. Gerida no

atacado, a boca foi tomada pelo varejistas experientes que esta semana, finalmente, acabariam por assumir o poder.

Ninguém sabia que uma pandemia estava por vir, mas os sinais de que o varejo da boca tomaria o poder ficaram evidentes no fim de 2020 com duas outras modalidades. Foram inseridas as emendas das comissões temáticas do Orçamento e aquela que ficou conhecida como “emenda do relator” e designava plenos poderes àquele que reelabora a peça orçamentária na Comissão Mista. Este ano se tornaria um dos coordenadores da campanha do novo presidente da Câmara.

Tratava-se de um alucinógeno nunca visto na Casa. A pedida inicial foi de R\$ 30 bilhões. Depois de tonitruantes negociações, ficou pela metade. Ainda assim, somadas as emendas de comissão, individuais e de bancada chegava-se quase àquele patamar: R\$ 29 bilhões.

Garantidas mesmo, com execução assegurada pela Constituição e desobediência sujeita a crime de responsabilidade do presidente da República, só havia as emendas individuais e de bancada que, no Orçamento planejado para 2020, somavam R\$ 15,4 bilhões. Acrescidos aí os fundos eleitoral e partidário chegava-se a R\$ 18,4 bilhões. A boca, definitivamente, havia se tornado um lugar mais aprazível do que o Palácio do Planalto onde, espremendo-se todas as rubricas de investimento (excluídas as estatais) chegava-se a R\$ 19,5 bilhões. O valor, ao contrário daquele das emendas, está sujeito a contingenciamento.

É o melhor dos mundos. Os parlamentares governam num regime presidencialista com execução orçamentária garantida sem responderem pelos seus gastos.

Àquela altura, a Covid-19 já estava incubada. Com a aprovação do Orçamento extra de combate à pandemia, a boca entrou no isolamento das sessões remotas, mas na vida real, foi à guerra. Moveu-se por droga de efeito multiplicador que não deixa marcas no seu usuário, a emenda "extra orçamentária".

A verba de um mesmo ministério é prometida para três parlamentares diferentes. A promessa não é registrada oficialmente mas chega à ponta, ou seja, a Estados e municípios. Prefeitos, que se viram acossados por parlamentares a reivindicar

transferências federais, foram obrigados a dividir compras de testes e medicamentos entre dois ou três fornecedores indicados por parlamentares.

A boca se refastelou. Um dos integrantes, acorrido para uma revista, mostrou que a droga não tem limite para degradar o corpo humano. Uma distribuidora do Piauí quinze dias atrás foi flagrada numa operação policial fornecendo medicamentos e notas frias ao gosto do freguês. Deputado e senador com avião é o novo normal.

As emendas que, nos anos 1990, faziam a alegria de parlamentares com R\$ 1 milhão, agora somam nove dígitos. E o pior é que a festa acontece no meio do mandato. Parlamentares que usam o apurado para atender ao eleitor serão cobrados em 2022 a manter o mesmo patamar de entregas sob o risco de não se reelegerem.

O capitão alimenta a boca porque aposta que o Brasil é o baile funk no qual ele, um dia, vai poder chegar com sua tropa e instituições nada farão porque estão funcionando. No melhor das hipóteses, será derrotado numa eleição. E o vencedor, vai poder fazer o quê?

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Queima de estoque. Não fique de fora dessa

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Ar condicionado 10x mais barato vira febre em Salvador



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

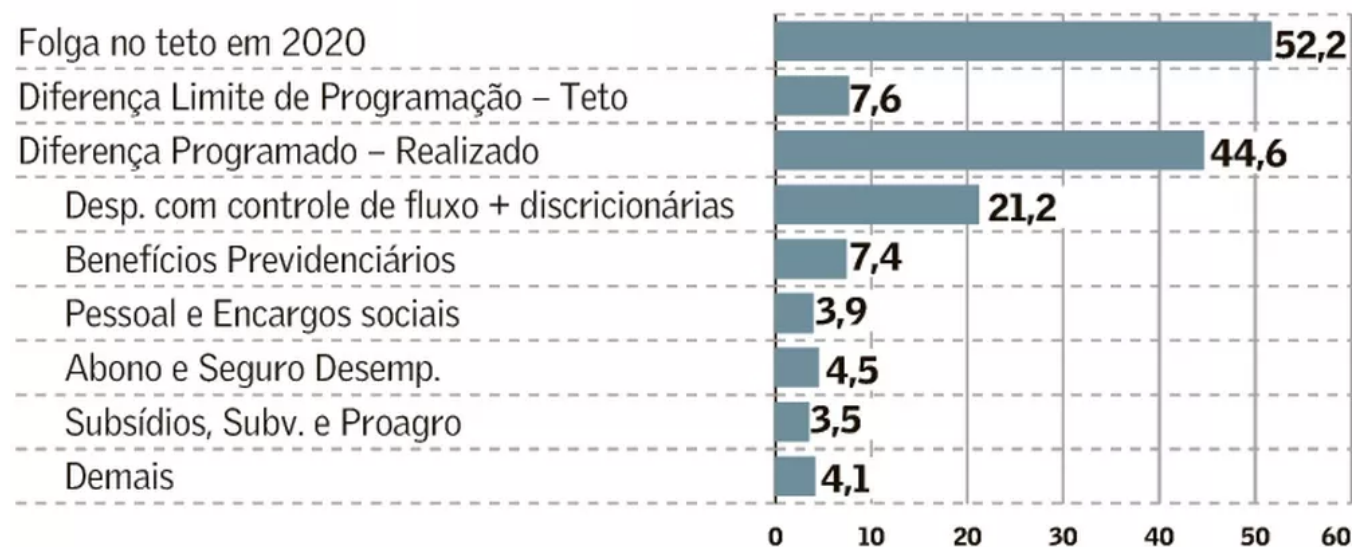
Para cumprir teto, risco é subestimar despesa

Redução do “empoçamento” é uma das ideias em estudo para abrir espaço para outros gastos

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Muito abaixo do permitido

Em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

O senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator-geral da proposta orçamentária deste ano, tem uma missão ingrata. Ele terá que descobrir uma maneira de fechar o

Orçamento sem paralisar investimentos ou afetar serviços públicos. A avaliação dos especialistas é que as despesas não cabem dentro do teto de gastos sem que cortes adicionais sejam realizados. O relator não pode, no entanto, dar ouvidos a propostas que resultariam, em última análise, em subestimar despesas.

Um caminho nessa direção já foi trilhado em 2019, quando o Congresso Nacional aprovou o Orçamento de 2020. O então relator-geral da proposta orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), reduziu as despesas com pessoal em R\$ 6 bilhões, na suposição de que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186/2019 teria “aprovação célere”, pois ela era “considerada fundamental por expressiva parcela dos membros do Congresso”.

Uso do espaço do “empocamento” está sendo analisado

A PEC 186/2019 prevê, entre outras coisas, a redução da jornada de trabalho em até 25% com diminuição proporcional da remuneração nos exercícios financeiros em que a União descumprir a chamada “regra de ouro”, que proíbe o aumento da dívida pública acima da elevação da despesa de capital (investimentos e amortização da dívida). A PEC veta também o aumento do valor de benefícios de caráter indenizatório para servidores, assim como proíbe a progressão e a promoção funcional em carreira.

O relator Domingos Neto estimou quanto essas medidas impactariam as despesas e, com base no cálculo, reduziu o gasto com pessoal. Desta forma, ele abriu espaço no teto de gastos para acomodar emendas parlamentares. O problema é que a PEC 186/2019 não foi aprovada, a despesa com pessoal não foi reduzida, mas as emendas parlamentares, que são impositivas, ficaram no Orçamento para serem executadas. Esta foi uma clara maneira de furar o teto, sem qualquer reação do mercado.

O relator Bittar não pode, portanto, acolher a tese que foi abraçada pelo relator que o antecedeu, segundo a qual, se existe uma proposta legislativa em análise pelo Congresso, que prevê a aprovação de medidas reduzindo a despesa da União, a economia que seria obtida já pode ser incorporada ao Orçamento. Esta seria uma maneira tosca de burlar e desmoralizar o teto de gastos.

Se a tese prevalecer, bastará que, todo ano, o governo encaminhe um pacote de medidas de redução de despesas ao Congresso, estime a economia que terá com elas e incorpore ao Orçamento, no pressuposto de que serão aprovadas. Mesmo sabendo de antemão da impossibilidade de aprová-las. A farsa seria tão grande que, provavelmente, ninguém terá coragem de adotá-la.

Mas existe uma abordagem mais sofisticada. Desde 2017, quando o teto de gastos passou a ser a principal âncora fiscal do país, o governo registra o que o ex-secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida chamou de “empoçamento” de recursos. O fenômeno resulta, basicamente, da excessiva rigidez orçamentária brasileira, marcada por vinculações de recursos a despesas específicas, por mínimos legais e constitucionais, despesas de execução obrigatória e emendas parlamentares impositivas.

O Tesouro Nacional libera recursos para os ministérios e órgãos público, que, no entanto, não conseguem, por razões diversas, gastar o dinheiro. Por causa da rigidez excessiva, o Tesouro não pode alocar estes recursos para outras finalidades. O dinheiro acaba “empoçado”, ou seja, fica parado no caixa do ministério ou do órgão e termina sendo incorporado ao resultado primário da União.

No ano passado, R\$ 21,7 bilhões ficaram “empoçados”. Em 2019, o “empoçamento” atingiu R\$ 17,4 bilhões, enquanto que no ano anterior ele ficou em R\$ 7,7 bilhões. Uma ideia que está sendo analisada é como reduzir o “empoçamento” para abrir espaço para outras despesas, principalmente investimentos.

Obviamente, a resposta mais razoável para a pergunta é reduzir as vinculações de receitas, ou seja, diminuir a rigidez orçamentária, o que é um dos “3 Ds” do ministro da Economia, Paulo Guedes. Os outros dois, são desindexação e desobrigação do gasto. Mas, dificilmente esta alternativa será adotada, pois ela envolve o abertura de sérios conflitos dentro da nova base política do governo. O risco, portanto, é que seja adotada uma fórmula fantasiosa apenas para disfarçar o furo do teto de gastos.

Há, no entanto, outra questão que está sendo considerada. No ano passado, a despesa total da União, ou seja, o que foi efetivamente pago, ficou R\$ 52,2 bilhões abaixo do limite permitido pelo teto de gastos. O “empoçamento” explica apenas

metade da folga. Outra razão para ela é que várias despesas obrigatórias foram estimadas acima do que foi efetivamente realizado, como os gastos com benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego, pessoal e subsídios.

Para fechar o Orçamento deste ano, uma estratégia em análise é tentar fazer estimativas mais próximas da realidade. “Não dá para projetar uma despesa muito maior do que ela vai ser”, ponderou uma importante fonte do governo. O problema, no entanto, é cair no oposto, ou seja, subestimar despesas para cumprir o teto.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Chegou a sua vez. Somente até 28/02

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Ar condicionado 10x mais barato vira febre em Salvador

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

Pesquisadores do Ipea defendem o retorno do auxílio

Economistas acreditam que não faltam recursos para programas sociais

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

04/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Daniel Duque: “A pobreza e a desigualdade caíram muito, mas já voltaram a crescer e a pandemia não dá sinais de acabar” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Diante da continuidade da pandemia e da expectativa de aumento da pobreza no Brasil, o auxílio emergencial deveria ser retomado. Mais do que uma solução de curto prazo, no entanto, é necessária uma revisão da política social, que contemple uma redução mais consistente da pobreza no país, com um maior volume de recursos. A avaliação foi feita ontem pelos pesquisadores Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), e Pedro Ferreira de Souza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao participarem do evento virtual “Transferências de Renda, Trabalho e Pobreza”, promovido pelo Ipea.

“O cenário para a população mais pobre não é nada favorável em 2021. Caso a renda do trabalho mantenha as tendências dos últimos meses, janeiro será um mês de grandes perdas. A pobreza e a desigualdade caíram muito, mas já voltaram a crescer e a pandemia não dá sinais de acabar”, afirmou Daniel Duque. “Por isso, acho que o auxílio emergencial é necessário neste momento para ajudar as pessoas que precisam de alguma renda porque senão vão ter que buscar e se arriscar na aglomeração.”

Pelo seu cálculo, a pobreza extrema ficaria entre 10% e 15% em janeiro de 2021, enquanto a pobreza estaria entre 30% e 35%. Em 2019, as taxas eram de 9,6% e 25%, respectivamente.

Como forma de suavizar a transição entre o período com e sem auxílio emergencial, o economista é a favor da prorrogação do programa por três meses com valores decrescentes, de R\$ 300, R\$ 200 e R\$ 100, embora reconheça a dificuldade em razão da restrição fiscal. A proposta significaria um investimento total de R\$ 39 bilhões. Ele estima também que “checagem robusta” da base de beneficiados permitiria reduzir em até 5 milhões o público elegível ao benefício de 68 milhões de pessoas.

Pedro Ferreira de Souza também é a favor da volta do auxílio emergencial - que classifica como um programa muito bem-sucedido -, mas se diz preocupado com o cenário após o fim desta política. Ele reforça que a prioridade no momento é a recuperação da economia e que o auxílio tende a ser interrompido antes de crescimento econômico mais robusto, necessário para algum impacto na redução da pobreza.

“Em algum momento [o auxílio] vai ter que acabar, e provavelmente vai acabar antes de ter algum tipo de recuperação econômica que reponha todas essas perdas. Isso me gera muita preocupação em termos da proteção social dos grupos mais vulneráveis do Brasil”, apontou.

Na sua avaliação, não faltam recursos para programas sociais no Brasil - já que o país arrecada o correspondente a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) em impostos -, mas não há prioridade política para a redução das desigualdades. “Não é exatamente falta de recursos, trata-se das escolhas de como isso é gasto, escolhas que são acumuladas ao longo do tempo”, disse.

Estudo apresentado pelo pesquisador do Ipea mostrou a forte redução do orçamento do Bolsa Família nos últimos anos, facilitado pelo fato de não ser uma despesa obrigatória. Sua estimativa é de que, para acabar com a pobreza no país, seria necessário um montante de R\$ 70 bilhões para o Bolsa Família. Em 2019, o orçamento do programa ficou em R\$ 32 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Relógio Xiaomi m5 por R\$199,90 e frete grátis para Salvador e região

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Ar condicionado 10x mais barato vira febre em Salvador

ARCTIC AIR ULTRA™

Petrobras vê sinais de recuperação do mercado em 2021

Venda de derivados da estatal começou o ano acima dos patamares pré-pandemia

Por **André Ramalho e Gabriela Ruddy** — Do Rio

04/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Diretor de comercialização e logística da Petrobras, André Chiarini, diz que vendas de derivados cresceram em janeiro — Foto: Divulgação

Depois de registrar uma queda de 5,1% nas vendas de derivados no Brasil em 2020, a Petrobras vê sinais de recuperação da demanda no mercado doméstico no início deste ano. O diretor de comercialização e logística da estatal, André Chiarini, disse que tem visto “resultados interessantes” na comercialização de combustíveis desde o fim do ano passado e que os números se mantiveram positivos em janeiro.

No quarto trimestre de 2020, a companhia já havia apurado melhora nos resultados de suas refinarias. As vendas da estatal cresceram 2,1% no período, em relação a igual trimestre de 2019, com destaque para o diesel (8,2%) e óleo combustível (37,8%). Na gasolina, a alta foi 0,8% e no gás liquefeito de petróleo (GLP), de 1,8%. O único combustível que continuou no vermelho foi o querosene de aviação, que despencou 43,8%.

Com a recuperação do consumo, a petroleira encerrou o ano de 2020 com um fator de utilização do parque de refino de 82% - ante o percentual de 76% registrado entre outubro e dezembro de 2019.

“As vendas seguem crescendo. As vendas de [janeiro de] 2021 já foram maiores que as de janeiro de 2020, com destaque para as vendas de diesel S10 [com menor teor de enxofre]. As perspectivas são positivas, mas temos que ficar atentos”, afirmou Chiarini, a jornalistas, em referência aos impactos da segunda onda da pandemia de covid-19. “Ainda estamos vivendo um momento de pandemia e a situação merece bastante cuidado”, ressaltou.

Devido à retomada do consumo de derivados no mercado doméstico, a Petrobras não projeta para este ano novos recordes de exportação de petróleo, a exemplo da marca de 1 milhão de barris/dia atingida em abril do ano passado - período mais crítico da contração da demanda por combustíveis, sob o efeito das medidas de isolamento social.

“Estamos trabalhando com a expectativa de exportação [em 2021] de patamares bem próximos aos de 2020”, comentou o executivo.

No ano passado, a Petrobras bateu recorde nas exportações e vendeu no exterior, em média, 713 mil barris diários de petróleo, o que representa aumento de 33% em relação a 2019.

Para 2021, a Petrobras trabalha com meta de produção de óleo e gás de 2,75 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), patamar abaixo do recorde de 2,84 milhões de BOE/dia de 2020. A expectativa é que a empresa não consiga manter o patamar diante dos desinvestimentos.

Apesar do recorde em 2020, a produção da companhia encerrou o ano em baixa. Isso porque, devido aos impactos da pandemia sobre as atividades a bordo, a Petrobras acabou adiando, para o quarto trimestre, as operações de manutenção previstas inicialmente para o primeiro semestre. Com isso, a produção de óleo e gás da empresa recuou 11,3% no último trimestre do ano, na comparação com igual período de 2019.

De acordo com o diretor de exploração e produção, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, algumas das paradas para manutenção previstas para 2020 escorregaram para 2021, mas a expectativa é que não haja impactos na meta de produção. “Trouxemos alguma coisa para 2021, mas fizemos otimizações. Então não temos nenhum impacto, em relação à produção, por termos postergado as paradas de 2020 para 2021. O balanço é zero”, disse.

O executivo destacou, ainda, que em janeiro os níveis de produção já superaram aqueles do quarto trimestre de 2020 - quando foram extraídos 2,68 milhões de BOE/dia. “Por termos tido uma redução das paradas para manutenção e também por termos começado [a produção em] alguns poços, estamos com produção maior em janeiro”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

Urgência de reformas, benefício e limitação do teto de gasto

Credibilidade fiscal requer medidas que permitam a manutenção do teto de gastos no curto prazo e reformas estruturais para o equilíbrio de longo prazo

Por **Rafaela Vitória**

04/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ano de 2021 começou, ainda não temos o orçamento público aprovado, e muitas dúvidas preocupam os investidores. Afinal, como conciliar a necessidade de combater a pandemia, estimular a recuperação e, ao mesmo tempo, cumprir as leis de responsabilidade fiscal e do teto de gastos para se ter uma perspectiva sobre o rumo da dívida pública? A resposta passa pelas escolhas políticas.

O problema fiscal brasileiro está relacionado ao crescimento contínuo das despesas públicas que, ao longo dos últimos 30 anos, foi coberto com aumento de impostos e da dívida. A situação atual foi agravada pela crise causada pela pandemia que, somente em 2020, resultou em déficit primário de 9% e elevou a dívida bruta de 74% a 88% do PIB.

As limitações sobre o tamanho da carga tributária no Brasil já são debatidas há algum tempo. Com um total de impostos que chega a um terço do PIB - sendo 20% somente na esfera federal -, o Brasil não tem mais espaço para um novo aumento de carga tributária - inclusive, um bom exemplo é a enorme rejeição à recriação da CPMF.

A nova discussão hoje se faz em torno do limite do tamanho da dívida. Comparações com países desenvolvidos, que possuem relação dívida/PIB acima de 100%, não são apropriadas, considerando nossas condições econômicas e

institucionais. Enquanto o Brasil tem uma dívida bruta próxima de 90% do PIB, emergentes comparáveis têm endividamento mais próximo de 60%.

Além do esgotamento de como financiar gastos crescentes, a distribuição do orçamento brasileiro possui várias distorções. O setor público gasta muito - e gasta mal. Mas essa discussão sobre como são distribuídas as despesas brasileiras é recente, e um importante instrumento que trouxe esse debate à tona foi a lei do teto de gastos (PEC 241), aprovada em 2016 e incorporada à Constituição.

Apesar de críticas sobre sua viabilidade, é inegável os benefícios que a lei trouxe nos últimos anos. Nunca se debateu ou mesmo se aprovou tantas reformas como entre 2016 e 2019, incluindo a tão necessária reforma da Previdência, que estabeleceu idade mínima para aposentadoria e conteve o crescente gasto com benefícios previdenciários.

Com a grave crise causada pela pandemia em 2020, o estado de calamidade aprovado pelo Congresso permitiu o aumento de gastos extraordinários. A pandemia também ressaltou a necessidade de se criar políticas públicas de auxílio social mais eficientes, e aí nos deparamos com as restrições orçamentárias de 2021. O atraso na aprovação de reformas fez com que o limite do teto de gastos chegasse antes do previsto e, já neste ano, não há mais espaço para cortes nas despesas discricionárias.

As soluções passam pelo andamento mais ágil da agenda de reformas. A PEC Emergencial, por exemplo, pode contribuir para conter o aumento de despesas em 2021 e 2022, congelando novas contratações e salários no serviço público e até permitindo a redução de jornada - ação bastante razoável considerando a estabilidade que o setor oferece mesmo em período de crise. Uma extensão do auxílio emergencial ou uma ampliação do programa Bolsa Família também poderiam ser viáveis com o remanejamento de outros programas sociais menos eficientes. No médio prazo, a reforma administrativa é fundamental, ainda mais considerando as mudanças que foram aceleradas com a pandemia, como os avanços em tecnologia da informação (TI) e os novos hábitos digitais. A máquina pública tem potencial para ser bem mais eficiente.

Uma sinalização de orçamento que cumpra as atuais regras fiscais, sem a criação de novas despesas permanentes, tem uma importante contribuição para o cenário econômico: a redução do custo da dívida. Como observado ao longo dos últimos meses, uma expectativa de gastos sob controle melhora a previsibilidade da trajetória da dívida brasileira e pode reduzir seu custo, em parte atrelado a taxas de juros de mercado e em parte indexado à inflação - ambos indicadores que podem ter uma deterioração significativa caso o governo opte por uma mudança na política econômica que inclua crescimento de gastos sem fonte apropriada de receita.

A despesa nominal com juros em 2020 foi 15% menor que em 2019, mesmo com o crescimento de dívida. Já a manutenção da atual âncora fiscal sinaliza para os investidores que o processo de consolidação das contas públicas terá continuidade, e o resultado pode ser uma nova redução nas despesas com juros, contribuindo por sua vez para o necessário ajuste fiscal.

Por outro lado, voltar com programas assistenciais sem contrapartida pode ter um efeito perverso ao longo dos próximos meses. A perda da estabilidade financeira, com novas altas cambiais e novo aumento da inflação, pode resultar em juros mais elevados. Não somente teremos maiores despesas de juros, mas a economia pode crescer menos, impactando a arrecadação e deteriorando ainda mais a situação fiscal. Em nossas simulações, o cenário pode ser de um déficit nominal indo de 6% para 10% no ano.

Como visto ao longo dos últimos anos, a aprovação de reformas não é trivial. Pacotes que incluem cortes de gastos, sejam eles subsídios, benefícios ineficientes ou até mesmo super salários, são bastante impopulares entre a classe política devido a fortes pressões que os setores beneficiados exercem. Mas o problema futuro, que foi sim debatido em 2016 quando a lei do teto foi aprovada, chegou e não sobraram soluções fáceis. A credibilidade fiscal requer medidas que permitam a manutenção do teto de gastos no curto prazo e reformas estruturais para o equilíbrio de longo prazo.

Rafaela Vitoria, CFA, é economista-chefe do Inter e professora da PUC e da Fundação Dom Cabral
E-mail: rafaela.vitoria@bancointer.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Queima de estoque. Não fique de fora dessa

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Antes de comprar um ar condicionado pro verão, veja isso

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Mau hálito: Veja o que você deve fazer antes que fique pior

HALIPURE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021

VALOR INVESTE

Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel

“Não teremos auxílio no formato que foi entregue”

Barros disse que ainda é preciso aguardar por nova modalidade de assistência social e afirmou que “há folclore” sobre barganhas na Câmara

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

04/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Barros: “o governo vai atender as pessoas que não mestão podendo desempenhar sua atividade econômica” — Foto: Ailton de Freitas/Valor

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirma que não haverá reforma ministerial, mas apenas o deslocamento do ministro da Cidadania,

Onyx Lorenzoni, para a Secretaria Geral da Presidência e a substituição dele por outro nome. Ele não vê um movimento do presidente Jair Bolsonaro de fatiamento dos ministérios para indicações políticas e nem divisão na Economia.

Descartou ir para o ministério da Saúde. “O ministro Pazuello atende a linha de condução que o presidente quer”, disse. Também elogiou o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. “O Ramos acabou de, bem ou mal, entregar uma articulação vencedora. Se isso não o credencia, não sei o que as pessoas esperam”.

Barros falou com o **Valor** ontem, após almoçar com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e Luiz Eduardo Ramos, para discutir as prioridades do governo, de i 35 projetos e propostas de emenda constitucional (PECs), mas sem fórmula pronta para o auxílio emergencial. Ele diz que os parâmetros estão sendo avaliados pelo governo para focar só em quem realmente está impedido de trabalhar pela pandemia e que a criação depende de espaço fiscal. Confira os principais trechos da entrevista:

Auxílio emergencial

“Não temos mais decreto de calamidade pública e orçamento de guerra. Isso pressupõe que não teremos auxílio emergencial no formato que foi entregue. O governo vai atender as pessoas que não estão podendo desempenhar sua atividade econômica por conta da pandemia, mas hoje são muito menos pessoas que dependem de fato. O atendimento não pode ser individual, tivemos quatro pessoas da mesma família recebendo. É preciso haver revisão. Isso está sendo encaminhado pelos Ministérios da Cidadania e da Economia. Para fazer o programa precisa ter fonte para poder gastar, que estará vinculada a alguma medida que permita o espaço fiscal. Precisamos aguardar. O desenho inicial era criar espaço fiscal a partir da PEC Emergencial. Esse é um caminho, mas equipe econômica e Parlamento podem ter outras ideias. Havendo equação harmônica, rapidamente a proposta passa.”

Agenda do governo

“Temos uma lista de prioridades para a Câmara e o Senado que vou submeter ainda ao presidente Arthur Lira para depois apresentarmos na reunião de líderes amanhã [hoje]. Estou tentando fazer uma short list com o que pode ser votado nas primeiras três semanas que tenha impacto positivo dentro da nova ordem estabelecida. A

promessa do presidente é que a pauta será definida as quintas-feiras pelos líderes e é lá que vamos tratar.”

Votações pós-eleição

“As votações não serão mais fáceis nem mais difíceis, mas teremos mais ritmo de trabalho. Ano passado tivemos o impasse da comissão de orçamento, depois tivemos obstrução do Rodrigo Maia, eu não abri mão da urgência da cabotagem. Diria que houve uma interferência pela articulação da eleição, mas agora acho que vamos retomar o ritmo.”

Reforma tributária

“Vamos aguardar o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro. Queremos que ele publique. Ele ouviu muita gente, discutiu muito com os parlamentares, então vamos ver o relatório e em cima disso iniciar as negociações.”

Guedes vai propor CPMF de novo

“Não posso te afirmar isso. Não sei. Nem tratamos disso.”

Reforma administrativa

“Vamos votar a admissibilidade, criar comissão especial e preparar para o plenário. Será mais fácil que a tributária porque só atinge futuros servidores, então é matéria mais tranquila, tende a andar mais rápido. A tributária atinge todo mundo no dia a dia.”

Privatização da Eletrobras

“Está na nossa lista. Não tem nenhuma matéria que não possa ser votada. Pode não votar o que você quer, ter que alterar, mas tem que pôr para votar porque aí saberemos de fato onde estão as dificuldades. Se terá comissão especial ou vota direto no plenário é o presidente que decide.”

Prazo até outubro para reformas

“O prazo de filiações não é mais outubro, agora é de seis meses antes da eleição, então dá para tocar tranquilo até março [de 2022]. Depois que começa o calendário eleitoral efetivo [fica mais difícil votar matérias polêmicas].”

Impeachment e CPIs

“Não tem clima para impeachment. Não é porque é outro presidente da Câmara, o Maia também não fez. Agora as CPIs depende, precisa de um terço só dos parlamentares, então pode acontecer, mas o ideal é a gente cuidar das coisas que são urgentes, que são os marcos regulatórios para gerar emprego.”

Pauta de costumes

“Será proposto ao colégio de líderes. A Casa tem 513 deputados, dá para tocar tudo ao mesmo tempo, a econômica e a de costumes. Vou propor ao colégio de líderes e o ambiente que ditará o ritmo das votações.”

PEC da prisão em 2ª instância

“Não fui eu que fiz a lista [de prioridades]. Minha lista teria também [mudança na lei de] improbidade, defensivos agrícolas e outros temas que considero que estão maduros e levarei para o colégio de líderes. A PEC da segunda instância não está na lista e não foi discutida.

Relação com MDB, DEM e PSDB

“MDB e DEM são da base do governo. PSDB não é da base, mas é comprometido com a pauta do ajuste fiscal. Contaremos com o voto amplamente majoritário deles para aprovar as matérias importantes para o Brasil.”

DEM apoiar reeleição em 2022

“Pode decorrer do fato de o presidente ter apoiado a eleição do Rodrigo Pacheco no Senado, das decisões na eleição da Câmara e da conveniência da base do Democratas. Há uma possibilidade, que não existia antes. Mas do ponto de vista das votações, não vejo nenhuma mudança: teremos os mesmos votos que sempre tivemos e o Baleia [Rossi, candidato derrotado à presidência] não vai criar dificuldades.”

Reforma ministerial

“A vaga da Secretaria-Geral será preenchida pelo ministro Onyx e alguém vai substituí-lo. Não tem reforma ministerial, tem a ocupação de uma vaga que já estava aberta. Não acredito [em desmembramento da Economia]. As cobiças por espaço não tem a ver com a disposição em ceder espaço.”

Ramos na articulação política

“O Ramos acabou de, bem ou mal, entregar uma articulação vencedora. Se isso não o credencia, não sei o que as pessoas esperam. Só falar mal ou criticar... pô, o cara trabalhou bem, dá para elogiar. Ele está mais experiente, mais hábil, conhecendo melhor as pessoas. Tem boas condições de ficar na articulação.”

Ministério da Saúde

“Não pretendo e não vou assumir o ministério. O ministro Pazuello atende a linha de condução que o presidente quer. Os ministros são do presidente e atendem a linha que ele dá. Ministro Salles, o Ernesto Araújo, o Pazuello, Paulo Guedes, Rogério Marinho, todos eles têm uma cartilha para seguir. Eles estão desempenhando a missão que lhes foi confiada.”

Fatura da eleição da Câmara

“Tem todo um folclore. Tem que pagar emenda mesmo, é obrigado a fazer, é impositiva. Essa tentativa de fazer a versão de que está tendo tomá-lá-dá-cá, ela não acontece. Foi uma tentativa do bloco adversário de tentar contaminar a disputa. Aqui dentro todo mundo sabe o que acontece, Diário Oficial é público.”

Bia Kicis na CCJ

A Bia Kicis preside um colegiado, nem vota. Qual é o prejuízo que ela pode causar? Para ela tomar uma atitude que desagrade alguém, ela precisa convencer mais da metade. Não vejo problema. Aqui nessa casa, postura autoritária tem preço alto a pagar. Vocês acabaram de assistir um exemplo disso [na eleição da Câmara].”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Queima de estoque. Não fique de fora dessa

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!